

Carlos Augusto Ferreira Figueira

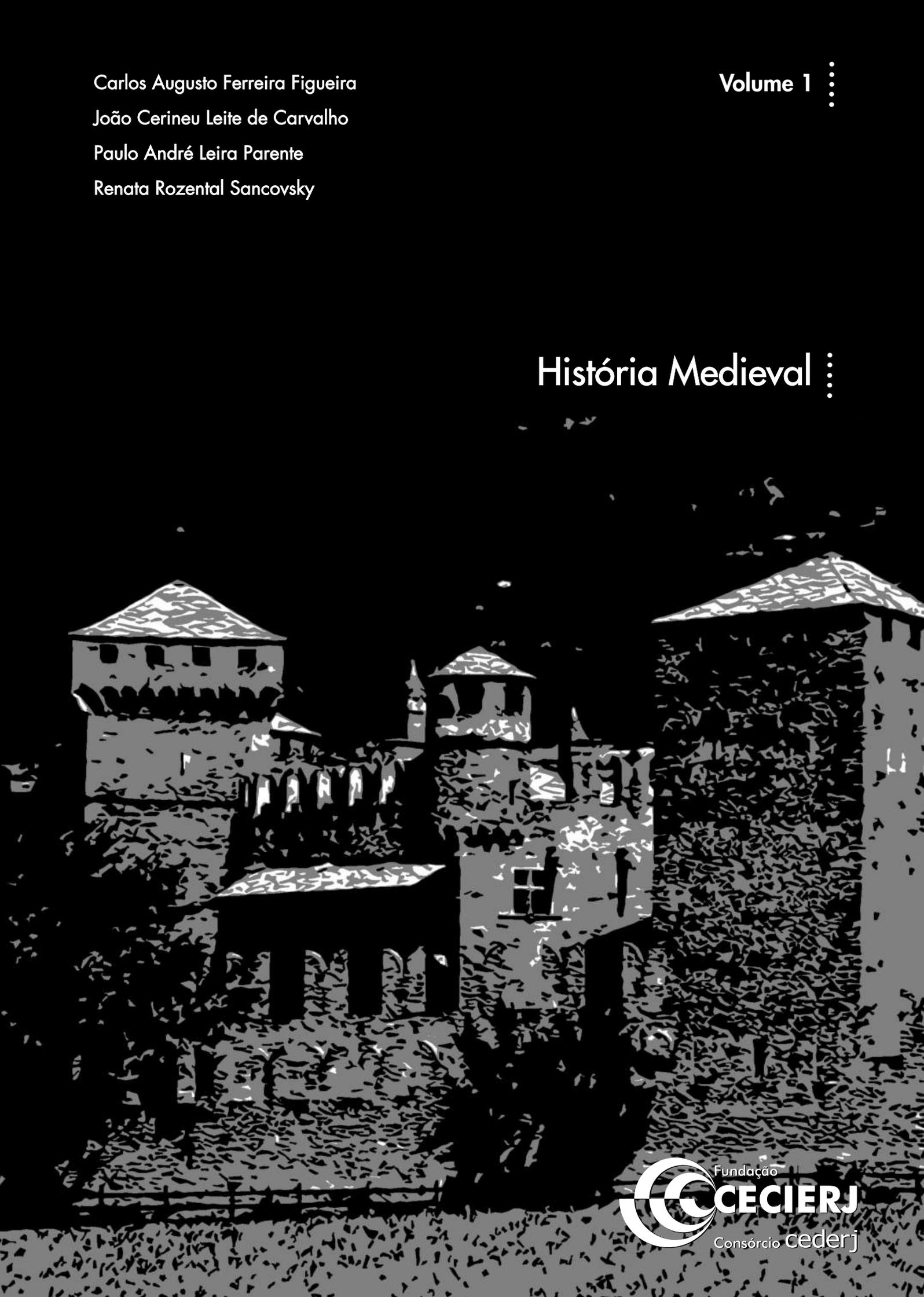
João Cerineu Leite de Carvalho

Paulo André Leira Parente

Renata Rozental Sancovsky

Volume 1

História Medieval





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História Medieval

Volume 1
2ª edição

Carlos Augusto Ferreira Figueira
João Cerineu Leite de Carvalho
Paulo André Leira Parente
Renata Rozental Sancovsky



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente
Masako Oya Masuda

Vice-presidente
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História
UNIRIO – Keila Grinberg

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Carlos Augusto Ferreira Figueira
João Cerineu Leite de Carvalho
Paulo André Leira Parente
Renata Rozental Sancovsky

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Alexandre Belmonte
Anna Maria Osborne
José Marcelo Oliveira

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho
Daniela de Souza

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araújo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Carlos Cordeiro
Ronaldo d' Aguiar Silva

ILUSTRAÇÃO

Jefferson Caçador

CAPA

Jefferson Caçador

PRODUÇÃO GRÁFICA

Oséias Ferraz
Patricia Seabra

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

F475

Figueira, Carlos Augusto Ferreira.

História medieval. v. 1 / Carlos Augusto Ferreira Figueira, João Cerineu Leite de Carvalho, Paulo André Leira Parente, Renata Rozental Sancovsky. 2. ed. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

268p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-633-6

1. História medieval. 2. Idade média. 3. Império romano. 4. Economia medieval. 5. Povos germânicos. 6. Império Islâmico. I. Carvalho, João Cerineu Leite de. II. Parente, Paulo André Leira III. Sancovsky, Renata Rozental. IV. Título.

CDD: 940.1

2010/1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Malvina Tania Tuttman

História Medieval

SUMÁRIO

Volume 1

Aula 1 – Introdução ao estudo da Idade Média: Idade das Trevas ou Idade dos Homens? _____	7
Renata Rozental Sancovsky	
Aula 2 – A crise do século III d. C.: Diocleciano e a renovação do Império Romano _____	31
João Cerineu Leite de Carvalho / Paulo André Leira Parente	
Aula 3 – As Cidades medievais _____	61
Paulo André Leira Parente	
Aula 4 – A economia medieval _____	89
Carlos Augusto Ferreira Figueira / Paulo André Leira Parente	
Aula 5 – A organização dos povos germânicos: estruturas sociais, políticas e religiosas _____	117
Renata Rozental Sancovsky	
Aula 6 – Formação e cristianização dos reinos “bárbaros” na Península Ibérica: suevos e visigodos _____	139
Renata Rozental Sancovsky	
Aula 7 – Formação e cristianização dos reinos “bárbaros” na Europa central e do norte: anglo-saxões, francos, ostrogodos e lombardos _____	163
Renata Rozental Sancovsky	
Aula 8 – Maomé, o Corão e a formação do Islã _____	187
Renata Rozental Sancovsky	
Aula 9 – Do reino árabe ao Império Islâmico: O califado ortodoxo e o califado omíada (632-750 d.C.) _____	215
Renata Rozental Sancovsky	
Aula 10 – O Império Abássida e a islamização do Oriente (750-1258 d.C.) _____	239
Renata Rozental Sancovsky	
Referências _____	261

Aula 1

Introdução ao
estudo da Idade
Média:
Idade das Trevas
ou Idade dos
Homens?

Meta da aula

Apresentar os principais problemas de interpretação que giram em torno do conceito de Idade Média, discutindo sua história e historicidade.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

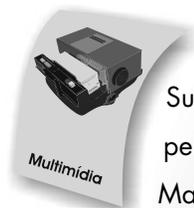
1. apontar os equívocos históricos que colaboraram para caracterizar a Idade Média como a “Idade das Trevas”;
2. analisar o termo/conceito Idade Média tal qual foi construído desde o século XVI, e suas utilizações nos séculos posteriores;
3. identificar as principais transformações dos estudos medievais ocorridas no século XX.

Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é importante que você faça, antes, uma revisão das relações entre o conhecimento histórico e o uso dos documentos, assuntos já estudados no último semestre.

É importante ainda que você possua sempre ao seu lado um atlas histórico e um bom dicionário da Língua Portuguesa. O atlas irá auxiliá-lo tanto nas localizações geográficas básicas quanto no conhecimento das divisões dos territórios europeus e asiáticos. Esses territórios apresentaram diversas mudanças ao longo dos períodos históricos citados nesta aula.

O dicionário de Língua Portuguesa é essencial para melhor leitura e compreensão dos textos deste curso.



Sugerimos a você o *Atlas histórico escolar* produzido pelo Ministério da Educação. ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. *Atlas histórico escolar*. 8. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: MEC/Fundação Nacional de Material Escolar, 1983.

Indicamos ainda o atlas produzido por Hilário Franco Junior, professor de História Medieval da USP, e Ruy de Oliveira Andrade Filho, professor de História Medieval da Unesp. *Atlas: história geral*. São Paulo: Scipione, 1998.

Quanto ao dicionário de Língua Portuguesa, indicamos a conhecida obra de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Aurélio: o dicionário de Língua Portuguesa, século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

Uma introdução à Idade Média: conhecendo os mitos e os preconceitos

Por que estudar a Idade Média? Ainda hoje, muitos universitários questionam-se sobre a importância dos estudos medievais no Brasil. Se o mundo contemporâneo impõe uma série de questões “de maior urgência” às ciências humanas e sociais, por que ainda deveríamos insistir em conhecer o passado de sociedades e culturas aparentemente tão distantes como a sociedade feudal europeia ou mesmo tão diferentes da nossa realidade brasileira como as sociedades bizantina e eslava?

Essas dúvidas e rejeições costumam estar associadas às deficiências do ensino da História Medieval nas escolas. Tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, o currículo de História não valoriza a discussão de temáticas medievais.

Barbárie

Expressão criada ainda dentro do Império Romano pelo escritor Tácito para indicar os povos germânicos que, desde o século I a.C., já estavam presentes no território. Por terem cultura diferente da romana, além de excelentes guerreiros, Tácito referiu-se aos germânicos como "bárbaros". Com os séculos, tornou-se este termo um símbolo pejorativo de tudo o que é "sem cultura", "violento" ou "destruidor".

Civilização

Palavra criada na Alemanha do século XIX para indicar as sociedades que teriam alcançado avanços significativos nas suas capacidades coletivas de produzir riquezas, de se organizar em forma de Estado ou, ainda, de estímulo às atividades intelectuais. Como expressão contrária à "barbárie", acabou sendo usada como uma justificativa para explicar as desigualdades entre os homens. Para os pensadores do século XIX, apenas alguns povos ou Estados/países poderiam ser considerados "civilizados".

Quando muito, a Idade Média – como a própria expressão já sugere – é vista como "a idade do meio", situada como um "grande intervalo de mil anos" entre a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) e a conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos (1453).

Entre as várias características equivocadas que foram dadas a esse período, vale a pena citar o obscurantismo e a mediocridade intelectual. Segundo tais visões preconceituosas, a Idade Média, como um grande "intervalo" na história da humanidade, nada mais fez além de guardar os saberes dos antigos filósofos gregos e romanos, escondendo volumes de conhecimento na escuridão das bibliotecas dos mosteiros e catedrais. Dessa forma, o conhecimento não teria circulado, o latim romano teria sido usado de forma vulgar pelos povos habitantes da Europa e o homem medieval teria permanecido imerso na mais absoluta ignorância, longe das inovações culturais ou artísticas. Apenas a destruição das antigas obras romanas é lembrada. Enfim, foi uma época em que a **barbárie** predominou, destruindo a admirável cultura deixada pela **civilização** do antigo Império Romano.

Assim como ocorreu com a História, a literatura e o cinema também contribuíram para associar a Idade Média à ideia de uma "Idade das Trevas".

Nos romances e filmes, ora ela é mostrada como fase de eterno fanatismo religioso, exibindo as faces de uma Igreja Católica "opressora e intolerante"; ora como uma idade mística, em que apenas se cultivavam práticas mágicas, como a bruxaria ou a alquimia.

Em outras produções de caráter mais épico ou heroico, a Idade Média é mostrada como campo de intermináveis guerras entre os reis europeus, sempre ambiciosos por terras, e seus cavaleiros, mostrados como valentes defensores da honra dos seus senhores e sedentos pelo sangue de suas vítimas.



Como exemplo de produções de caráter épico ou heroico, sugerimos que você assista aos filmes: *Coração valente*, produção de 1995 dirigida por Mel Gibson em que ele interpreta o personagem William Wallace, um camponês da Escócia do século XIII, que viu, na infância, seu pai e irmão e, mais tarde, sua esposa serem assassinados por soldados da Inglaterra. Outra sugestão é o filme *Cruzadas*, produção de 2005 dirigida por Ridley Scott. No século XI, após a morte de sua esposa e de seu filho, Balian, um ferreiro francês, junta-se ao seu pai e parte rumo à defesa da Terra Santa – Jerusalém.

Na Literatura, indicamos a leitura do célebre livro de Umberto Eco, *O nome da rosa*, de 1980, reeditado pela *Folha de São Paulo* em 2003 (Biblioteca Folha). Essa fascinante trama se passa dentro de um mosteiro na Itália do século XIV, onde a misteriosa morte de sete monges gera calorosos debates religiosos e filosóficos, que conduzem à investigação dessas mortes por um frade franciscano. O filme *O nome da rosa*, inspirado no livro, foi lançado em 1986 com grande sucesso no cinema.

A partir desses estereótipos construídos sobre a Idade Média, crianças e adolescentes passam pela vida escolar em nosso país sem sequer saber identificar nos seus valores, comportamentos e crenças religiosas, comuns ao cotidiano brasileiro, inúmeras raízes medievais.

Conseguimos ter ideia da importância de conhecer e estudar a História Medieval, por exemplo, quando mergulhamos na História do Brasil e encontramos as nossas fortes heranças coloniais portuguesas. As desigualdades sociais da colônia brasileira e sua formação cultural católica, a presença atuante e influente do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição e a existência de uma aristocracia agrária dependente dos favores dos reis são fatores históricos que não podem, de forma

Vaticano

É a sede da Igreja Católica Apostólica Romana, sendo um Estado independente, governado pelo Papa. Por essa razão, é considerado um Estado pontifício. O Vaticano está situado dentro da cidade de Roma, que, por muitos séculos medievais, foi considerada a principal diocese e sede da Igreja Católica. O território do Vaticano pertence à Igreja desde o século VIII, quando o rei dos francos, Pepino, o Breve, doou terras ao Papa. Somente em 1929 conseguiu obter reconhecimento de Estado.

alguma, ser analisados sem uma profunda investigação da sociedade medieval portuguesa e de seus mecanismos de organização política, econômica e cultural.

É possível buscar na Idade Média muitos outros conteúdos para o esclarecimento de problemas atuais, como os conflitos étnicos e religiosos entre cristãos e muçulmanos na região europeia dos Bálcãs (envolvendo países como a Sérvia e a Bósnia-Hezergovina).

A Idade Média pode explicar ainda conflitos de maior escala como os que hoje se verificam entre o mundo ocidental e o Islã, e a preocupante questão das chamadas “Guerras Santas”. É necessário também voltar à Idade Média para entender os graves problemas políticos que, desde o século XI aos dias atuais, afastam o **Vaticano** (sede da Igreja Católica Apostólica Romana) das **Igrejas Ortodoxas** na Grécia e na Rússia.

Igrejas Ortodoxas

Também são chamadas Igrejas do Oriente. Referem-se às Igrejas cristãs formadas durante o Império Bizantino (Império Romano do Oriente), mas que não seguiam os fundamentos do Cristianismo católico, liderado pela Igreja de Roma. A separação total entre a Igreja Católica, com sede em Roma, e as Igrejas Ortodoxas de Bizâncio e da Rússia ocorreu definitivamente no ano de 1054, no famoso “Cisma do Oriente”. Essas Igrejas foram consideradas “pecadoras” ou “heréticas” pelos papas medievais, por apresentarem sérias diferenças na maneira como explicavam a natureza do poder e da divindade de Jesus, gerando polêmicas sobre o dogma católico da Trindade.

Instituições culturais e científicas que hoje conhecemos como as universidades e a formação de professores universitários que exercem seu trabalho intelectual também tiveram seu surgimento na Idade Média. Como a “era das universidades e dos intelectuais”, o mundo urbano medieval da Europa e do Oriente assistiu, a partir dos séculos XII e XIII, à multiplicação dos cursos de Medicina, Direito, Teologia e Artes, numa profunda transformação das relações entre o homem e o conhecimento obtido nos livros e na pesquisa.

Ao mesmo tempo, vale lembrar que o historiador medievalista Georges Duby, ícone da **historiografia** francesa no século XX, afirmou certa vez que os medos que assolavam homens e mulheres nas sociedades cristãs medievais, na virada do primeiro milênio depois de Cristo (cerca do ano mil), ainda hoje assolam as sociedades ditas “civilizadas” na Europa, na Ásia e nas Américas. Duby nos dá exemplos de alguns desses medos: o medo das epidemias, o medo do *outro*, o medo da miséria, o medo pela insegurança espiritual e o medo da violência.

Historiografia

Conjunto formado pelas obras produzidas por historiadores. Nela, temos contato com diferentes métodos, temas e abordagens utilizadas pelos historiadores na construção do conhecimento histórico.



Ainda que não representasse um problema apenas para as sociedades medievais, o medo do *outro* citado por Duby significa ver como “estranhos” as pessoas, povos ou culturas que não possuem o mesmo padrão de comportamento, pensamento ou vida religiosa da maioria da sociedade em que vivem. São as chamadas “minorias”. Por serem sempre “estranhas” à maioria da sociedade (mesmo convivendo lado a lado), essas minorias costumam ser sistematicamente isoladas, discriminadas e, muitas vezes, tornam-se vítimas das mais diversas formas de intolerância – violência física, verbal, expulsões, violações e assassinatos. Como exemplos da Idade Média, podemos citar os leprosos, os judeus e as prostitutas.

É dessa forma que se deve entender o sentido da pesquisa histórica e do trabalho do historiador dedicado aos estudos medievais: uma ponte entre presente e passado, na recordação e reflexão “(...) daquilo que as pessoas gostariam de esquecer (...)”, reacendendo problemas e buscando respostas para muitas questões dos nossos dias (BURKE, 1992, p. 251).

É importante percebermos ainda algumas diferenças entre a visão de mundo na Idade Média e a forma atual de vermos a realidade.

Hoje, percebemos a força do pensamento laico ou cético, isto é, do pensamento menos religioso e mais racional. Nesse tipo de pensamento, o homem, individualmente, tem cada vez mais condições de dominar o mundo em que vive.

Já o homem medieval era um homem temeroso e em busca da vida coletiva. Sua vida era regrada a partir da preocupação com o que encontraria no além e no julgamento que teria a humanidade por suas atitudes, de fidelidade ou infidelidade em relação a Deus. Qualquer que fosse sua origem cultural ou geográfica, o homem medieval era um homem extremamente religioso. Nesse caso, o mundo visível (mundo das coisas físicas) e o mundo invisível (mundo das coisas espirituais) tinham exatamente a mesma importância para esse homem da Idade Média. O mundo espiritual, seus representantes na Terra e as próprias instituições religiosas – como as Igrejas – podem ser considerados as grandes motivações de sua vida. Era a busca por essa vida religiosa ideal que determinaria os rumos tomados nas políticas dos reinos, na economia e no mundo do trabalho, na ciência e nas formas de ver e usar o conhecimento.

Veja agora os interessantes comentários do historiador Georges Duby (2008, p. 9) sobre essa questão:

(...) As pessoas que viviam há oito ou dez séculos não eram nem mais nem menos inquietas do que nós. Em que esses homens e mulheres acreditavam, seus sentimentos, como eles viam o mundo? A história, da maneira como é escrita hoje, esforça-se para descobri-lo, para penetrar no espírito de uma sociedade para a qual o invisível estava tão presente, era tão digno de interesse, detinha tanto poder quanto o visível. É nisso principalmente que ela se distancia da nossa sociedade. Não apenas discernir as diferenças, mas também as semelhanças entre o que a amedrontava e o que tememos pode permitir-nos, tenho certeza, afrontar com mais lucidez os perigos de hoje.

Assim, desde o início do século XX, quando grandes mudanças metodológicas atingiram os principais ambientes de produção de conhecimento histórico pela conhecida **Escola dos Annales** (1929-1989), a Idade Média passou por uma espécie de redescoberta. Pelo trabalho dos pesquisadores franceses e ingleses ligados às novas formas de se pensar e escrever a História, é inegável a efervescência do interesse e dos estudos sobre o mundo medieval.

Entretanto, apesar dos avanços das pesquisas sobre a Idade Média europeia e asiática aqui no Brasil, o mito da "Idade das Trevas" ainda não foi completamente abandonado pelos alunos nas nossas universidades.

Assim, para esta aula, em que estamos discutindo a relevância dos conhecimentos medievais e a necessidade de lançarmos um outro olhar sobre o medievo, é muito importante, a partir de agora, fazer um estudo sobre a história do conceito de Idade Média. Onde e por que teriam surgido visões tão negativas e lendárias sobre as sociedades medievais?

É necessário compreender que a expressão "Idade Média", do latim *Medium Aevum* (Época/Idade Intermediária), foi construída no contexto da cultura europeia do **Renascimento** e do **Humanismo**, no século XVI. Devemos entender, ainda, de que maneira tal expressão foi utilizada pelos intelectuais nos séculos posteriores, entre os séculos XVII e XX.

Escola dos Annales

Inicia-se como uma revista criada em 1929 pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre que estimulava as trocas entre as várias ciências sociais, além de criar novos campos de investigação da História, como a História Econômica e a História Social. Entretanto, pela grande repercussão que teve nas universidades e centros de pesquisa histórica na Europa, os Annales acabam representando também uma nova visão da ciência histórica, propondo novas metodologias para a utilização das fontes primárias (documentos), inovando nos temas investigados e explorando novas possibilidades de estudo da vida social, até então esquecidos.

Renascimento/Humanismo

Pode ser considerado um grande processo de recriação da cultura europeia a partir do século XV. Além das obras relacionadas ao mundo artístico e científico europeu, o Renascimento marca também mudanças na forma como os homens viam e pensavam o mundo. Dessa maneira, podemos entender o Humanismo como um conjunto de sentimentos e pensamentos desenvolvidos durante o Renascimento cultural, que valorizava o homem em sua capacidade criadora, "dono de seu próprio universo". Em muitos casos, o Humanismo dos séculos XV e XVI ainda disputava espaços de influência com a força do pensamento teológico cristão, que entendia não só o Cristianismo, mas também as suas Igrejas como instituições divinas, inquestionáveis.

Buscaremos entender por que, entre os séculos XVI e XX, visões tão negativas foram construídas sobre a Idade Média, consolidando a expressão preconceituosa de "Idade das Trevas".

Nossa discussão servirá para derrubarmos velhos mitos construídos sobre a História Medieval, vista de forma equivocada como um período de mediocridade do pensamento, desorganização política e atraso econômico, ou seja, precisamos estudar os mitos e preconceitos que foram construídos pelas sociedades europeias que viveram imediatamente após a Idade Média. Esses mitos colaboraram, cada qual sob seus interesses, para desenhar uma imagem distorcida e equivocada desse período histórico de cerca de mil anos.

A partir de agora, você perceberá que existem cerca de três grandes fases para a história do conceito de Idade Média: a primeira, localizada entre o Humanismo e o Neoclacissismo (séculos XVI a XVIII); a segunda, no Romantismo e Nacionalismo do século XIX; e a terceira fase, no século XX, que ficou dividida entre o uso da História Medieval pelos poderes nazi-fascistas e a redescoberta da Idade Média pela Escola dos Annales.



Figura 1.1: Pintor do Renascimento flamengo, Hieronymus Bosch retratou, na transição do século XV para o XVI, a permanência do imaginário e dos medos medievais em meio às mudanças artísticas proporcionadas pela modernidade. À esquerda, temos *Inferno*, painel direito da pintura *Jardim das Delícias*, elaborada entre 1505 e 1510. À direita, *Morte e Miséria*, de 1490.

O conceito de Idade Média no Humanismo e no Neoclassicismo (séculos XVI a XVIII)

Nessa fase, tem início a desvalorização de mais de mil anos de História, por meio do surgimento do conceito de *Medium Aevum*, do latim, “Idade Média ou Intermediária”. Segundo alguns historiadores, duas motivações podem justificar a formação dessa desvalorização.

A primeira motivação é cultural. Os homens do Renascimento e do Humanismo europeu no século XVI achavam que o latim, idioma clássico utilizado ainda no mundo romano, havia sido totalmente vulgarizado ou transformado pela “barbárie” cultural dos medievais. Os humanistas consideravam a literatura em latim produzida na Idade Média de baixa qualidade linguística e intelectual.

Ainda segundo os humanistas, os medievais teriam simplesmente alterado o significado dos textos de autores bastante conhecidos na Europa ocidental e no mundo árabe, como os gregos Platão e Aristóteles, ou os romanos, como Tito Lívio e Cícero. Para os humanistas, os intelectuais da Idade Média não conseguiam compreender as obras dos autores clássicos.

Assim, os humanistas buscavam retornar a esses textos da Antiguidade clássica e provar que uma verdadeira leitura, “mais fiel aos originais”, ainda precisava ser feita. Uma nova cultura clássica precisava ser erguida na Europa, a partir das heranças greco-romanas, deixando de lado tudo o que a Idade Média havia produzido.

A segunda motivação que levou humanistas a desvalorizarem a Idade Média tem caráter religioso.

A partir do século XVI, a **Reforma Protestante**, lançando novas possibilidades de entender o Cristianismo, cultivou um ideal de crítica à cultura católica, até então hegemônica na Europa ocidental. Nos reinos europeus onde atuou, como a Inglaterra, Suíça

Reforma Protestante

Movimento de caráter religioso e político de rompimento com as visões e instituições ligadas ao credo católico, mostrando ainda a nova face da religião no século XVI.

No mundo urbano, discutia-se sobre qual seria afinal a verdadeira Igreja de Cristo. Na realidade, poderíamos falar de Reformas Protestantes.

O termo é plural, e deve ser entendido como um conjunto de idéias relacionadas à salvação, à organização política das Igrejas, à organização da sociedade (modelo hierárquico) e a temas ligados à moralidade e ao casamento.

e principados alemães, a Reforma Protestante cultivou também o ideal de destruição das tradições e das leituras católicas da Bíblia. Nesses locais, os intelectuais protestantes exigiam uma espécie de revisão nas leituras dos textos sagrados, no desejo de recuperar um Cristianismo que se acreditava perdido.

Assim, entre os séculos XVI e XVIII, líderes e seguidores da Reforma Protestante que acreditavam deter o poder da verdade religiosa passaram a ver a Idade Média como exemplo de um Cristianismo distorcido, errado, afastado do ideal da Igreja dos primeiros séculos depois de Cristo. Desejavam os protestantes nessa época recuperar um Cristianismo que eles consideravam “puro”, sufocado por séculos de “escuridão” religiosa medieval. Para isso, denunciavam a Idade Média como uma era intermediária, de vazio e trevas religiosas, “dominada pela Igreja Católica”.

Figura 1.2: Frontispício da edição de 1597 de *O livro dos mártires perseguidos*, de Jean Crespin, escrita em 1554. Advogado e grande editor de textos da Reforma Protestante na França, para Crespin, os mártires da Igreja Protestante eram comparáveis aos mártires da Igreja primitiva. Do período apostólico até o século XVI, o Cristianismo não havia sido corretamente compreendido, sendo essa a função militante e antimidieval assumida por Crespin em sua importante editora.



Nas suas disputas contra o Catolicismo, os intelectuais protestantes, entre os séculos XVI e XVIII, acabaram não reconhecendo outras formas de Cristianismo e outras culturas que também se

desenvolveram na Idade Média, muitas vezes em oposição crítica à fé católica. Como exemplos, podemos citar o Cristianismo Ortodoxo do Império Bizantino, as várias **heresias** medievais, a **cultura judaica** e a **cultura islâmica**. Todas elas, intensamente vividas na Idade Média, tiveram seu desenvolvimento em regiões muitas vezes distantes da Europa do Mediterrâneo.

Cultura judaica

Inicialmente, refere-se a uma das primeiras concepções de fé monoteísta das quais existem registros históricos. Entendida em seu sentido plural e diversificado, a cultura judaica é produto de um longo processo histórico relacionado à trajetória dos hebreus e judeus no Oriente antigo. Inicialmente, entre os milênios III e II antes de Cristo, encontramos um pequeno grupo de pastores da Mesopotâmia, conhecidos como *habiru*, ou hebreus. Mais tarde, já constituindo um povo – os israelitas –, e após a era do rei Salomão, no século IX a.C., vemos surgirem os judeus. As culturas judaicas então podem ser entendidas como conjuntos de crenças, tradições e valores sociais presentes nos mais de quatro mil anos de história do povo judeu. A religião judaica estaria incluída nesse sistema de valores, mas não explica o significado de toda a cultura judaica. Aqui devemos também incluir a língua hebraica e a aramaica, as literaturas bíblica e rabínica, a alimentação ritual, as organizações políticas e econômicas tribais, as fases monárquicas até a formação do moderno Estado de Israel. Identidade nacional e memória histórica também fazem parte das formações culturais judaicas.

Cultura islâmica

Entendida como conjunto de valores que deram origem a mais uma religião monoteísta, essencialmente medieval. Nascida na Península Arábica sob inspiração das ideias de Maomé, pode ser considerada um modelo de monoteísmo rígido. Mesmo tendo recebido influências judaicas e cristãs, pregava-se, no século VII, a ideia de que “somente Allah é Deus, e Maomé é o seu profeta”, mantendo o caráter exclusivista da revelação. Logo, através do Corão e da Suna, textos centrais para a orientação do fiel, o Islamismo medieval criava uma cultura de devoção e disciplina. As relações com os não-islâmicos foram geralmente tolerantes, uma vez que valores como as ciências, as artes, a música e o estudo estavam entre as prioridades de diversas comunidades islâmicas no Mediterrâneo, que permitiam as trocas culturais e a permanência dos chamados “povos do livro” (judeus e cristãos), a exemplo do califado de Al-Andaluz, na Península Ibérica.

Heresias

Do grego *Aeresis*, os “que escolhem outro caminho”. Significa a classificação dada pela Igreja no início da Idade Média (século IV) a todos aqueles que optassem por pensar ou se comportar de forma contrária aos princípios defendidos pela “comunidade sagrada”. Os princípios, ou dogmas, determinados pelo pensamento oficial da Igreja Católica eram apresentados em forma de códigos legislativos canônicos (o Direito Canônico), ou pelos escritos teológicos dos chamados “padres da Igreja”, como Tertuliano, Eusébio e Agostinho.

Além da Reforma Protestante, os avanços econômicos e científicos percebidos na Europa ocidental entre os séculos XVII e XVIII ajudaram a consolidar a ideia de Idade Média como "Idade das Trevas". A economia comercial e as atividades industriais passaram a ser vistas como chave para o progresso das civilizações.

Vale lembrar também que o próprio desenvolvimento da imprensa mecânica ajudou a criar uma espécie de "catálogo" de leituras ideais a uma época de "desenvolvimento". Os textos e livros medievais, de difícil manuseio em função de seus formatos, de grande peso e tamanho, eram cada vez mais esquecidos do público letrado, que preferiam obras com formatos menores e de mais fácil circulação.

Feudalismo

Sistema econômico, político e social da Europa mediterrânea, entre o século IX e o XV. Além das terras dadas como benefício em troca de serviços, a base do feudalismo estaria também nas relações de vassalagem firmadas entre homens livres e garantidas por um pano de fundo religioso cristão. Logo, o feudo não se resumia apenas às propriedades de terra onde trabalhavam camponeses sujeitos a impostos e cobranças. O Feudalismo é também um sistema de relações pessoais de poder que atinge o mundo urbano medieval e marca o caráter das relações sociais por mais de 700 anos na Europa.

A Idade Média, além de ser denunciada pelo obscurantismo do clero, é agora considerada uma época economicamente atrasada. Na visão de filósofos do século XVIII como Voltaire e Montesquieu, por ter dependido exageradamente da terra e do trabalho do camponês durante os séculos do **feudalismo**, a Idade Média ignorou a importância da ciência, da indústria e do comércio. Esses filósofos acreditavam que as "luzes" do conhecimento e da razão na época moderna levariam a Europa a uma era de desenvolvimento e progresso, de governos e líderes fortes, longe do "atraso" medieval.

É relevante entender que a época moderna contribuiu de forma decisiva para divulgar os principais preconceitos sobre as economias medievais e sobre a capacidade do homem medieval em solucionar seus problemas cotidianos.

Apenas a Europa interessava a esses filósofos do século XVIII, que simplesmente não mencionavam em seus textos a história do Império Bizantino e do Império Árabe na Idade Média. Não mencionavam o forte comércio de Constantinopla, ou mesmo a existência de uma indústria urbana muito atuante.

Esqueciam-se ainda de reconhecer os muitos avanços científicos da medicina medieval entre os séculos XI e XIII, como podemos comprovar nos manuais de tratamento de doenças

infecto-contagiosas, e nos impressionantes estudos sobre doenças respiratórias causadas pela poluição urbana. As grandes contribuições nas áreas da Medicina, da Farmácia e da Botânica, desenvolvidas por estudiosos árabes e judeus no Oriente Médio e na Península Ibérica (como Averrois, Avicena e Maimônides), também não foram lembradas pelos intelectuais do século XVIII, quando escreviam sobre o período medieval.

O século XIX e a Idade Média: uma “infância” romântica para os povos europeus

Se no século XVIII a História Medieval foi escrita como exemplo do longo retrocesso econômico e político, uma época de “reis fracos” que teria paralisado o continente europeu por mil anos, o século XIX representa já uma espécie de “recuperação” do significado da Idade Média para a Europa.

Isso significa que, no século XIX, a Idade Média deixa de ser entendida como sinônimo de decadência ou de domínio da barbárie sobre a civilização; ao contrário, é entendida como o grande “berço” dos povos europeus. O “berço” em que idiomas, identidades e culturas teriam nascido e se desenvolvido. O século XIX, no seu ideal romântico de tratar a História, buscava na Idade Média as origens das nações europeias.

Para historiadores como Hilário Franco Junior, os sentimentos nacionalistas muito cultivados no século XIX levaram a literatura e a historiografia daquele século a escreverem sobre uma Idade Média heroica, de reis fortes e de uma sociedade disciplinada pela força da autoridade religiosa.

Constatamos, assim, um certo tom de nostalgia e saudosismo nesse tipo de historiografia do século XIX, que desejava encontrar na sociedade medieval (vista agora como modelo “perfeito”) todas as certezas sociais e políticas de que precisavam para reconstruir seus Estados-Nações.

Como você pode perceber, entre as críticas elaboradas no século XVIII e o “resgate romântico” do século XIX, há uma grande transformação na forma como os intelectuais europeus passaram a ver a Idade Média.



Atende ao Objetivo 1

1. Descreva os aspectos que mais teriam marcado a noção de Idade Média como “Idade das Trevas”.

Comentário

Nesta resposta, você deve resumir os principais preconceitos apresentados sobre a Idade Média na historiografia, entre os séculos XV/XVI até o XIX, fazendo referência aos equívocos criados especificamente sobre a Igreja Católica, o Feudalismo, os poderes dos reis, o exercício da política e o desenvolvimento científico medieval.

O século XX: “por uma outra Idade Média”

No despontar do século XX, os estudos medievais ainda estavam bastante envolvidos por esse grande sentimento de idealização, deixado pelo Romantismo do século XIX. Governantes medievais são apontados como heróis e exemplos para seus países.

Carlos Magno (768-814), imperador carolíngio do século IX, e o rei Felipe IV, o Belo (1285-1314), foram idealizados como modelos para o Estado francês, e Joana d’Arc, a “mulher guerreira”, foi santificada pela Igreja Católica no século XX, tornando-se um dos maiores mitos da História francesa.

Devemos considerar ainda o caso do Frederico II de Hohenstauffen, imperador do Sacro Império Romano-Germânico (1212-1250). Nos discursos do ditador nazista Adolf Hitler, por exemplo, Frederico II é exaltado diversas vezes como forte governante que teria fundado o **Reich**, e garantido a eternidade da Alemanha através de uma linhagem de grandes líderes. Hitler, em suas ambições de poder, dizia-se herdeiro legítimo da linhagem de Frederico II.

Entretanto, o século XX não se limitou às visões heroicas e políticas sobre a Idade Média. É relevante pensarmos nas transformações ocorridas na historiografia do século passado. Essa historiografia, produzida por membros da famosa Escola dos Annales, realmente colaborou de forma intensa para transformar os estudos medievais na Europa, além de contribuir para o avanço das pesquisas também no Brasil.

Reich

Do alemão, significa “império”. O termo é utilizado pelo governo nazista (1933-1945) para classificar a grandeza e extensão de seu poder. Segundo Adolph Hitler, seriam eles os responsáveis pela terceira formação de um império alemão indestrutível, o III Reich.

Os nazistas acreditavam que o primeiro Reich havia sido erguido ainda na Idade Média, pelo Sacro Império Romano-Germânico, de onde Hitler supunha ter laço de sangue. O “segundo Reich” referia-se ao período entre 1871, quando então houve a unificação dos Estados germânicos em 1918, já na fase republicana.



Esse ambiente de desenvolvimento dos estudos medievais no Brasil pode ser visto entre finais dos anos 1980 e início dos anos 1990 do século passado. Desde então, cresce o número de pessoas no Brasil interessadas em estudar esse período em diversas universidades do país, gerando a criação de centros acadêmicos de ensino e pesquisa como vemos nas universidades: UFRJ, UFF, PUC, UGF, USP, Unicamp, UFRGS, UFPR, UnB, UFMG, dentre outras.

O respeito científico pela História Medieval pode ser localizado nos novos métodos de utilização dos documentos. Uma “outra Idade Média” passa a ser pensada a partir das primeiras décadas do século XX, por historiadores como Marc Bloch. Sua obra, exemplo de uma história social, mostra claramente a recriação da escrita histórica, agora voltada para o estudo das mentalidades, dos comportamentos e crenças sociais, mantendo canais de diálogo com várias áreas do conhecimento humano, entre elas a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a Geografia.

Nos trabalhos de célebres historiadores como Georges Duby, Jacques Le Goff e Jean Delumeau as sociedades medievais são estudadas a partir de novos temas e problemas de investigação. A arte e a arquitetura das cidades, a cultura popular, os marginais, as relações familiares e amorosas, as práticas de vestuário e alimentação, as atitudes diante da morte e do “além” são temas legítimos aos historiadores medievalistas do século XX, e também do século XXI.

Essas pesquisas nos mostram que, para obter qualidade na construção de nosso conhecimento sobre o passado, é muito importante que o historiador saiba fazer uso de documentos históricos das mais variadas naturezas e origens. É necessário ir além da leitura das fontes ditas “tradicionais”, como os códigos de Direito Civil e Canônico, produzidos abundantemente pelas elites dos reinos e impérios medievais.

Entre as inovações no uso dos documentos, vale lembrar as pesquisas com imagens sacras, com as “histórias das vidas dos santos” (hagiografias), com túmulos, edificações (residências de camponesas ou nobres, mosteiros, catedrais, castelos etc.), correspondências eclesiásticas, ou tratados médicos sobre doença e saúde.

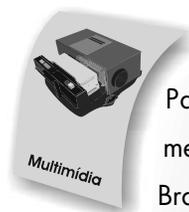
Comentário

Neste exercício, dividindo cronologicamente as fases de produção da historiografia sobre a Idade Média, do século XVI ao século XX, você deverá ressaltar as principais tendências de pensamento de cada uma das fases da História Medieval.

Você deverá criar uma espécie de painel explicando o pensamento desenvolvido sobre a Idade Média pela Reforma Protestante, pela filosofia das Luzes, pelo romantismo do século XIX, pelo culto aos heróis pelos ditadores europeus das primeiras décadas do século XX e as renovações propostas pela Escola dos Annales.

CONCLUSÃO

Devemos lembrar que, entre todas as visões preconceituosas que já foram criadas sobre o medievo, aquelas que até hoje mais persistem na mentalidade do público em geral dizem respeito ao atraso e à escuridão vividos pelas sociedades medievais. Muitos ainda vêem a Idade Média como um período “intermediário”, um intervalo de mil anos entre a crise da cultura clássica e o início dos tempos modernos.



Para você conhecer melhor a situação dos estudos medievais no Brasil, visite o *site* criado pela Associação Brasileira de Estudos Medievais, a ABREM, no qual você encontrará os temas atuais desenvolvidos por pesquisadores medievalistas de todo o Brasil, além de ter acesso gratuito a textos produzidos pelos associados. O endereço é www.abrem.org.br.

Como muito bem pensou o historiador Jacques Le Goff, até mesmo a cronologia tradicional que limita a Idade Média entre 476 d.C. e 1453 d.C. já deve ser contestada e revisada nas escolas e universidades.

Le Goff chega a propor uma cronologia muito mais extensa, de “longa duração”, para o período medieval, pois conseguimos apontar a presença de traços medievais de mentalidade e cultura até o século XVIII, por exemplo.

Para muitos medievalistas, como a historiadora Maria Sonsoles Guerras, a Idade Média, suas formas de pensamento e sua organização social começaram já a ser localizadas a partir dos séculos III e IV d.C., dentro da crise que atingiu o Império Romano durante os governos de Diocleciano, Constantino e Teodósio, num período denominado “Antiguidade tardia”. Trata-se de uma Idade Média portanto, cujas estruturas surgem ainda dentro do mundo romano, e que se divide posteriormente em três grandes fases aproximadas: a alta Idade Média (dos séculos VII ao IX); a Idade Média central (do século X ao XIII), e a Baixa Idade Média, ou “outono da Idade Média”, que, na expressão de Le Goff, começaria aproximadamente em torno do século XIV, podendo se estender até o século XVIII.

Muito mais importante do que apontar os limites cronológicos que marcam a história da Idade Média é entender que hoje, ao iniciarmos o século XXI, a Europa e as Américas devem reencontrar-se com a História Medieval sem chamar a atenção apenas para seus aspectos negativos (guerras, pestes, perseguições).

Devemos entender a Idade Média, como disse Hilário Franco Júnior (2002, p. 20), com os

(...) olhos dela própria, não com os daqueles que viveram e vivem noutro momento. A função do historiador é compreender, não julgar o passado. Logo, o único referencial possível para se ver a Idade Média é a própria Idade Média.

Só assim será possível revelar os intensos crescimentos do comércio e dos portos mediterrâneos, das técnicas de uso da terra (arado e charrua), ou das inovações culturais e artísticas (cidades, catedrais, a arte e a ciência nas universidades medievais).

Enfim, uma "outra Idade Média", mais humana, mais diversificada e mais rica surge aos nossos olhos, e nos lança a maiores desafios, e novas possibilidades de entendimento da vida do homem em sociedade.

Atividade Final

Por que, no Brasil, precisamos estudar a História da Idade Média?

Escreva suas idéias de forma organizada, em tópicos.

Comentário

Nesta resposta, você deve buscar no texto características das sociedades medievais, em religião, política, economia e cultura que também estão presentes na história da sociedade brasileira, fazendo uma ponte entre passado e presente, principalmente no que se refere às influências medievais sobre nosso processo colonizador e suas permanências.

RESUMO

O conceito de Idade Média foi uma criação dos humanistas do século XVI. Esse conceito era definido como “Idade Intermédiaria”, situada entre a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) e a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453.

A idéia de “Idade das Trevas”, alimentada pelos seguidores da Reforma Protestante e pelos filósofos do Iluminismo, é um desdobramento dos preconceitos criados pelos historiadores europeus que viveram após a Idade Média. Uma série de equívocos históricos caracterizou a expressão “Idade das Trevas”, como se a Idade Média, durante mais de mil anos, vivesse mergulhada na escuridão religiosa e no atraso político e econômico.

No século XIX, ocorreu uma espécie de idealização da História Medieval, agora repleta de heróis, guerreiros e fortes governantes. E a recuperação dos estudos medievais ocorreu apenas no século XX, com os trabalhos de historiadores ligados à Escola dos Annales, que passaram a rever temas, documentos e a própria cronologia tradicional, usada desde o século XVIII.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, o período da Antiguidade tardia será apresentado, na busca das primeiras evidências da transição do mundo antigo para o medieval. Na crise do Império Romano, e nas tentativas de reformas do período de Diocleciano no século III, você já poderá identificar as primeiras estruturas que vão formar as sociedades da Idade Média.

Aula 2

A crise do
século III d. C.:
Diocleciano e a
renovação do
Império Romano

Meta da aula

Apresentar os principais fatores que ocasionaram a crise do Império Romano no século III d.C. e seus desdobramentos político-ideológicos, socioeconômicos e religiosos.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar a conjuntura do Império Romano ao longo do século III d.C. em seu contexto histórico, conforme as principais interpretações historiográficas que buscaram compreender o fenômeno do declínio e queda do Império Romano do Ocidente;
2. reconhecer os aspectos político-ideológicos, socioeconômicos e religiosos constitutivos da crise do século III que ocasionaram a substituição do Principado pelo Dominato e levaram ao declínio do Império Romano no Ocidente;
3. caracterizar as principais reformas implementadas por Diocleciano, destacadamente a Tetrarquia, que organizaram um novo perfil institucional no Império Romano.

Pré-requisitos

Para a compreensão plena desta aula, recomenda-se a revisão dos conteúdos da Aula 1, com especial atenção à primeira sequência, *Uma Introdução à Idade Média: Conhecendo os Mitos e os Preconceitos*.

Sugerimos que você consulte um bom dicionário da Língua Portuguesa sempre que o significado de uma palavra utilizada na aula não seja do seu conhecimento.

Também é importante o uso de um atlas histórico e geográfico para a construção visual do espaço-tempo das diversas localidades, regiões e territórios mencionados ao longo do conteúdo da aula. Os nomes de diversas regiões da Antiguidade e da Idade Média mudaram ao longo da história e podem confundir sua compreensão. Por isso, a consulta a um atlas histórico é fundamental para que você alcance um bom entendimento desta aula.



Sugere-se o uso do Atlas do falecido historiador e demógrafo Colin McEvedy. As referências bibliográficas completas dessa obra seriam:

MCEVEDY, C. *Atlas da História Medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Não deixe, também, de consultar um dos diversos endereços eletrônicos que disponibilizam mapas históricos e imagens gratuitamente na rede mundial e visualizar as transformações do espaço-tempo que serão apresentadas nesta aula. Também existem passeios virtuais por meio de reconstruções computadorizadas em três dimensões nas quais podemos realizar a agradável experiência de visitar uma cidade antiga. Não deixe de ir.

www.brel.wordpress.com

www.historiadamundo.com.br

www.historianet.com.br

www.teachinghearts.org/dep00maps.html

Para visitar mais especificamente a Roma Imperial, o melhor endereço é:

<http://cybervida.com.br/a-roma-antiga-em-3d-no-google-earth>.

Aspectos conceituais e historiográficos sobre o declínio e a queda do Império Romano

No meio de tantos reveses é com uma curiosidade triste que procuramos saber qual o destino da cidade de Roma (MONTESQUIEU, 1965, p. 237).

O estudo sobre o **declínio** e a **queda** do Império Romano desenvolveu-se desde a Antiguidade até os dias atuais. O tema interessou a pensadores, historiadores, filósofos, teólogos, políticos, militares e vários outros estudiosos e cientistas de áreas diversas. É bem provável que, neste momento, você deva estar se perguntando por que tanto interesse ao longo dos séculos por um assunto em particular da Antiguidade e distante dos dias atuais?

Declínio

Do verbo latino *declinare*. Desviar-se do rumo; afastar-se de um ponto ou direção; descer; decair; diminuir; inclinar-se; enfraquecer-se; debilitar-se; abaixar-se; aproximar-se do fim (Dicionário Aurélio).

Queda

Do latim *caeda*. Ato ou efeito de cair; decadência; declínio; ruína; descida; extinção; desvalorização (Dicionário Aurélio).

A resposta para tamanho interesse é simples, mas não diminui a importância deste estudo: conhecer o *declínio* e a *queda* do Império Romano permite aos estudiosos construir um modelo de colapso para um grande império com características que podem ser aplicadas a outros impérios que se desenvolveram historicamente no Ocidente. Assim, os estudiosos formulam teorias sociais a partir das diferenças observadas entre o modelo de colapso romano e outras realidades comparadas ocorridas em períodos históricos diferentes. Conforme apontou Norma Mendes:

Trata-se de discussão que, desde o século XVIII, nunca esteve de todo ausente da historiografia produzida por gerações sucessivas de classicistas e foi refletindo ângulos e perspectivas renovados periodicamente acerca da História e dos estudos clássicos (MENDES, 2002, p. 7).

Isso não significa que a história dos tempos finais do Império Romano se repita em outras épocas ou culturas. Não se trata disso, pois a história não se repete conforme nos ensina a metodologia da história. O que ocorre é uma ampliação de nossos conhecimentos atuais que, por sua vez, justamente por terem sido ampliados, tornam-se capazes de criar novas interpretações sobre o passado humano. Segundo Keith Jenkins:

Ao traduzir o passado em termos modernos e usar conhecimentos que talvez não estivessem disponíveis antes, o historiador descobre não só o que foi esquecido sobre o passado, mas também “reconstitui” coisas que, antes, nunca estiveram constituídas como tal. Assim, as pessoas e formações sociais são captadas em processos que só podem ser vistos retrospectivamente [...]. A história sempre dá nova feição às coisas (JENKINS, 2001, p. 34).

Entretanto, os historiadores e demais cientistas sociais usam diversos métodos científicos para classificar e relacionar diversos acontecimentos do passado. Dessa maneira, formam redes de

relações que nos permitem compreender em profundidade o passado histórico de diversas culturas. Assim, podemos aprender com o estudo da história do período final da Roma Antiga imperial não apenas no que se refere aos acontecimentos que conduziram ao seu desaparecimento, mas também ao compararmos esse momento com outros períodos da história ampliamos a nossa compreensão do passado. Tais estudos, de uma certa maneira, nos ensinam como se construiu o presente e como chegamos até os nossos dias. Conforme nos ensina o historiador Enrique Florescano:

Graças ao exame desses diversos momentos de transitoriedade, o estudo da história nos impõe a obrigação de viver conscientemente a efemeridade da existência individual, a certeza de que nossos atos de hoje se apóiam na experiência do passado e haverão de se prolongar no futuro e a convicção de que fazemos parte do grande fluxo da história, de uma corrente maior pela qual transitam as nações, as civilizações e o conjunto da espécie humana (FLORESCANO, 1997, p. 69).

O que os estudiosos e cientistas sociais buscam em suas pesquisas sobre a *queda* do Império Romano é compreender em profundidade um exemplo histórico bem documentado de colapso de um grande império que se estendeu sobre as margens do mar Mediterrâneo e grande parte do mundo conhecido na época. Isso é muito importante para os estudiosos, pois a civilização romana é uma das origens do que entendemos **ideologicamente** como mundo ocidental.

As realizações da civilização romana influenciaram profundamente o Ocidente: do Direito à religião, da engenharia à literatura, dentre outros aspectos. Conhecer o destino da civilização romana permite conhecer melhor a dimensão do que conhecemos como Ocidente, desde suas origens aos nossos dias. Por causa dessa influência sobre a nossa civilização, o estudo sobre a trajetória histórica de Roma continua atual e importante para nós. Cyril Bailey

Ideologicamente

Palavra polissêmica, pois comporta vários significados nem sempre convergentes. Nesta aula, utilizamos o termo ideologia conforme a definição sociológica proposta por Max Weber, na qual “ideologia designa os sistemas de crenças políticas [...] um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos coletivos” (BOBBIO, 2007).

nos ensina, de forma simples, sobre a importância do legado romano para os dias atuais: "Podemos dizer que a influência romana, que era ao menos em parte instintiva e inconsciente, se converteu, no transcurso dos séculos, em consciente e intelectual" (BAILEY, 1956, p. 19).

Não há um consenso entre os estudiosos sobre as causas do *declínio* e da *queda* de Roma. As respostas apresentadas são variadas e dependem do ponto de vista de quem as forneceu. Por causa dessa variedade não pense que a história é subjetiva. O historiador cria uma interpretação a partir de um conjunto de informações e vestígios do passado, um método de análise e uma teoria que determinam a sua compreensão dos acontecimentos do passado. Nas palavras bem definidas por Marc Bloch

(...) conscientemente ou não, sempre as nossas experiências quotidianas que, em última análise, vamos buscar, dando-lhes, onde for necessário, os matizes de novas tintas, os elementos que nos servem para a reconstituição do passado (...) (BLOCH, 1987, p. 43).

Além disso, o historiador vive em uma sociedade como você. Ou seja, está inserido em um coletivo de pessoas e idéias que influenciam sua maneira de ver o passado e elaborar perguntas sobre ele. Assim, as questões que um historiador busca responder em seu estudo da história se relacionam com indagações formuladas a partir de seu tempo presente, da época em que vive e de suas preocupações quotidianas. Por meio dessas indagações amplia a consciência que tem de si próprio, de seu grupo social, de sua nação e do tempo presente em que vive. Conforme apontou Enrique Florescano:

Dotar um povo ou nação de um passado comum e fundar nessa origem remota uma identidade coletiva é, talvez, a mais antiga e permanente função social da história (...). Ao criar uma ponte entre o passado distante e o presente incerto, o relato histórico estabelece uma relação de

parentesco com os antepassados, próximos e longínquos, e um sentimento de continuidade no interior do grupo, do povo ou da nação (FLORESCANO, 1997, p. 66-67).

Os estudos interpretativos sobre o *declínio* e a *queda* do Império Romano foram realizados sob diversas influências ideológicas e refletiram a época na qual seus intérpretes viveram, por isso a variedade de interpretações que você encontrará ao estudar esse tema da história antiga e medieval. Assim, para que você compreenda bem esse problema, é preciso ter atenção às influências ideológicas do tempo presente daquele que apresentou uma tentativa de compreensão desse tema da história, pois

Pouco a pouco muitos historiadores começaram a ver o crepúsculo de Roma quase como uma página de história contemporânea. A referência, muito comum na época, aos acontecimentos de nosso tempo continua sendo um subentendido do qual ainda hoje temos dificuldade de nos livrar. E isto não é de surpreender, em maior ou menor medida, o conceito de decadência sempre teve uma referência atual (MAZZARINO, 1991, p. 205).

Você entendeu que declínio e queda não são sinônimos? São conceitos que devem ser aplicados cuidadosamente ao estudo histórico do Império Romano. O declínio romano iniciou-se de forma gradativa e lenta desde o século III d.C. A partir desse período de sua história, a civilização romana perdeu gradativamente as condições de poder político-militar, riqueza, organização administrativa e bem-estar socioeconômico alcançados em seu apogeu, como definem diversos historiadores, durante o século de ouro da Roma Imperial. Essa época de bem-estar e grandeza para os romanos ocorreu sob a dinastia dos imperadores antoninos, entre 96 e 192 d.C., conforme definiu o historiador Léon Homo:

Herdeiros das idéias e do sistema político de Augusto, a idade de ouro da grandeza romana, fornecerá ao mundo sob a égide de Roma, dois séculos de uma grandeza que nunca conheceram no passado e que não reencontrarão jamais nos tempos seguintes (HOMO, 1941, p. 320).

Nesse período de sua história, a cultura romana atingiu seu ápice expresso na organização de um modelo de vida que permanece como uma referência para a civilização ocidental. Esse elevado padrão de vida pode ser observado em dois aspectos da civilização romana. Primeiro, na civilização material identificamos os feitos romanos na arquitetura e engenharia, nas quais se destacam, dentre outros, as estradas, as fortificações, as moradias, o urbanismo, os banhos públicos, os sistemas de condução de água e esgoto. Muitas dessas obras de construção e de arquitetura romana estavam voltadas para o conforto da vida quotidiana mantendo-se únicas, e somente foram igualadas pela engenharia contemporânea, pois "(...) as obras públicas romanas requeriam uma planificação elaborada e, não raro, intrincada mesmo, numa escala que não encontrou paralelo até o século XIX" (BALSDON, 1968, p. 128).

Segundo Arther Ferril, ao longo do Império Romano os benefícios alcançados pela população imperial incluíram a criação de um sistema administrativo eficiente e uma estrutura jurídica complexa que "atendeu às necessidades de homens de diversas línguas, antecedentes étnicos e tradições culturais" (FERRIL, 1989, p. 14).

Entretanto, a perda gradativa desse elevado padrão de vida, alcançado ao longo do século II d.C., fez com que a civilização romana entrasse em declínio muito antes de ficar em "perigo" de cair. Por isso, as razões para o declínio de Roma não são necessariamente as mesmas para a sua queda. O declínio romano se prolongou por um intervalo de tempo maior que se estendeu desde o século III até o século V d.C.

É importante que você entenda essa diferença para não confundir os diversos problemas surgidos no Império Romano ao longo do século III d.C. como causas imediatas de sua queda, mas sim em sua relação com a formação do mundo medieval. Repare que, entre a crise do século III e a queda de Roma, existe um longo período de sua história que interessa muito aos estudiosos das origens medievais. Esse período da história romana que se estende entre os séculos III e V d.C. é conhecido pelos especialistas como *dominato*. Ele é importante para a nossa aula, pois foi nesse período da história que se formaram as raízes romanas da Idade Média.

O interesse sobre o declínio e a queda de Roma produziu uma grande variedade de estudos e pesquisas que destacaram aspectos diversos do processo histórico que acarretou o colapso do Império Romano. Consideraram o fim do Império Romano sob o ponto de vista político, religioso, social, econômico, militar, cultural e ideológico dentre tantos outros. Apesar dessa variedade de interpretações, permanece atualmente o interesse dos historiadores sobre os estudos relativos ao fim do Império Romano no Ocidente. Em virtude da variedade das interpretações e do antagonismo entre as conclusões desses estudos, apresentaremos resumidamente as principais explicações modernas apresentadas para o declínio e a queda de Roma.

As explicações que destacaram o aspecto político do *declínio* e da *queda* do Império Romano interpretaram a ausência de regras para a sucessão dos imperadores como um fator estrutural do desequilíbrio do poder ao final do império. Entretanto, repare que, desde o início do Império Romano, com o principado de Augusto, tais regras não existiam.

Os historiadores que buscaram a explicação econômica marxista explicaram o declínio romano a partir da transição do modo de produção antigo para o feudal. A utilização da mão de obra escrava, fundamento do regime econômico escravista antigo, foi substituída progressivamente pela servidão, entre os séculos III e V d.C., determinando o fim do sistema econômico antigo.

Os historiadores econômicos de viés liberal, por sua vez, identificaram a dependência e a fragilidade da economia romana frente às suas províncias como causa determinante de sua queda. A produção econômica itálica não era capaz de atender à demanda imperial, cuja crise teria sido agravada em virtude da perda do controle econômico de territórios e províncias para as tribos germânicas. Repare que, à exceção dos vândalos, as tribos germânicas foram incorporadas à economia imperial romana a partir da segunda e terceira geração de migrantes.

As explicações sociais e religiosas privilegiaram a difusão da cultura e das práticas cristãs como responsáveis pelo fim do Império Romano. O cristianismo teria introduzido na sociedade romana uma cultura de resignação, pacifismo e humildade. Tais valores e práticas teriam provocado uma inversão dos papéis sociais incompatível com a valorização da virilidade, da tolerância e do militarismo romano. Note que a religião cristã foi incorporada ainda no século IV a.C. como religião oficial do Estado romano. Além disso, o cristianismo foi o responsável pela valorização e sobrevivência da cultura romana por intermédio da cultura latina medieval.

As interpretações oferecidas pela historiografia militar indicaram a perda da capacidade do exército romano em incorporar novas gentes e anexar novos territórios por meio da conquista e das guerras. A chegada dos “bárbaros” ao exército imperial romano teria alterado a cultura militar na forma de atuação na guerra. Sua formação e atuação militar como um exército ofensivo teria se perdido em prol de uma atuação e formação militar exclusivamente defensiva e fixada territorialmente. Assim, os soldados romanos teriam abandonado progressivamente a cultura da arte da guerra como um valor ancestral e constitutivo da romanidade.

Repare que não há consenso entre os historiadores que se dedicaram ou ainda se dedicam ao estudo do *declínio* e da *queda* de Roma. Na síntese que apresentamos podemos identificar argumentos favoráveis ou contrários ao fim do Império Romano. Tais argumentos e sua validade são determinados por teorias e

Resposta Comentada

Em sua resposta, você deverá apontar as principais explicações sobre o declínio e a queda de Roma, conforme a problematização efetuada pelas correntes historiográficas que estudaram este aspecto da história de Roma.

A crise do século III a.C.

Os historiadores que estudaram as origens medievais antes de nós, a partir de seus diversos aspectos históricos, identificaram um conjunto de transformações profundas no Império Romano ao longo do III século d.C. Ao estudar este período da história romana, reconhecemos diferenças marcantes nas características da estrutura e da organização do Império Romano.

Os historiadores identificaram características comuns relacionadas com o declínio romano no período que se estende da dinastia dos imperadores severos, entre 193 e 235 d.C., e a ascensão do Imperador Diocleciano ao poder, em 284 d.C. Apesar de algumas correntes historiográficas não incluírem a dinastia dos imperadores severos, ou pelo menos o seu primeiro imperador Septímio Severo, nas transformações históricas que levaram o Império Romano ao seu declínio, de uma forma geral apelidaram-no de **crise** do século III.

Criaram assim um conceito geral que pretende dar conta de um conjunto de transformações profundas e generalizadas que atingiram o Império Romano. Ou seja, a crise do século III não é uma crise comum que atingiu o Império Romano, mas significou um conjunto de crises estruturais e desequilíbrios interdependentes que agravaram as dificuldades encontradas pelos romanos para viverem nesse período. Conforme definiu Roger Rémondon:

Durante os reinados de Marco Aurélio e Cômodo quebrou-se o conjunto de equilíbrios que até então havia estabilizado harmonicamente a Paz Romana (...). As

Crise

Do latim *crise*.

Manifestação violenta e repentina de ruptura de equilíbrio; estado de dúvidas e incertezas; fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos e das ideias; ponto de transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão; situação grave em que os acontecimentos da vida social, rompendo padrões tradicionais, perturbam a organização de alguns ou de todos os grupos integrados na sociedade; momento perigoso ou decisivo; tensão; conflito; deficiência, falta, penúria (Dicionário Aurélio).

reformas empreendidas na época dos severos não tiveram tempo de enraizar-se, e, apesar de corresponderem à evolução e às necessidades do império, não puderam superar a tormenta do século III (RÉMONDON, 1967, p. 3).

No Império Romano, progressivamente, a tradição clássica greco-romana foi, em grande parte, substituída pela germânica, a autoridade imperial do Senado romano cedeu lugar a tendências monárquicas autocráticas, o legado da civilização urbana antiga foi ruralizado, a romanidade tornou-se cristandade, e assim, na representação simbólica cristã vitoriosa, o império dos césores tornou-se o reino do mal (*regnum caesaris regnum diaboli*). Para o Império Romano, na definição de Charles Norris Cochrane: “Encerrava-se, pois, um labor duplo: a) atrair e agregar em uma vasta unidade física todos os povos de vida mediterrânea e b) submeter esses povos à disciplina formal da romanidade” (COCHRANE, 1992, p. 120).

O *declínio* e a *queda* do Império Romano foram estudados a partir de diversos pontos de vista, dentre os quais o político, o religioso, o econômico, o militar, o social e o cultural. Também a partir de correntes historiográficas com fundamentos variados em diferentes épocas até os dias atuais. Entretanto, conforme você aprendeu, apesar da variedade de estudos dedicados ao tema, não há consenso para explicar o colapso de Roma.

Alguns aspectos das transformações históricas que atingiram o Império Romano são fundamentais para se compreender a crise do século III, pois se relacionam com estruturas históricas que permitem aos historiadores compreender as origens medievais. É nessa perspectiva que estudaremos o *declínio* e a *queda* de Roma, ou seja, buscando nessas transformações históricas as raízes da Idade Média, dentre as quais estudaremos os seguintes problemas: a pressão das tribos germânicas sobre as fronteiras do Império Romano; as tentativas de continuidade do poder no contexto da anarquia política do século III; a descentralização política e administrativa; a economia.

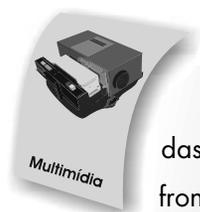
A movimentação das tribos germânicas nas fronteiras romanas manifestava-se desde o período dos antoninos. Entretanto, ao longo do século III a pressão exercida sobre o território imperial agravou-se em virtude de três aspectos novos em relação ao período anterior. Primeiro, a subida ao poder da dinastia sassânida na Pérsia, em 224 d.C., em grande parte provocada pela longa e onerosa guerra movida pelo Império Romano contra a dinastia dos partos arsácidas, que anteriormente governavam o Império Persa. Os sassânidas ameaçaram diretamente o território romano das províncias orientais e investiram militarmente contra as fronteiras da Germânia e da Récia. Na defesa do Império perdeu a vida o último imperador da dinastia dos severos, Alexandre Severo, em 235 d.C., assassinado por soldados descontentes com a notícia de um possível acordo de paz com os persas. Nesse contexto, os sassânidas exerceram uma séria ameaça à sobrevivência do Império Romano, pois contavam com uma superioridade militar e ideológica, cujas rápidas conquistas no Oriente permitiram financiar e reivindicar territórios romanos na Europa. Conforme André Piganiol,

(...) os novos príncipes empreenderam a tarefa de substituir o regime agrário e tolerante dos partos por uma monarquia centralizada na qual impuseram a religião de Zoroastro como religião de estado. Se deram a tarefa de reconstruir o império de Dario, anexar a Ásia Ocidental e reivindicar, na Europa, a fronteira de Estrimão (PIGANIOL, 1961, p. 380).

Segundo, a influência exercida por Roma sobre as tribos germânicas acarretou a transmissão de conhecimentos, valores e práticas que alteraram a cultura germânica ancestral. Práticas econômicas, técnicas de construção, táticas militares, concepções do Direito e de propriedade, todo um conjunto de conhecimentos romanos tornou-se acessível a diversas tribos germânicas. A atração exercida por Roma ocasionou o novo fenômeno dos agrupamentos de tribos, tais como os alamanos, que buscavam se estabelecer,

sobreviver ou saquear o território imperial. As invasões identificadas no século III não são mais fenômenos esporádicos, circunstanciais ou determinados pela personalidade de um chefe germânico, mas sim um fenômeno novo no sentido de apresentarem uma organização de lideranças, motivações e interesses que não se reuniam anteriormente. Por isso, foram mais ameaçadoras a estabilidade e a vida quotidiana no Império Romano do século III.

Terceiro, a pressão exercida pelos germanos orientais que se dirigiram para o interior da Germânia diminuindo o espaço vital necessário para a sobrevivência das demais tribos germânicas. Essa movimentação incidiu sobre várias direções da Germânia e das fronteiras romanas. Ao norte, destacamos a ocupação da Jutlândia pelos anglos, os varnos e os jutos, os saxões e os lombardos na foz dos rios Weser e Reno. Sobre o oeste, os borgúndios que se estabeleceram em torno do rio Reno, os vândalos sobre o rio Older, os silingos que ocuparam a Silésia e os asdingos que se dirigiram para a Eslováquia. Ao leste, identificamos os godos, que ocuparam a região de Dantzig e provocaram rápido deslocamento das tribos germânicas ao leste do Reno pressionadas em direção às fronteiras imperiais romanas.



Para uma boa compreensão da movimentação das diversas tribos germânicas em sua pressão sobre as fronteiras do Império Romano, sugerimos que você consulte um mapa histórico sobre esses deslocamentos ocorridos entre os séculos III e V d.C. Dentre os vários atlas históricos disponíveis na rede, indicamos www.historianet.com.br.

Em sua dimensão política, a crise do poder imperial romano envolveu diversas tentativas de continuidade administrativa e centralização da autoridade do imperador no contexto da anarquia política do século III. Alguns aspectos das dificuldades políticas

do Império Romano remontam a um período anterior, entretanto se agravaram ao longo do século III, destacadamente durante a anarquia militar. À consolidação de Septímio Severo no poder após a guerra civil contra os demais pretendentes ao Império, entre 193-197 d.C., seguiu-se uma política de favorecimento das legiões romanas.

Os imperadores severos ampliaram os benefícios concedidos ao exército, dentre os quais identificamos o aumento dos soldos, a autorização para os soldados contraírem casamentos juridicamente válidos em seu tempo de serviço militar, o direito de associação dos oficiais em corporações de socorro mútuo. As promoções são facilitadas, permitindo ao soldado simples a ascensão às patentes superiores. Ainda sob os severos, identificamos a sacralização do imperador representado em imagens do culto imperial como dominus, representante divino. Assim, conforme identificou Roger Rémondon: “Sem a alteração do direito público, a participação do exército na eleição do imperador tornou-se preponderante” (RÉMONDON, 1967, p. 10).

O poder militar assume um protagonismo que anula o poder político em grande parte de suas competências e responsabilidades. O Senado e a tradicional aristocracia senatorial entram em declínio, do qual não mais se recuperam. A burocracia imperial e provincial foi progressivamente ocupada por oficiais, cavaleiros, centuriões e suboficiais, que passam a exercer funções administrativas burocráticas ao se retirarem do serviço militar. Nesse contexto, identificamos os fundamentos institucionais do *dominato*, pois

(...) a continuidade e a autoridade do poder imperial somente foram garantidas reforçando-se a tendência ao *Dominato* e não recorrendo-se às disposições legais do *Principado*, que lhe são antagônicas, nem a via do despotismo, caricatura contraditória do *Dominato* (RÉMONDON, 1967, p. 10).



Dominato foi o regime jurídico-político, administrativo e ideológico romano que se estendeu após o período da anarquia militar, em 235 d.C., com a ascensão de Diocleciano, em 284 d.C., ou, conforme alguns historiadores, de Constantino até a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C. O dominato caracterizou-se pela concentração do poder no imperador romano com a subordinação das demais magistraturas a sua vontade e seus interesses. O imperador é identificado como um representante de Deus na Terra, adquirindo uma dimensão simbólica teocrática fundamentada na ideologia cristã que está na origem do cesaro-papismo medieval.

O período da história romana conhecido como anarquia militar, entre o fim da dinastia dos severos, em 235 d.C., e a ascensão de Diocleciano ao poder, em 284 d.C., caracterizou-se por uma profunda crise política, principalmente no âmbito das sucessões imperiais e no declínio do poder das magistraturas imperiais e senatoriais. Conforme Pierre Grimal se referiu a esse momento da história romana:

É todo o antigo sistema que se desmorona, a velha “hierarquia de benefícios” geradora de paz e segurança (...) Desaparecendo um imperador, e na ausência de qualquer sistema de sucessão, declaram-se as ambições. Os que detêm a força, isto é, os governadores das províncias “armadas”, proclamam-se imperadores (GRIMAL, 1999, p. 131).

O protagonismo institucional exercido pelo exército associado às graves ameaças das tribos germânicas em sua pressão sobre a fronteira romana favoreceram as constantes usurpações do poder imperial promovidas pelos comandantes das legiões nesse período. Sem regras claras para a sucessão imperial, o desaparecimento de um imperador correspondia à abertura de uma crise sucessória em

virtude dos diversos pretendentes que se apresentavam ou usurpavam o título imperial amparados por seus legionários.

As legiões muitas vezes eram compradas em seu apoio aos pretendentes com promessas de ganhos futuros, ou seja, quando tomassem efetivamente o poder imperial. Além disso, observamos nesse período que nenhum imperador, usurpador ou minimamente reconhecido em sua legitimidade exerceu o poder sobre todo o território do império romano. Nas palavras de Ferdinand Lot:

Os motivos de intervenção do exército, ou melhor, dos exércitos, não são dos mais altruístas: põem-se e depõem-se imperadores por dinheiro ou por razões de amor-próprio. As legiões chegam, por vezes, a apoiar um personagem militarmente incapaz quando é rico (Didius Julianus). Mais tarde, cansam-se dele e acabam por o matar. E matam-no também no caso de o imperador ser demasiado rígido com a disciplina (LOT, 1980, p. 23).

A rápida sucessão dos imperadores também correspondeu a uma diminuição considerável da área de atuação do **império proconsular** exercido pelos imperadores desse período, ou seja, o poder real militar, político e jurídico dos imperadores romanos não era mais exercido plenamente por um único representante em todo o território do Império Romano. Repare que o próprio Diocleciano, então comandante da guarda, subiu ao poder no contexto de uma reivindicação do título imperial após o assassinato de Numeriano por seu prefeito do pretório e o confronto militar com Carino, ambos filho do ex-imperador Caro, no início de 285 d.C.

A descentralização política e administrativa correspondeu a uma continuidade da administração imperial romana promovida por sua burocracia provincial, apesar da profunda crise política durante a anarquia militar. Para Roger Rémondon: “O Império se beneficia da obra levada a cabo desde a época de Augusto e dos esforços dos severos para unificar a administração e consolidar a burocracia” (RÉMONDON, 1967, p. 32).

Império proconsular

O imperador romano exercia a realidade do poder. Possuía os títulos de César e de Augusto (venerável). Era chamado também de Princeps (primeiro). Concentrava sobre sua pessoa todos os demais poderes que os outros magistrados partilhavam entre si e os conservava por toda a vida. Como imperador, possuía o império proconsular, ou seja, o poder supremo político-militar e jurídico, tanto em Roma quanto nas províncias, o que o tornava o único chefe e comandante supremo do exército romano em seu conjunto.

A atuação da burocracia fiscal romana, principalmente sobre as camadas camponesas responsáveis pelos suprimentos agrícolas, garantiu os níveis de arrecadação dos tributos imperiais que financiavam o Estado romano. O contato direto com o mundo germânico e a realidade das invasões em diversas áreas do Império desenvolveram a noção de pertencimento à romanidade, destacadamente na Gália romana.

No contexto da descentralização do poder observado no período da anarquia militar, identificamos experiências de descentralização que expressavam tentativas regionais de defesa e autonomia amparadas na eficiência da burocracia romana em várias regiões do Império, como por exemplo a Gália, a Bretanha, a Espanha e o Egito. Dentre tais experiências, destacamos o surgimento do Império Romano das Gálias, instituição político-jurídica, militar e burocrática que uniu as províncias gaulesas, ou seja, a Germânia, a Espanha e a Bretanha, em uma unidade institucional. Na prática, esse deslocamento institucional já antecipava a divisão imperial que aconteceria posteriormente, pois, por exemplo, o imperador Galiano (253-268 d.C.) era reconhecido na Itália, na África e no Egito. Na Ásia, a fragmentação surgiu com o reino de Palmira, que, apesar de efêmero (existiu entre 261 e 271 d.C.), manteve sua autonomia como componente do Império frente ao poder central romano. Assim, na definição de Hans Pflaum:

O século III significou para Roma e Itália a decadência. Diminuiu constantemente a importância de Roma porque os soberanos já não podiam estabelecer a corte na sacra urbs, a cidade sagrada, visto que necessitavam percorrer o império de um extremo ao outro para rechaçar os ataques dos inimigos (PFLAUM, 1985, p. 480).

A economia imperial romana ao longo do século III caracterizou-se por uma profunda crise da produção, principalmente nas atividades agrícolas e de mineração. A redução da produção agrícola refletiu a diminuição das áreas de plantio, o abandono

de terras anteriormente cultivadas e a carência de mão-de-obra no campo. Esses fatores são decorrentes do acirramento das guerras contra as tribos germânicas que esvaziaram demograficamente os campos em virtude da ampliação do engajamento militar nas legiões romanas e da redução do afluxo de escravos para o Império Romano. A estrutura escravista romana passa por uma profunda alteração: a transição do escravismo antigo para a servidão medieval.

A escassez de mão de obra também atingiu as atividades de mineração. A redução da produção de ouro e prata nas minas e as dificuldades enfrentadas pelo exército romano para incorporar novos tesouros e escravos de povos conquistados provocou uma profunda crise monetária cuja consequência maior foi a redução do peso e do valor das moedas romanas desse período. As moedas de ouro e prata praticamente desapareceram, e a proliferação das emissões desprovidas de lastro em metais preciosos provocou uma inflação que generalizou a pobreza e o desconforto da vida quotidiana. Essas emissões, no entanto, serviam ao pagamento dos soldos, o que garantia um patamar mínimo de sobrevivência do sistema econômico imperial. Segundo Ferdinand Lot:

Se é certo que os imperadores romanos do Baixo Império insistiram em que o Estado continuasse a levar um tipo de vida que era já incompatível com a situação econômica de então, tal advém do fato de a própria existência do Estado estar dependente desse mesmo tipo de vida. Censurar-lhes as medidas por si tomadas é injusto e até mesmo pueril: isso é o mesmo que censurá-los por terem querido que o Império Romano continuasse a existir. Só que mais não conseguiram do que prolongar a sua agonia no Ocidente. Mas, sem eles, o doente teria experido dois séculos antes num acesso de febre convulsiva. E mesmo assim é perfeitamente prodigioso que tenham conseguido manter a sua existência no Oriente (LOT, 1980, p. 97).

A economia desse período também diminuiu de tamanho em virtude da insegurança nas estradas, provocada pelas invasões germânicas. As áreas urbanas sentiram a redução comercial por meio das dificuldades de circulação de mercadorias, gêneros e moedas. As áreas rurais sobreviveram em seu conjunto econômico, apesar dos ataques, saques e depredações de propriedades individualmente. Segundo a interpretação de Roger Rémondon:

Salvo a pressão fiscal e a crise de produção, o campo escapou a estas dificuldades. A importância relativa da cidade e do campo começa a inverter-se em favor deste último. Além das transformações econômicas, esta é uma crise das estruturas do império e de sua civilização (RÉMONDON, 1967, p. 39).



Atende ao Objetivo 2

2. Explique e descreva dois aspectos históricos relacionados com a crise do século III no contexto de transformações que atingiram o Império Romano.

Resposta Comentada

Em sua resposta, você deverá explicar e descrever dois dentre os seguintes aspectos relacionados com a crise do século III no Império Romano: as invasões germânicas do século III e suas características distintivas frente as demais invasões ou migrações; a dimensão política da crise do século III em seus desdobramentos institucionais, com a sobreposição do poder militar ao político e a ausência de regras da sucessão imperial, com suas conseqüências na instabilidade imperial neste período; as tendências de fragmentação e continuidade burocrática, institucional e política; a problemática econômica e sua relevância nas crise do século III.

As reformas de Diocleciano

Conforme você estudou, o Império Romano no século III passou por transformações profundas e enfrentava uma sucessão de trocas violentas no poder imperial. Nesse contexto de luta pelo poder, em 284 d.C., o comandante da guarda imperial Caio Aurélio Diocleciano tornou-se imperador romano quando Numeriano (283-284 d.C.) foi assassinado. O novo imperador apoiava-se nas legiões romanas que, em contraposição ao Senado, formavam, desde os tempos de Septímio Severo, uma sobreposição do poder militar ao civil que elevava os diversos pretendentes ao título imperial. O império exercido por Diocleciano foi marcado por um conjunto de reformas que alteraram seu perfil institucional, político-jurídico, socioeconômico e cultural. O Império Romano progressivamente distanciava-se das estruturas político-jurídicas, ideológicas, econômico-sociais e culturais vigentes durante os séculos I e II d.C., denominadas principado.

Entretanto, você não deve avaliar negativamente tais transformações, pois, em virtude delas, o Império Romano pôde sobreviver institucionalmente no Ocidente até a segunda metade do século V. É preciso considerar o contexto histórico no qual ocorreram tais transformações, pois, a partir delas, formaram-se as estruturas do Império Romano que se comunicam com as origens da Idade Média, ou seja, o *dominato*.



Principado foi o regime jurídico-político, administrativo e ideológico constituído com a ascensão de Augusto ao final da República romana como *Princeps*, em 27 a.C. , que se estendeu até a queda da dinastia dos severos, em 235 d.C. No principado, o poder romano se organizou a partir da tutela do *Princeps* sobre o Senado, da organização de uma burocracia imperial, *officia palatina*, que se distinguiu dos serviços domésticos ligados ao imperador, da criação de diversas prefeituras (*praefecture urbi*, *praefecture annonae*, *praefecture vigilum* e *praefecture praetorio*) encarregadas da administração da cidade, do fornecimento de víveres, da vigilância e da guarda imperial, respectivamente. A administração central era coadjuvada com o Conselho do Príncipe, *Consilium Principis*, encarregado de receber apelações. Contava ainda com a organização da cobrança de impostos e uma administração periférica baseada nas províncias imperiais e senatoriais governadas por meio de pró-cônsules e legados imperiais.

Ao assumir o poder, em 284 d.C., o imperador Diocleciano empreendeu um conjunto de reformas visando solucionar diversos problemas estruturais da administração imperial romana. Dentre estas reformas destacamos a política-ideológica e administrativa, com a criação da tetrarquia; a fiscal e econômica; a militar e a jurídica. Como consequência dessas reformas surgiu um ambiente que nos leva à Idade Média.

A principal medida política implantada por Diocleciano foi a *tetrarquia*. Em virtude das violentas trocas de poder e da

contestação sobre a legitimidade dos imperadores romanos ao longo da segunda metade do século III, Diocleciano buscou elaborar regras para a sucessão imperial e ordenar o poder exercido pelos imperadores, inclusive quanto ao seu limite temporal. A *tetrarquia* pretendia organizar institucionalmente o poder e a administração exercida diretamente pelos imperadores romanos. Seu princípio político-ideológico era a busca da *Concordia* imperial e o retorno da época de ouro vivida sob os imperadores antoninos. Conforme apontou Leon Homo:

Apesar de sua importância administrativa, o sistema da tetrarquia regulava ou pretendia regular, de uma vez e para sempre, o secular problema da sucessão imperial. Os dois Césares eram considerados como os sucessores designados dos dois Augustos e deviam substituí-los automaticamente no dia em que um destes últimos, por morte ou por abdicação voluntária, deixasse o lugar livre (HOMO, 1980, p. 95).

A *tetrarquia* foi estruturada ao longo de uma década, tendo por objetivo a resolução eficaz de problemas que exigiam a atenção do imperador, tais como o gigantismo do território imperial, a administração das áreas conquistadas, a cobrança de impostos, o controle sobre as legiões e a definição de regras para a sucessão imperial que anulassem as sucessivas mudanças de imperadores conforme ocorrera durante a anarquia militar. Para Finley:

A investidura de Diocleciano parecia a princípio ser mais um desses episódios, e, no entanto, ele reinou por duas décadas e, o que é ainda mais notável, viveu mais oito anos depois de se afastar do cargo. O paradoxo é que, ao dividir a administração imperial, Diocleciano salvou o império (FINLEY, 1991, p. 169).

Após assumir o Império, Diocleciano compartilhou o poder com seu amigo fiel Maximiano, com o qual acumulou diversas magistraturas que lhes permitiam governar a partir de funções político-administrativas complementares e acrescidas de uma dimensão religiosa. Diocleciano tornou-se *Augusto* e instituiu Maximiano como César, ainda em 284 d.C. Mais tarde, em 286 d.C., ambos tornaram-se *Augustos*, ocupando a mais alta função encarregada do exercício do poder imperial.

Os títulos de *Augusto* vinham acompanhados de uma dimensão religiosa dotada de forte simbologia e representação. Diocleciano tomou para si o título de *Augustus Iovius*, enquanto que concedeu a Maximiano o título de *Augustus Herculius*. Associou-se à vitória, à fartura e à estabilidade, qualidades de Júpiter. Assim, apesar de uma certa igualdade no conjunto das magistraturas assumidas por ambos, indicava estar acima do Augusto Maximiano. Conforme Ferdinand Lot,

Os cognomes de Iovius e de Herculius, oficialmente adotados pelos dois amigos, foram uma ostensiva manifestação da existência desse conceito. E a escolha foi feliz: Hércules nunca traiu Júpiter (LOT, 1980, p. 28).

O acirramento dos ataques lançados pelos persas na Ásia, das tribos germânicas na Europa, as revoltas na Bretanha, no Egito e na Mauritânia superaram a capacidade de reação dos dois *Augustos*. Em 293 d.C., Diocleciano compartilhou novamente o poder imperial. Tomou para si a responsabilidade sobre o Oriente e encarregou Maximiano das regiões danubianas controladas pelos romanos. Aos imperadores *Augustos* foram indicados dois *césares*, ambos com poder de imperium, poder tribunício e portadores do diadema imperial. Os *césares* não atingiam a igualdade com os *Augustos*, mas a eles foram delegados poderes sobre a Gália e a Bretanha. Cada *Augusto* poderia atuar e vistoriar a administração da parte relativa ao seu César.

A tetrarquia não pode ser definida necessariamente como uma divisão política do Império Romano. Não ocorreu um desmembramento territorial ou administrativo e a unidade de legislação se manteve. O próprio Augustus Iovius Diocleciano permaneceu como o protagonista das ações imperiais até se retirar do poder para se dedicar à sua propriedade em Salona (Split, na atual Dalmácia). Em 305 d.C., Diocleciano e Maximiano abdicaram em prol de seus dois césares, que assumiram o poder imperial como *Augustos*: Constâncio e Galério.

Diocleciano buscou reforçar as magistraturas romanas em sua autoridade frente às funções exercidas por funcionários da corte imperial. Entretanto, não desprezou o aparato cerimonial, pois retomou o uso do diadema místico simbolizando a eternidade que o imperador Aureliano havia buscado entre os imperadores sassânidas, da Pérsia. É importante ressaltar que, nesse contexto de exibição do poder simbólico na corte imperial, surgiu a denominação do imperador romano como *dominus*, ou seja *senhor*.

A intervenção econômica que promoveu buscava reorganizar as finanças imperiais em virtude dos elevados gastos com os funcionários romanos, as despesas excessivas e os custos elevados com a manutenção das legiões. Estas últimas, com o aumento de seus efetivos recrutados entre os provinciais *bárbaros*, tornaram-se dispendiosas e pouco eficientes em suas conquistas militares. Estudaremos essa problemática ao início da Aula 18 sobre as estruturas de poder na Idade Média.

Diocleciano atuou na economia impondo um rigoroso controle de preços de diversos bens e serviços, cuja fiscalização punia os infratores, quando descobertos, com penas severas. A fixação dos preços buscava conter, por meio da legislação, uma prolongada inflação decorrente da profunda desorganização da economia imperial durante o período da anarquia militar. Conforme a observação de Moses Finley:

Resposta Comentada

Em sua resposta, você deverá relacionar a crise do século III, em seus aspectos políticos e econômicos, que promoveu o fim do principado e a chegada da nova ordem do dominato, dentre os quais destacamos o declínio do poder do Senado romano, as novas formas de administração, a proeminência do poder militar exercido pelas legiões sobre as instituições políticas romanas tradicionais, a fragmentação do poder, a ruralização e o declínio da civilização urbana antiga.

RESUMO

O estudo sobre o declínio e a queda do Império Romano demonstrou o interesse dos historiadores por um tema de estudos seguidamente renovado na historiografia, pois expressa um campo fecundo da interpretação crítica da história pela aplicação de novas teorias, conceitos, hipóteses e métodos de pesquisa.

A crise do século III marcou um conjunto profundo de alterações político-institucionais, econômicas e sociais que promoveram o declínio da ordem imperial do principado em prol do dominato. Nesse contexto, destacamos a instabilidade política, institucional e econômica do Império Romano em virtude do protagonismo político e institucional exercido pelas legiões na condução dos interesses do poder romano.

O império exercido por Diocleciano promoveu a reorganização institucional romana, expressa principalmente por meio da organização da tetrarquia, o que favoreceu o surgimento de uma nova ordem e ideologia relacionadas com a sobrevivência do Império Romano no regime de transição para a Idade Média, o dominato.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, trataremos do conjunto de reformas empreendidas no Império Romano ao longo do século IV, da monarquia de Constantino até o reconhecimento do cristianismo como religião oficial do Império Romano. Nesse contexto histórico, aprofundamos em nosso estudo a interpretação crítica sobre as origens da Idade Média.

Aula 3

As cidades
medievais

Meta da aula

Apresentar a vida cotidiana da cidade medieval entre os séculos XI e XIII.

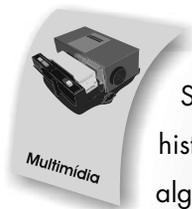
Objetivos

Ao final do estudo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. caracterizar as principais transformações da sociedade medieval em sua relação com a vida material e econômica urbana, surgida em virtude do desenvolvimento comercial entre os séculos XI e XIII;
2. reconhecer a relação entre os novos valores e práticas sociais urbanas e os modelos culturais, expressos nas transformações intelectuais e artísticas ocorridas na sociedade medieval, em virtude da difusão e do crescimento das cidades medievais;
3. identificar e analisar as novas formas de viver instituídas nas cidades medievais em sua dimensão da vida cotidiana pela valorização das casas e dos espaços domésticos que expressaram novos hábitos e práticas sociais adotados na sociedade medieval em virtude do desenvolvimento das cidades;

Pré-requisitos

Para uma boa compreensão desta aula, recomendamos o uso de um atlas histórico, que facilitará sua compreensão das noções espaciais de diversas cidades e regiões que são mencionadas ao longo do conteúdo desta aula. Você pode visualizar imagens e representações sobre cidades medievais, inclusive suas características históricas que sobreviveram em virtude da preservação do patrimônio histórico em diversos países europeus, além de poder consultar também vários mapas históricos avulsos sobre a geografia medieval.



Sugerimos o uso do *atlas de História medieval*, do falecido historiador e demógrafo Colin McEvedy. Sugerimos, também, alguns *sites* sobre mapas históricos medievais, dentre os quais:

www.brel.wordpress.com

www.historiadomundo.com.br

www.historianet.com.br

www.teachinghearts.org/dep00maps.html

INTRODUÇÃO

“O ar da cidade traz a liberdade.”

(Ditado medieval alemão)

Você vai estudar as relações sociais e econômicas constituídas a partir do desenvolvimento comercial e urbano que marcaram as transformações da sociedade agrária medieval, fazendo surgir um novo conjunto de práticas, valores e representações sociais.

Vai analisar, também, os aspectos fundamentais da organização da vida cotidiana das cidades medievais e sua influência no surgimento de novas concepções intelectuais e artísticas que refletiram a nova cultura desenvolvida, a partir da difusão da urbanização europeia medieval; verá os novos hábitos e costumes surgidos nas cidades que instituíram um novo cotidiano na vida diária da sociedade medieval, criando uma nova forma de viver e representar a vida, não mais agrária, mas sim urbanizada.

A formação das cidades medievais

As cidades medievais que se apresentam na Europa ocidental são marcadas por uma série de contrastes, tanto na diversidade de seus atores sociais quanto na interdependência

entre o espaço do campo e o da cidade. De um lado, percebemos a tradicional organização senhorial e suas redes de poder, e, de outro, a emergente organização de comerciantes e artesãos que se uniam em confrarias ou em corporações de ofício.

Grande parte dessas cidades já existia antes do ano 1000, remontando à Antiguidade ou talvez antes. Mesmo em territórios bárbaros cristianizados tardiamente, como os dos escandinavos, germânicos e eslavos, as cidades medievais constituíam um prolongamento das aldeias primitivas: o *gorod* eslavo, o *wik* nórdico. Raros foram os estabelecimentos urbanos surgidos que tiveram sua fundação na própria Idade Média. Entretanto, mesmo nos casos mais frequentes de continuidade, seria possível afirmar que as cidades medievais eram as mesmas que suas predecessoras?

“Por mais primitiva que seja, boa parte das sociedades sedentárias experimentaram a necessidade de fornecer aos seus membros centros de reunião ou, se quiser, lugares de encontro” (PIRENNE, 1977, p. 49). A celebração do culto, o arranjo dos mercados, as assembleias políticas e judiciárias fixam necessariamente a indicação de locais destinados a receber os homens que querem ou que devem participar nesses atos. As necessidades militares agem mais fortemente ainda nesse sentido. Em caso de invasão, é preciso que o povo disponha de um refúgio onde encontre uma salvaguarda momentânea contra o inimigo. A guerra é tão antiga como a humanidade, e a construção de fortalezas, quase tão antiga como a guerra.

No mundo romano, as cidades eram um centro político, administrativo, militar e, em segundo plano, econômico. Durante a alta Idade Média, encarquilhadas num canto de suas antigas muralhas – que ficaram muito grandes devido ao medo da população durante as invasões germânicas –, as cidades foram reduzidas quase que exclusivamente à função política e administrativa. As mais prósperas deviam sua relativa importância menos à presença de um soberano (em constante deslocamento e mais afeito à vida

aldeã) ou de algum alto funcionário (os poucos que havia não tinham muitos seguidores fora dos “palácios” reais) do que à presença de um bispo.

Segundo Henri Pirenne, essa predominância dos bispos conferiu naturalmente às suas residências, quer dizer, às antigas cidades romanas, uma importância sensível. Salvou-as da ruína. “Na economia do século IX já não tinham, com efeito, razão de existir. Cessando de ser centros comerciais, tinham perdido, evidentemente, a maior parte de sua população” (1977, p. 52). O autor nos lembra que um elemento sintomático desse período é que “os palácios (palatia) dos príncipes carolíngios não se encontravam nas cidades” (1977, p. 53).

Se a cidade episcopal ainda conseguiu conservar certa função econômica, isso se deveu à função, bem simples, desempenhada pelos celeiros dos bispos e dos mosteiros (estabelecidos nas cidades), nos quais estavam armazenados os víveres provenientes da área rural adjacente, e que eram distribuídos para a maioria do pequeno grupo de habitantes mais em troca de serviços do que de dinheiro, e, em momentos de escassez, gratuitamente. Para Jacques Le Goff:

O que muitas vezes levou a crer, erroneamente, numa continuidade do fenômeno urbano no primeiro milênio da Idade Média foi que a cidade medieval se instalou ao lado do núcleo antigo (2005, p. 69).

Ela veio a ser uma cidade subúrbio. “Mesmo onde houve continuidade, as grandes cidades medievais sucederam em geral pequenas cidades da Antiguidade ou da alta Idade Média”, afirma o autor (2005, p. 70). Veneza, Florença, Gênova, Pisa e mesmo Milão, Paris, Bruges, Gand, Londres, sem falar de Hamburgo e Lubeck, foram criações medievais.

Henri Pirenne mostrou que a cidade medieval nasce e se desenvolve a partir de sua função econômica. Mas, sem dúvida, exagerou o papel desempenhado pelos mercadores, minimizou o papel dos artesãos, deu grande relevo ao renascimento comercial

Homines novi (Homens novos)

São novas categorias sociais que viriam a ocupar espaços em ambientes urbanos.

Familiae (Família)

Do latim *famulus*, vocábulo empregado para designar os servos, criados e domésticos de uma casa. No caso, trata-se do conjunto de servos e dependentes dos mosteiros rurais.

Ministeriales (Ministeriais)

Do latim *minister*, que significa, em sentido amplo, servo, doméstico, escravo e, *ministerium*, o ofício dos servos ou função servil.

em detrimento do desenvolvimento agrícola que lhe deu sustentação ao alimentar os centros urbanos com víveres e homens. É preciso aceitar o fato de que o nascimento e o desenvolvimento das cidades medievais deve-se a um conjunto complexo de estímulos e, sobretudo, a diversos grupos sociais.

Certamente, as cidades atraíam **homines novi**, recém-chegados evadidos do campo, das **familiae** monásticas, livres de preconceitos, prontos a negociar e obter ganhos, mas com eles, misturados a eles ou dando-lhes ajuda – emprestando-lhes o dinheiro que só eles tinham no início –, estavam os membros das classes dominantes: a aristocracia fundiária e o clero tiveram um papel determinante. Uma categoria como a dos **ministeriales**, agentes senhoriais saídos quase sempre da escravidão e da servidão e elevando-se rapidamente às camadas superiores da hierarquia feudal, certamente teve parte significativa no renascimento urbano.

As regiões fortemente urbanizadas do Ocidente medieval – se deixarmos de lado aquelas onde a tradição greco-romana, bizantina e muçulmana havia deixado bases sólidas (caso da Itália, Provença, Languedoc, Espanha) – são sem dúvida aquelas tocadas por grandes rotas comerciais (Norte da Itália, onde terminavam as vias alpestres e as rotas marítimas mediterrânicas; Norte da Alemanha e Flandres, onde chega o comércio do Leste; Nordeste da França, onde sobretudo nos séculos XII e XIII mercadores e produtos do Norte e do Sul podiam ser encontrados nas feiras de Champanhe) (LE GOFF, 1992, p. 25).

Vale lembrar que essas regiões são também ricas planícies, onde se pode observar os progressos obtidos do afolhamento trienal, o uso mais difundido da charrua e do cavalo como animal de tração. É difícil ainda determinar o que é causa e o que é consequência na íntima relação entre cidade e campo durante a Idade Média. Para nascer, as cidades tiveram necessidade de um meio rural favorável,

mas, na medida em que se desenvolveram, exerceram uma força de atração cada vez maior na área rural circunvizinha – cuja dimensão aumentava de acordo com suas exigências.

Grupos de consumidores, que não participavam senão marginalmente da produção agrícola (na verdade não existiram campos no interior da cidade medieval, e sim jardins e vinhedos que tiveram certo papel na alimentação dos cidadãos), a população urbana tinha necessidade de ser abastecida (LE GOFF, 1992, p. 61).

Ao redor das cidades estendem-se os arroteamentos e a produção cresce, de modo que, de suas áreas vizinhas, ela retira não somente víveres, mas também homens. Torna-se o centro de densidade das localidades e regiões que a circundam, assumindo o protagonismo das trocas comerciais, da exibição de novos valores e de práticas políticas que influenciam as gentes que a habitam ou circundam. Nos dizeres de Jacques Le Goff:

A cidade medieval é, antes de mais nada, uma sociedade da abundância, concentrada num pequeno espaço em meio a vastas regiões pouco povoadas. Em seguida, é um lugar de produção e de trocas, onde se articulam o artesanato e o comércio, sustentados por uma economia monetária. É também o centro de um sistema de valores particular, do qual emerge a prática laboriosa e criativa do trabalho, o gosto pelo negócio e pelo dinheiro, a inclinação para o luxo, o senso da beleza. É ainda um sistema de organização de um espaço fechado com muralhas, onde se penetra por portas e se caminha por ruas e praças, e que é guarnecido por torres. Mas também é um organismo social e político baseado na vizinhança, no qual os mais ricos não formam uma hierarquia e sim um grupo de iguais – sentados lado a lado – que governa uma massa unânime e solidária (LE GOFF, 2006, p. 223).

A economia de trocas foi de certa forma decisiva para a formação da cidade medieval. Entretanto, esta formou-se também a partir das diversas instituições que foram criadas para proteger as atividades econômicas praticadas por protagonistas que se destacam nas atividades urbanas, dentre os quais identificamos principalmente os artesãos e os mercadores. Em torno destes, progressivamente surge um conjunto de funcionários e profissões, relativamente autônomos, envolvidos com a organização e a manutenção dos serviços prestados pela cidade aos seus cidadãos. Nesse grupo identificamos o desenvolvimento do Direito e da justiça medieval, baseada no triunfo da escrita.

Observe atentamente os três mapas a seguir que representam diferentes cidades da geografia medieval. Essas cidades foram importantes em suas regiões e desempenharam funções de poder político e econômico. Nas três representações, podemos identificar as características fundamentais da cidade medieval.

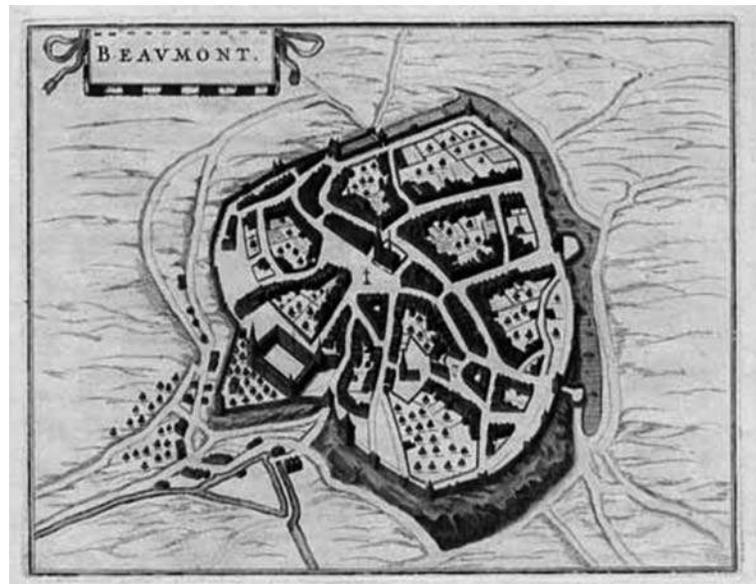


Figura 3.1: Mapa com a representação da cidade medieval de Beaumont, no Vale do Loire, França. A cidade de Beaumont exerceu uma importante função na defesa do Vale do Loire e firmou-se como um dos centros econômicos da região no período medieval. Observe a muralha de proteção e o fosso que contorna o perímetro urbano e tira proveito

da muralha de pedra natural como um prolongamento defensivo, inclusive sobre a porta principal da cidade e as estradas que a contornam. Note a organização do espaço urbano detalhadamente controlado e dividido em moradias, paços, terrenos cultivados e a igreja ao centro da área urbana.

Fonte: www.oldworldauctions.com/Auction087/87-219.jpg.

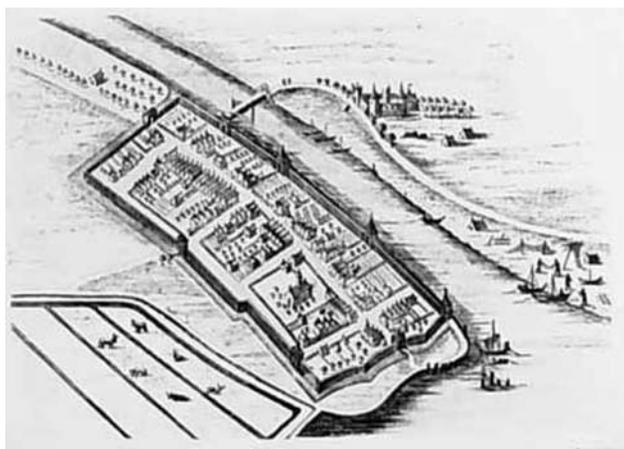


Figura 3.2: Mapa com a representação da cidade medieval de Amsterdã, Holanda.

A representação de Amsterdã Medieval indica o padrão de muralhas defensivas contornando a cidade e protegendo a área urbana na qual identificamos as atividades econômicas desenvolvidas por seus habitantes: o transporte marítimo, a exploração do cais e os terrenos de plantio agrícola dentro da área urbana que atendem ao consumo interno de alimentos. A área urbana é acessível por meio de estradas que atingem o cais e as portas monumentais que permitem a vigilância do perímetro urbano. Repare na organização e no controle do espaço urbanizado, as casas, as ruas e na posição privilegiada da igreja.

Fonte: www.dkimages.com/.../Netherlands-01.html



Figura 3.3: Mapa com a representação da cidade medieval de Braga, Portugal.

A cidade de Braga, no norte de Portugal, exerceu um importante papel como centro do poder, destacadamente em virtude da presença da sé do arcebispo. Nesta representação,

identificamos o padrão complexo das cidades medievais em suas funções econômicas, defensivas e políticas: estradas e muralhas de proteção contornando todo o perímetro urbano, portas monumentais, rigoroso controle do espaço urbano, inclusive do traçado das ruas e da posição dos bairros. Repare o desenvolvimento da agricultura em torno da cidade, o bosque e, novamente, a posição privilegiada da sé, ao centro da cidade.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/02/Braga-mapa_medieval.jpg.

A vida material e a renovação comercial do século X ao XIII

Ban

Do antigo germânico *bannan*, proclamar. Designava o poder de mando reconhecido ao chefe de um grupo de guerreiros. No vocabulário feudal, o termo indicava o conjunto de poderes (judiciais, econômicos), inclusive de coerção, reservado aos senhores, de onde as obrigações impostas aos dependentes derivadas do exercício do *ban*, conhecidas como “banalidades”. Os senhorios coletivos detinham poder banal. As cidades, por exemplo, exerciam esse poder na circunvizinhança rural, chamada *banlieue*. Nos séculos XI e XII, o senhorio repousava principalmente no exercício do *ban*, sendo por isso chamado por alguns historiadores de “senhorio banal”.

A emigração do campo para as cidades ocorrida entre os séculos X e XIV foi um dos maiores fenômenos da Cristandade. Dos diversos elementos humanos por ela recebidos, a cidade criou uma sociedade nova. Sem dúvida, essa sociedade pertence também ao mundo feudal, que se costuma imaginar como um ambiente quase que exclusivamente rural. A adjacência rural sobre a qual ela impõe seu poder de tipo feudal, o **ban**, acompanha a evolução do senhorio rumo ao que ficou conhecido como senhorio banal – este também fundado no exercício crescente do *ban*. Ela é tocada pela influência dos senhores feudais que, por vezes – como na Itália –, têm aí uma residência. Seus notáveis imitam o gênero de vida nobre, mandam construir casas de pedra e erguer torres, que embora sirvam como pontos de defesa e como locais de armazenamento de víveres, são também e antes de tudo símbolos de seu prestígio.

Sem dúvida, a sociedade urbana é minoritária num mundo que permanece ainda rural. Porém, pouco a pouco conseguirá substituir as diretrizes vindas do campo por impulsos próprios. A Igreja não se enganou neste aspecto.

No século XII ainda é a voz dos monges, de um Pedro o Venerável de Cluny, sobretudo de um São Bernardo de Cister, que mostra o caminho à Cristandade. Ainda é São Bernardo que vai pregar a cruzada em Vezelay, cidade híbrida e cidade nova em torno de mosteiros e tenta inutilmente arrastar o grupo de estudantes de Paris das seduções urbanas para reconduzi-los ao deserto,

à escola do claustro. No século XIII, os líderes espirituais – dominicanos e franciscanos – se instalam nas cidades e, das cátedras de suas igrejas e das universidades, governam as almas (LE GOFF, 1992, p. 160).

Esse papel de guia, de fermento e de motor assumido daí em diante pela cidade, afirma-se primeiramente no âmbito econômico. Mas mesmo que, no princípio, a cidade tenha sido um lugar de trocas, um centro comercial, um mercado, sua função essencial nesse domínio ligava-se à atividade produtiva. Ela era um canteiro e, o que é mais importante, sobre esse canteiro se instaurou uma divisão do trabalho. No campo, durante a alta Idade Média, a propriedade rural, mesmo que comportasse certa especialização técnica artesanal, concentrava todas as funções da produção.

Convém, entretanto, não exagerar no dinamismo nem na autonomia dos novos ofícios. Por muitos entraves econômicos (as matérias-primas vinham em grande parte de seus domínios) e institucionais (os direitos feudais dos senhores, principalmente as taxas, afetavam a produção e as trocas, malgrado as franquias obtidas pelas cidades), os “feudais” controlavam a atividade econômica.

As corporações nas quais os novos ofícios encontram-se enquadrados são antes de tudo “cartéis” que eliminam a concorrência e freiam a produção. A especialização exagerada é, se não a causa, pelo menos um sinal de fraqueza da nova economia, que se limita a satisfazer as necessidades locais (PIRENNE, 1977, p. 87).

Raras são as cidades que produzem para a exportação. Apenas os têxteis, ao noroeste da Europa, sobretudo em Flandres, e ao norte da Itália, atingem, pela produção de tecidos de luxo e semiluxuosos (panos finos e sedas), dimensões quase industriais e estimulam produções anexas, como a de plantas tintoriais denominadas **guède** ou pastel que, a partir do século XIII, assume lugar de destaque.

Guède

Também conhecida como pastel-dos-tintureiros, é uma planta tintorial cultivada na Picardia e na Inglaterra, da qual se extraía a matéria-prima para a tinta empregada nos tecidos de cor azul.

Mas as cidades desempenham também o papel de centros de troca. Durante muito tempo apenas os produtos de luxo (tecidos, pastel, especiarias) ou de primeira necessidade (como o sal) alimentaram o comércio. As mercadorias pesadas (grãos, madeira) só lentamente passaram a fazer parte desse comércio. Algumas praças bastavam para assegurar a venda desses produtos e as práticas mercantis rudimentares que as acompanhavam – em particular o câmbio de moedas. Nos séculos XII e XIII, as feiras de Champanhe constituíam o principal centro comercial. Portos e cidades da Itália e do norte da Alemanha então emergiam. “Os italianos, fossem venezianos, genoveses, pisanos, amalfitanos, astienses, milaneses, sieneses, e algum tempo depois os florentinos, agiam mais ou menos isoladamente” (LE GOFF, 2005, p. 73). Mas no norte, a Liga Hanseática – uma vasta confederação comercial – adquiriu rapidamente poder político, dominando as trocas num longo raio de ação. No fim do século XIII, ela estendia suas atividades de Flandres e da Inglaterra até o norte da Rússia.

Na mesma época, as relações entre os dois grupos que dominavam o grande comércio – hanseáticos ao norte e italianos ao sul – sofreram uma alteração. Em vez de se encontrar pelas vias terrestres que levavam às feiras de Champanhe, marcadas por serem viagens longas, custosas e sempre ameaçadas, acabaram por estabelecer uma ligação direta e regular por mar. Frotas mercantes passaram a ligar Gênova e Veneza a Londres e Bruges e, dali, ao espaço báltico e seus territórios vizinhos. O modesto comércio medieval, limitado às vias fluviais da alta Idade Média, ao se desenvolver pelas vias terrestres no decurso dos séculos X e XIV, ao se aventurar pelos mares, de Alexandria a Riga pelas rotas do Mediterrâneo, do Atlântico, do canal da Mancha, do mar do Norte e do Báltico, acabava por preparar a expansão comercial da Europa moderna.

Pelo estabelecimento de filiais distantes, o desenvolvimento do comércio contribuiu para a expansão da Cristandade medieval. No Mediterrâneo, a expansão genovesa e veneziana chegou mesmo a ultrapassar o quadro de uma colonização comercial.

Os venezianos obtiveram privilégios mais e mais exorbitantes dos imperadores de Constantinopla (em 992 em 1082) e, após a IV Cruzada de 1204, fundaram um verdadeiro império colonial às margens do Adriático (LE GOFF, 1992, p. 75).

Os genoveses transformaram seus estabelecimentos na costa da Ásia Menor e do norte do mar Negro em pontos sólidos de escoamento de mercadorias e homens, sendo eles escravos domésticos de ambos os sexos. Ao norte, a Hansa estabeleceu seus mercados em território cristão, em Bruges, Londres, Bergen, Estocolmo (fundada em 1251), mas também mais ao leste, em território pagão (Riga, em 1201) ou ortodoxo (Novgorod).

O grande comércio também desempenhou um papel capital na expansão da economia monetária. Centros de consumo e de troca, as cidades precisaram recorrer cada vez mais ao uso da moeda para regular as transações. No século XIII veio a ocorrer uma etapa decisiva. Para atender às novas necessidades, Florença, Gênova, Veneza, os soberanos espanhóis, franceses, alemães, ingleses tiveram de cunhar moedas, em primeiro lugar de prata, com valor elevado (os *gros*), e, depois, de ouro (o *florim florentino* data de 1252, o *escudo de São Luís* data de 1263-1265 e o *ducado veneziano* data de 1284).

Ao introduzir-se nas áreas rurais, modificando a renda feudal, o progresso da economia monetária passa a ser um elemento decisivo da transformação do Ocidente medieval. As cidades medievais surgem como protagonistas nesse processo, pois relacionaram em seu benefício o conjunto de transformações socioeconômicas com a criação de novas instituições político-ideológicas que as libertaram do poder da ordem feudal, apesar de ainda conviverem com resquícios da ordem senhorial. Conforme observou Fernand Braudel:

Quando o fluxo econômico muda de sentido com a ascensão material do século XI ao XIII, inaugura-se um

vivo renascimento urbano. Tudo acontece como se, por ocasião dessa retomada do desenvolvimento, as cidades prosperassem mais depressa que os pesados Estados territoriais. Estes só começarão a emergir com suas características *modernas*, ou já modernas, com o século XV, se não depois. As cidades fazem explodir os quadros dos Estados feudais, onde quer que elas comecem a brotar, desde os séculos XI-XII. Modernas, à frente de seu tempo, elas anunciam o futuro. Já são esse futuro (BRAUDEL, 2004, p. 297).



Atende ao Objetivo 1

1. Descreva e explique a relação entre o desenvolvimento das rotas comerciais e a formação das cidades medievais.

Resposta Comentada

Em sua resposta, você deverá relacionar o desenvolvimento das trocas comerciais com o surgimento de uma nova economia que ampliava os espaços da urbanização por meio dos setores econômicos secundário e terciário. As cidades medievais promoveram uma dinâmica econômica de trocas que permitiram o surgimento de novos personagens da vida econômica.

O progresso intelectual e artístico

A cidade medieval ocupa um espaço privilegiado nos sistemas de valores e culturas que se formam a partir das profundas transformações econômicas e das novas forças produtivas surgidas em meados do século XI e consolidadas entre os séculos XII e XIII. Produz modelos éticos, concepções e práticas sociais que, em seu conjunto, destacam as mentalidades urbanas dos demais sistemas que relacionam o homem ao espaço medieval em seu pertencimento cultural, pois:

Do lado da cidade (*urbs*) e de seus habitantes (*os cives*) estavam a cultura, a polidez, as boas maneiras – origem das palavras “urbano”, “urbanidade”, “civildade”, “civilização”. Do lado do campo (*rus*) e de seus habitantes (*os rustici*), a grosseria, a incultura, a selvageria, lembradas nas palavras “rústico”, “rusticidade”, “rustre” (LE GOFF, 2006, p. 227).

A marca urbana não é menor no domínio intelectual e artístico. Sem dúvida, o modelo monástico permanece no século XI e, em menor medida, no século XII, o mais favorável ao desenvolvimento da cultura e da arte. A espiritualidade mística e a arte românica desenvolveram-se nos conventos. No decurso do século XII as escolas urbanas ganham decisivamente a dianteira em relação às escolas monásticas. Saídos das escolas episcopais, os novos centros escolares tornam-se independentes pelo recrutamento de seus mestres e de seus alunos, e pelos métodos e programas que adotam.

A escolástica é filha das cidades, e reina nas instituições novas, as universidades, as corporações intelectuais. O estudo e o ensino tornam-se um ofício, uma das numerosas atividades em que se pode especializar no canteiro urbano. Seu nome, de resto, é significativo, pois *universitas* é o mesmo que corporação. As universidades não deixam de ser corporações de mestres e estudantes (*universitates magistrorum et scholarium*), com suas

atividades e suas nuances, de Bolonha, onde reinam os estudantes, até Paris, onde os professores dominam. O livro torna-se um instrumento e não mais um ídolo. Como toda ferramenta, ele tende a ser fabricado em série, torna-se objeto de produção e comercialização.

A arte românica, produto e expressão do desenvolvimento da Cristandade após o ano 1000, transforma-se no transcurso do século XII. Seu novo rosto, o gótico, é uma arte urbana. Arte das catedrais surgidas do corpo humano, elas sublimam e o dominam. A iconografia das catedrais é a expressão da cultura urbana: a vida ativa e a vida contemplativa buscam um equilíbrio instável, as corporações ornamentando as igrejas com vitrais e o saber escolástico aí sendo exibido.

Em redor da cidade, as igrejas rurais reproduzem com menor felicidade artística e com recursos materiais muito mais limitados a planta da catedral da cidade-modelo ou algum de seus elementos mais significativos: o campanário, a torre, o tímpano. Feita para abrigar um povo novo, mais numeroso, mais humano e mais realista, a catedral não deixa de recordar-lhe a vida rural próxima e benfazeja. O tema dos meses, no qual são representados os trabalhos rurais, continua a ser um dos ornamentos tradicionais das igrejas localizadas nas cidades.

Visões do cotidiano nas cidades

A partir desse momento, torna-se necessária uma caracterização da organização e do processo de consolidação jurídica do estabelecimento das cidades medievais a partir do século XI. Lembremos, em primeiro lugar, que as cidades permanecem no *dominium* de um ou de vários senhores feudais, sejam eles condes, duques, bispos, arcebispos ou o próprio rei, poder que vai ganhando eminência a partir do século XI. Esses senhores abandonam parte de seus direitos às comunidades urbanas ascendentes, mas conservam seus direitos de alta justiça e cobrança de impostos, dependendo a comunidade urbana do consentimento do senhor para a tomada de decisões.

Em princípio, todos os direitos e poderes reconhecidos pelos senhores às comunidades urbanas o são por “boa vontade” de sua parte. Sobre a relação entre os senhores e as cidades, Jacques Le Goff afirma:

Embora insista no papel tantas vezes ignorado dos senhores nas cidades medievais, não quero fazer crer que as liberdades urbanas tenham sido obra de senhores clarividentes e generosos. No essencial, a cidade medieval, em sua personalidade, é uma conquista de seus habitantes (1998, p. 100).

O fundamento da organização dos grupos citadinos encontra-se, em primeiro lugar, na liberdade pessoal de cada um de seus habitantes. Em segundo lugar, é o direito de associação entre os membros da cidade que vai permitir a organização das atividades comerciais. A comunidade urbana funda-se no juramento mútuo que se prestam os comerciantes da cidade. “O juramento burguês difere do juramento feudal no sentido – essencial – de que une iguais, e não, como no caso do senhor e do vassalo, um superior e um inferior” (LE GOFF, 1992, p. 82).

A base das decisões da comunidade era teoricamente tão ampla quanto possível em virtude de dois princípios segundo os quais *Quod omnes tangit ad omnibus tractari et approbari debet* (“O que toca a todos deve ser tratado e aprovado por todos”), e as decisões lícitas devem ser tomadas pela *maior et sanior pars*, isto é, pela maior parte e a mais sã da comunidade. Este último princípio, a bem dizer, era um pouco contraditório, difícil, pelo menos, de ser definido na prática, e suscitou comentários bastante embaraçados. O papa Inocêncio IV (1243-1254) explica-o da seguinte maneira: “Chamarei parte mais sã àquela que escolhe o melhor eleito, a menos que haja contra ela uma preponderância excessiva do número e da dignidade dos votantes.”

Na verdade, a democracia urbana, salvo talvez no começo do movimento urbano, no século XII, dificilmente se realizou, por duas razões essenciais.

Os cidadãos que não descendiam de burgueses “primitivos” ou que não ofereciam garantias de fortuna” (posse de um terreno ou de uma casa, recursos financeiros de um determinado nível) foram afastados do governo da cidade e do “comum conselho” (LE GOFF, 1992, p. 84).

E, mesmo no interior dessa camada que se reservava a direção da *cit e*, aqueles que asseguravam os cargos representativos e administrativos (prefeitos ou c onsules, escabinos ou homens probos) se autorrecrutaram quase sempre no interior de um pequeno grupo de famílias influentes que se costuma distinguir pelo nome de *patrícios*. Conforme identificou Jérôme Baschet:

Assim como em relação   anacr nica noção de liberdade, devemos duvidar da suposta “democracia” dos governos urbanos. A cidade, fortemente hierarquizada está nas mãos dos mais ricos. As comunas do século XII são fruto de uma convivência entre a aristocracia cavaleiresca e a elite dos mestres de ofícios, ou seja, apenas um punhado de homens. Por mais surpreendente que isso possa parecer, a aristocracia é muito presente na cidade. Quer se trate das camadas dominantes rurais que se instalam na proximidade da corte do bispo ou do conde, dos quais são vassalas, quer de simples servidores que vivem no círculo de um senhor... As famílias aristocráticas det m a posição de destaque na cidade, impõem o respeito pela força militar, impressionam por seus palácios, pela abundância de seus servidores domésticos, pelo fausto de suas festas e de seus deslocamentos (2006, p. 148-149).

Outro ponto que merece uma caracterização mais detalhada é a concepção da cidade medieval como uma comunidade que se definia e se manifestava pela propriedade coletiva. A oficina era uma família, assim também era a contabilidade do mercador. Os membros comiam juntos à mesa, trabalhavam nas mesmas salas, dormiam no mesmo salão comum, convertido à noite em dormitório, juntavam-se às orações de família, participavam das diversões comuns. A íntima união de domesticidade e trabalho, que hoje sobrevive nas cidades apenas em minúsculas oficinas ou na casa de um ou outro pintor, arquiteto ou médico, ditava as principais disposições dentro da própria moradia medieval.

O homem inserido e participante da cidade medieval, como uma instituição complexa e variada, assimila uma cultura comunitária que mistura as coletividades urbanas dos vários grupos sociais forjados nos espaços públicos urbanos. A estrutura familiar privada convive com pessoas modeladas no convívio urbano. Assim:

O cidadão é um homem acostumado com a diversidade e a mudança. Ele vive no meio de vizinhos e de amigos, numa “privacidade alargada”. Ele é membro de uma ou diversas confrarias. Ele também está integrado na comunidade urbana pela participação em numerosas festas que ela organiza, e nas quais se manifesta sua personalidade. Ele é um “cidadão cerimonial”. Se não consegue sempre atingir a cortesia, ele se sobressai por sua civilidade e suas boas maneiras (LE GOFF, 2006, p. 231).

As casas, inicialmente com dois ou três andares, eram construídas em fileiras contínuas, ao redor do perímetro de seus grandes jardins; às vezes em grandes blocos, constituíam pátios interiores, com um gramado privado, ao qual se chegava por um único portão na rua. Segundo Lewis Mumford,

[...] os materiais para as casas vinham do solo local e variavam segundo a região, ora barro e paus, ora pedra

e tijolos, ora com tetos de palha (que constituíam perigo de incêndio), ora com telhas ou lajes. Casas em fileiras contínuas, formando o perímetro de um quarteirão, com acesso guardado no térreo, serviam como uma muralha doméstica: uma proteção legítima contra a entrada criminosa em tempos conturbados (1998, p. 308).

O fato de que a casa do burgo servia como oficina, depósito e casa de contabilidade impedia qualquer zoneamento municipal entre essas funções. A concorrência por espaço entre os locais domésticos e de trabalho, à medida que os negócios cresciam e a escala da produção se expandia, foi, sem dúvida, responsável pela invasão dos jardins, originariamente situados nos fundos, por telheiros, paióis de armazenagem e oficinas especiais. Conforme a definição de Jacques Le Goff:

Entre os séculos XI e XIV, a cidade medieval, modelada pelas novas atividades, pelos novos grupos dominantes, pelos novos poderes, oferece pouco a pouco uma nova imagem, material e simbólica, que desempenha um grande papel na formação do imaginário urbano. É uma cidade vertical dentro de seus muros, erigida de campanários de igrejas e de torres de casas ricas e poderosas, uma “Manhattan” que afirma seu poder e se eleva em direção a Deus. O bairro e, mais ainda, a rua são elementos essenciais da paisagem urbana, e a rua delimita um espaço público e um espaço privado (LE GOFF, 2006, p. 225).

A produção em massa e a concentração de teares em grandes celeiros no século XIV e operações como moagem, fabricação de vidro e produção de ferro exigiam um tipo mais isolado de oficina, às vezes rodeada por oficinas correlatas, como lavanderia, tinturaria, tecelagem e encolhimento de tecidos. “Foi nessas indústrias que se deu o primitivo rompimento entre viver doméstico e o trabalho, quer em espaço, quer em função” (LE GOFF, 1992, p. 102).

Na disposição e especialização dos cômodos, durante a Idade Média, os costumes da aristocracia apenas lentamente se infiltraram no resto da população. É o que se percebe a partir da observação dos castelos do século XIII. Nota-se a existência de um quarto privado para os nobres proprietários e encontra-se também, não longe dele, pendente sobre o fosso, um retrete privado. Sobre o fato, Lewis Mumford cita Langland, que, em sua obra *Piers Plowman*, escarnecia a tendência do *lord* e da *lady* de se afastarem do salão comum para as refeições privadas e para o entretenimento privado. Conclui o historiador norte-americano que:

Deve ter ele antevisto o fim daquela relação social recíproca entre as camadas estáveis superior e inferior do regime feudal; uma relação que abrandara suas opressões, já que eles compartilhavam os mesmos aposentos (MUMFORD, 1998, p. 311).

O desejo de isolamento assinalou o início daquela nova divisão de classes que iria conduzir à impiedosa competição de classes e à autoafirmação individual de tempos posteriores: com efeito, uma vez que as consciências se tornam sensíveis, é mais fácil praticar a desumanidade contra aqueles que não se veem.

Outro aspecto importante das cidades medievais diz respeito à sanitação dos espaços. O que se deve notar é que a salubridade rude não é necessariamente uma má salubridade, pois uma casa de fazenda medieval, onde as pilhas comuns de esterco eram a única privada doméstica, não constituía uma ameaça tão grande à saúde de seus habitantes quanto a progressista cidade anterior a Pasteur, do século XIX,

Abençoada com requintadas privadas em toda a moradia de classe média e amaldiçoada por um suprimento de água potável tirada do mesmo rio no qual o esgoto da cidade acima era esvaziado (MUMFORD, 1998, p. 317).

Dois outros assuntos intimamente relacionados com a higiene ainda estão por ser discutidos: o banho e o suprimento de água potável.

As casas de banho eram instituições características em todas as cidades do norte da Europa e podiam ser encontradas em todos os bairros. Além de uma diversão familiar, as casas de banho públicas destinavam-se a fazer suar e transpirar, para uma limpeza antisséptica. Essa purgação da epiderme era costumeira pelo menos todas as quinzenas, às vezes todas as semanas. O próprio ato de se reunir numa casa de banho promovia a sociabilidade, como fizera nos tempos romanos, sem qualquer embaraço a respeito da exposição do corpo.

O banho era o lugar onde as pessoas trocavam mexericos e comiam; aliás, às vezes, uma pessoa mergulhava na banheira com um companheiro do sexo oposto; e, além disso, “servia como balneário, semimédico, onde se atendia à tarefa mais séria de ser submetido a sanguessugas, para curar dores ou condições inflamatórias” (MUMFORD, 1998, p. 320).

A provisão de água potável foi também uma função coletiva da cidade. Primeiro, manter bem cuidado um poço ou manancial, num recinto conveniente: depois, a edificação de um chafariz na praça pública e de bicas e chafarizes nas vizinhanças, às vezes dentro do quarteirão, às vezes nas vias públicas.

Uma outra instituição existente nas cidades medievais eram os hospitais públicos. Após o século XI as ordens sacras fundaram hospitais em quase todas as cidades: costumava haver pelo menos dois, na maioria das cidades alemãs, um para leprosos e um para outros tipos de doenças, ao passo que nas “grandes” cidades, como Breslau, com seus trinta mil habitantes no século XV, costumava haver até mesmo quinze, ou seja, um para cada dois mil habitantes. Vejamos agora mais alguns exemplos da existência dos hospitais em outras cidades:

Toulouse, em 1262, tinha sete leprosários e treze hospitais; e um desses hospitais contava cinquenta e seis leitos; ao passo que Florença, no século XIII, registra Giovanni Villani, com uma população de cerca de 90.000 habitantes, possuía trinta hospitais com mais de mil leitos. Também aqui, no seu número e na sua modesta escala doméstica, a cidade medieval tem algo a ensinar a sua elephantina e desumanizada sucessora (MUMFORD, 1998, p. 322).

Os médicos municipais apareceram no século XIV, antes mesmo da peste negra: em Constância, já em 1312. Em Veneza, criou-se uma magistratura permanente de saúde, em 1485, tendo por muito tempo servido como modelo para o resto da Europa. A propósito, as doenças contagiosas eram geralmente isoladas fora dos muros da cidade. O valor das enfermarias de isolamento, com retretes separados, tinha sido, desde muito, provado pelos mosteiros mais bem equipados. Finalmente, o estabelecimento da quarentena para as pessoas que entravam e saíam da cidade, vindas de terras estrangeiras, foi uma das inovações mais importantes da medicina medieval. Por mais que fosse detestada pelos viajantes, baseava-se a prática em sólidas observações empíricas, errando apenas pelo excesso de cautela, por fazer um período de incubação quase três vezes maior que o necessário.

A redução das moléstias infecciosas e a gradual erradicação da lepra na Europa, graças à mesma política de rigoroso isolamento, constituíram nada menos que um triunfo da medicina preventiva.

Os médicos racionalistas do princípio do século XIX, que conscientemente consideravam o contágio e a infecção sem contato direto como suposições supersticiosas da imaginação medieval, na realidade não foram observadores tão agudos das causas e efeitos quanto seus predecessores medievais (MUMFORD, 1998, p. 323).

De modo geral, portanto, a cidade medieval não era um mero complexo social estimulante, era igualmente um ambiente biológico mais próspero do que se poderia suspeitar ao ver seus restos arruinados. Havia que suportar as salas enfumaçadas, mas havia também perfume no jardim por trás da casa do burgo. Com efeito, as flores fragrantas e ervas perfumadas eram amplamente cultivadas. Havia o odor de cocheira na rua, que se reduziu no século XVI, exceto pela presença crescente de cavalos e estábulos. Mas haveria também o odor de pomares floridos na primavera ou o aroma do feno recém-cortado, flutuando pelos campos nos princípios do verão.

Por fim, não podemos deixar a cidade medieval, em sua unidade e diversidade, sem fazer uma pergunta final a respeito de seu planejamento: até que ponto se esforçou conscientemente para alcançar a ordem e a beleza? Ao formular uma resposta, é fácil superestimar tanto a espontaneidade quanto os bons aspectos acidentais, e esquecer o rigor e o sistema que eram qualidades fundamentais da educação tanto dos estudiosos quanto dos artífices. A unidade estética da cidade medieval não foi alcançada, como não o foi a de suas outras instituições, sem esforço, luta, supervisão e controle.



Atende ao Objetivo 2

2. Explique por que a cidade medieval favoreceu o surgimento de novas concepções intelectuais e artísticas.

Comentário

Em sua resposta, você deverá relacionar o surgimento e o desenvolvimento das novas concepções intelectuais e artísticas com as novas concepções de mundo advindas do desenvolvimento urbano, tais como as ideias de urbanidade, a valorização do trabalho, da riqueza e das letras.

CONCLUSÃO

A cidade medieval deve ser compreendida como um complexo de instituições políticas, sociais, jurídicas e culturais que transcenderam a sua estrutura econômica. A difusão das cidades acarretou a mudança dos valores distintivos da sociedade agrária senhorial e feudal tradicional. O fenômeno da urbanização europeia, a partir do século XII, promoveu novas formas de vida quotidiana e cultura que se encontram na origem da sociedade moderna.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Explique os argumentos historiográficos favoráveis e contrários que definiram a perspectiva de interpretação da influência política e ideológica das cidades medievais na difusão de um ideário de liberdade política e individual.

Comentário

Em sua resposta, você deverá apresentar e explicar os seguintes argumentos historiográficos a partir de sua perspectiva principal de interpretação do problema histórico da liberdade ou das liberdades nas cidades medievais:

a) argumentos favoráveis: liberação progressiva dos camponeses das exações feudais; surgimento de novas profissões e atividades econômicas que permitiram a inserção socioeconômica nas cidades de grupos excluídos das atividades primárias; relaxamento dos vínculos de servidão feudal; surgimento e ampliação de formas de participação política; desenvolvimento de vínculos legais e institucionais de proteção das atividades econômicas e dos cidadãos, dentre outros corretos.

b) argumentos contrários: manutenção do controle senhorial sobre a terra, as propriedades, estruturas legais, impostos e exações, dentre outras formas de controle social da propriedade;

formação e desenvolvimento de confrarias e irmandades que exerciam monopólios sobre as atividades econômicas, as funções políticas e a administração municipal; manutenção e valorização dos vínculos sanguíneos e aristocráticos; controle da representação político-jurídica, dentre outros aspectos possíveis.

RESUMO

O surgimento e o desenvolvimento das cidades medievais devem ser entendidos no contexto do crescimento econômico europeu em suas raízes na expansão demográfica, no surgimento de novas técnicas agrícolas que permitiram o crescimento da produção de alimentos e trocas comerciais. Nesse contexto, os padrões de produção feudal são progressivamente superados em prol de uma economia mais ampla, dinâmica e monetarizada.

A cidade medieval expressou o desenvolvimento de novas concepções de mundo que influenciaram a produção intelectual e artística, com destaque para a valorização da cultura letrada, o surgimento das universidades e escolas, as representações que progressivamente adquirem características humanísticas e o surgimento de novas concepções filosóficas.

A cidade medieval instituiu um conjunto complexo de novas práticas da vida cotidiana, possíveis apenas nas cidades, que alteraram profundamente os costumes e a cosmovisão medieval em sua relação com a vida material. Dentre as novas práticas destacamos a higiene, a sanitação, as novas formas de convívio coletivo e familiar.

Aula 4

A economia
medieval

Meta da aula

Apresentar as características fundamentais da organização da economia medieval, considerando-se a formação de suas estruturas agrárias, entre as origens da Idade Média e a transformação econômica surgida a partir de meados do século XI, e a expansão urbana medieval, surgida entre a segunda metade do século XI e o início do século XII.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as transformações históricas da economia medieval em sua periodização e as características que marcaram as formas de produção agrária e as redes de trocas comerciais da estrutura econômica da Idade Média;
2. reconhecer a formação e o desenvolvimento da economia agrária medieval e seus agentes econômicos por meio da dinâmica histórica de organização da propriedade senhorial-feudal como um sistema socioeconômico estruturante da vida quotidiana medieval, entre o fim do mundo antigo e meados do século XI;
3. analisar o processo histórico de expansão econômica medieval em sua relação com o crescimento das cidades e a monetarização da economia determinantes para o surgimento de novos valores, costumes, práticas e condições materiais da vida quotidiana medieval, entre meados do século XI e meados do século XIV.

Pré-requisitos

Para você alcançar uma boa compreensão desta aula, recomendamos a revisão dos conteúdos estudados nas Aulas 2 e 3, com atenção aos aspectos socioeconômicos relacionados ao fim do mundo antigo e à transição para a Idade Média. A economia medieval em suas estruturas agrárias relaciona-se com as transformações surgidas no período romano conhecido como *dominato*, entre os séculos III e V d.C., destacadamente a ruralização da sociedade romana e a transição do escravismo antigo para a servidão medieval.

A utilização de um atlas histórico é recomendada, pois, por meio desse recurso pedagógico, você poderá adquirir uma compreensão eficiente da espacialização socioeconômica medieval, além de localizar as áreas geográficas e cidades que serão mencionadas ao longo desta aula.

Introdução

Nesta aula, analisaremos a organização da economia medieval em seu contexto histórico de transição, determinado pela crise do Império Romano na qual identificamos o fenômeno da ruralização da sociedade europeia. Nesse contexto, formaram-se as estruturas econômicas que caracterizaram a economia agrária medieval ao longo de um período histórico que se estende entre o fim do mundo antigo e a expansão econômica medieval iniciada no século XI. Você estudará a formação e o desenvolvimento da economia senhorial e feudal em suas características principais.

Você vai estudar, ainda, o contexto de retomada do crescimento econômico europeu na Idade Média, entre meados do século XI e meados do século XIV, destacando suas principais transformações econômicas: o crescimento das cidades, a urbanização medieval, o fortalecimento do comércio e as redes de trocas inseridas em uma estrutura econômica dinâmica que alterou as condições socioeconômicas da vida quotidiana medieval.

Ao final, você estudará o contexto econômico da baixa Idade Média caracterizado por uma profunda retração econômica provocada pela Grande Peste, que se espalhou na Europa medieval em meados do século XIV e pelo longo conflito entre senhores e reinos conhecido como Guerra dos Cem Anos, que se estendeu entre 1337 e 1453. Essa depressão econômica europeia foi superada com a expansão ultramarina sobre o mundo extraeuropeu ao final do período medieval.



Sugerimos o uso do excelente Atlas de História Medieval de Colin Mcevedy.

A transição da economia antiga para a medieval

Quando as fronteiras romanas vieram a ser ultrapassadas pelas primeiras ondas de invasões, os germanos encontraram um império em crise. Pouco restava da unidade e do esplendor econômico que o caracterizaram até o século II. A parte ocidental desse império via-se às voltas com uma crise econômica e todas as suas repercussões, em nível político e social. Tratava-se da crise geral do modelo escravista romano.

O Império Romano, assentado sobre o trabalho escravo, atingira seu auge no século I. Na parte ocidental, da Península Itálica à Península Ibérica, incluindo a Gália e o norte da África, grandes propriedades trabalhadas por escravos produziam artigos de várias espécies que, escoados em direção ao Mediterrâneo, utilizavam-se desse mar como principal eixo comercial. O centro era a Península Itálica, beneficiada pela produção de seus latifúndios e pelos tributos e impostos arrecadados nas províncias. Entretanto, o fim das conquistas iria privar essa região do constante e necessário fornecimento de escravos. É certo que continuaria a existir a comercialização da mão de obra escravista, porém, já não era o bastante para suprir as necessidades do grande Império.

Além disso, o preço muito elevado pelo qual essa mão de obra era vendida exigia um empate não compensatório de recursos. As terras – principalmente da Península Itálica – iam se esgotando cansadas pelos plantios sucessivos, com métodos rudimentares. A população livre não crescia ao ponto de compensar a redução de escravos e iniciar o processo de arroteamento de novas áreas. “Esse esgotamento da produção não foi acompanhado pela disseminação das inovações técnicas que surgiram em alguns pontos do Império” (ANDERSON, 2001, p. 77).

No século III, a crise mostrou-se em toda a sua intensidade. A produção decaiu; o comércio e a produção artesanal urbana retraíram-se. As cidades foram despovoando-se. Esse quadro foi

agravado pelas disputas políticas que provocaram verdadeiras guerras civis e saques sistemáticos das populações. A fuga para os campos tornou-se condição de sobrevivência, tendendo a população a voltar-se para a produção de valor de uso. O declínio demográfico e a retração comercial contribuíram para a atenuação das condições dos escravos e para que novas relações sociais de produção se implantassem. Surgiu o colonato, pelo qual um grande proprietário arrendava parcelas de suas terras e recebia a renda correspondente em dinheiro ou gêneros, tendendo esta a prevalecer.

Tais colonos eram das mais diversas origens: escravos assentados nas terras, populações bárbaras que vieram a se estabelecer em território romano e, sobretudo, multidão de homens livres das cidades que arrendavam parcelas baldias das grandes propriedades (LE GOFF, 2005, p. 35).

No século IV, por meio de uma série de editos, as pessoas foram fixadas às suas profissões e ofícios, e os colonos foram adstritos à terra. Na base dessa atitude, estavam a expansão da burocracia do Estado romano, característica da tetrarquia, e a necessidade de aumentar a arrecadação de impostos.

Aproveitando-se da intranquilidade e desorganização dos séculos finais do Império, os grandes proprietários ampliaram suas terras e constituíram séquitos armados. A população livre viu-se levada a procurar proteção, solicitando-a ao senhor da *villa*, entregando-lhe sua terra e recebendo-a de volta como posse, caindo, portanto, na dependência desse grande proprietário rural. Por conseguinte, quando invadiram o Império do Ocidente, os germanos encontraram uma sociedade em processo de mudanças. As invasões iriam orientar a direção dessas mudanças.

Vale lembrar que os germanos, na época das invasões, também viviam um intenso processo de mudança. A sua antiga organização tinha uma base gentílica, ou seja, viviam em grandes comunidades familiares, e, apesar de terem um chefe, as decisões eram tomadas

pela assembleia comunal. Não conheciam a propriedade privada da terra e adotavam o princípio do uso coletivo para bosques e prados. A área reservada para cultivo era dividida em faixas, sorteadas entre as famílias nucleares. Mesmo essas faixas não podiam permanecer com a mesma família: a cada ciclo da produção, eles realizavam a rotação, redistribuindo esses lotes; assim, evitavam-se maiores desigualdades sociais. Em épocas de guerra, escolhiam um chefe que, recebendo amplos poderes, comandava as ações guerreiras.

Para uma melhor descrição do modelo econômico das tribos germânicas (ou “bárbaras”), citamos um pequeno trecho da obra *A revolução comercial da Idade Média 950-1350*, de Robert Lopez, na qual o autor afirma:

A cultura dos Bárbaros era ainda mais profundamente rural que a dos Romanos, embora se encontrasse menos intimamente ligada ao solo. Resistia nela um toque de nomadismo, misturando a agricultura propriamente dita com a caça e o pastoreio (...). Apoiavam-se menos que os Romanos no cultivo das plantas e mais na carne e no leite (...) (LOPEZ, 1976, p. 22).

Passado o período das tentativas de conquistar as tribos do norte da Europa, o Império Romano veio a ceder terras ao longo de suas fronteiras aos germanos, engajando-os, por meio de grupos isolados, nas fileiras do exército. Posteriormente, tribos inteiras romperam os limites e penetraram em direção ao sul, dando início às “invasões bárbaras”.

As duas sociedades que se chocaram estavam em processo de mudança. A fusão resultou na síntese, cujo produto final foi o feudalismo. A estrutura econômica transformou-se em virtude da difusão das tribos germânicas nos territórios do Império Romano na Europa ocidental, conforme identificou Jérôme Baschet:

As desordens ligadas aos movimentos migratórios e ao fim da unidade romana têm consequências econômicas de primeira importância. A insegurança, combinada à falta de espécimes monetários e à ausência de manutenção seguida pela destruição progressiva da rede de estradas romanas, engendra o declínio e o quase desaparecimento do grande comércio, antes tão importante no Império (2006, p. 54).



Atende ao Objetivo 1

1. Considere o contexto de transição da economia antiga para a medieval e explique duas mudanças ocorridas na estrutura econômica desse período histórico.

Comentário

Em sua resposta, você deverá explicar duas dentre as seguintes mudanças históricas decorrentes da transição da economia antiga para a medieval: crise do modelo escravista romano com a transição da escravidão antiga para a servidão medieval; incapacidade de manutenção e reprodução do sistema escravista decorrente do fim das conquistas militares romanas e a

elevação dos custos da escravidão; esgotamento das terras cultivadas; redução da demografia e dos segmentos sociais livres; retração do comércio e do artesanato urbano; despovoamento das cidades; instabilidade econômica decorrente das migrações e invasões germânicas.

A retração econômica dos séculos V ao X

O período que compreende a alta Idade Média foi marcado pela estagnação econômica. Em muito, esse processo se deveu à crescente migração da população citadina para o meio rural em consequência das invasões das tribos germânicas do norte iniciadas a partir do século V. Nesse momento, ocorreu aquilo que a historiadora Renée Doehaerd chamou:

Escassez endêmica”, ou seja, o retrocesso demográfico assistido numa Europa pouco mecanizada, na qual a mão-de-obra era essencial, gerou uma crise: “pequeno número de trabalhadores produzindo uma pequena quantidade de bens agrícolas e artesanais, levou a uma retração do comércio e, portanto, da economia monetária (1971, p. 57).

O setor primário, o mais importante de então, exemplifica bem aquela situação. Em muito, a economia do período se concentrava em torno da terra. Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, “a terra e a economia agrária eram a base e o essencial da vida material na Idade Média, condicionando tudo: riqueza, poder social e político” (LE GOFF, 2005, p. 203). Nesse momento, torna-se importante que possamos caracterizar o modelo de produção agrícola da Idade Média a partir das **villas** romanas.

A historiografia tradicional tendia a considerar a villa romana como o único tipo de propriedade agrícola da alta Idade Média. No entanto, outros estudos como, por exemplo, o de Guy Antonetti afirmam que as grandes propriedades foram típicas apenas em uma

Villa

Grande propriedade rural da alta Idade Média. Dividia-se em três partes: o domínio (ou mansus indominicatus), isto é, explorado diretamente pelo proprietário; os mansi, terras entregues aos camponeses para cultivo, e as terras comunais (prados, bosques etc.).

parte da Europa ocidental, na região entre os rios Reno e Loire: “Paralelamente, existiam pequenas e médias propriedades, ainda que aos poucos elas fossem absorvidas pelas *villae*” (1977, p. 50). De qualquer forma, estas são mais bem conhecidas e predominavam naquele território que era o centro de gravidade de então, daí por que seja justificável falar em economia agrária dominial.

Geralmente bastante extenso, o domínio não era, contudo, caracterizado por seu tamanho, muito variável no tempo e no espaço, mas por sua estrutura de funcionamento. Esta girava em torno da divisão da área em duas partes. A primeira, chamada, na época, *terra indomincata* (ou de reserva senhorial), era explorada diretamente pelo senhor. Ali estavam sua casa, seus celeiros, seus estábulos, seus moinhos, suas oficinas artesanais, seus pastos, seus bosques e sua terra cultivável.

Na *villa* da época merovíngia (séculos VIII-IX), a reserva era maior do que no período carolíngio (séculos VIII-IX), quando ela representava de 20% a 40% da área total do domínio. “Este fato provavelmente se deve à relativa recuperação demográfica carolíngia, que gerou a necessidade de o senhor criar novos lotes camponeses” (FRANCO JR., 2001, p. 33). As pastagens e áreas florestais existentes na reserva senhorial eram, por direito costumeiro, de uso de toda a comunidade. Assim, o solo arável da reserva variava de 25% a 50% do conjunto das terras cultivadas do domínio.

Outra parte da *villa* era dividida em faixas – os *mansi* (ou terra mansionaria) –, que eram entregues aos lavradores. O *mansus* variava de tamanho, dependendo da região ou da condição daquele que o recebia, e era calculado para prover às necessidades de uma família. Era a menor unidade em termos de percepção de impostos e obrigações militares, sendo também a menor unidade em termos de exploração agrária. A princípio havia dois tipos básicos de *mansus*, conforme a condição jurídica do receptor: o *mansus serviles*, concedido a um escravo, e o *mansus ingenuiles*, concedido a um homem livre (em algumas regiões, havia ainda o *mansi lidiles*, concedidos aos libertos, categoria intermediária entre

escravo e livre). Por fim, existiam ainda as terras comunais, formadas por bosques, charnecas e prados, que, apesar de fazerem parte das reservas senhoriais, podiam ser utilizadas pelos possuidores dos mansi.

A extensão dos mansos também era diferente conforme o estatuto jurídico de seu detentor, mas as variações regionais impedem uma estimativa. Para o conjunto do Ocidente, porém,

(...) é possível pensar que cada manso tinha em média 15 hectares. Tanto num quanto noutro tipo de manso, os encargos em espécie e em dinheiro eram leves, implicando a entrega de alguns produtos (cereais, aves, ovos, lã, etc.) e algumas moedas por ano (HEERS, 1965, p. 33).

Vale ressaltar que eram fundamentais as prestações de serviço dos camponeses aos senhores. Como os detentores de mansos servis trabalhavam mais tempo na *terra indominita*, e nesse período alimentavam-se ali, seus mansos podiam ser menores. O senhor exigia a corveia, trabalho servil na reserva, em troca do manso por causa das dificuldades de obter mão de obra numa conjuntura de depressão demográfica ou pela impossibilidade de pagar trabalhadores com dinheiro. No trecho destacado pela historiadora Maria Guadalupe Pedrero- Sánchez, percebemos algumas das obrigações dos servos:

Bunuaría

Medida de superfície correspondendo aproximadamente a um quarto de acre.

Modios

Medida de capacidade variável segundo os locais da época. Em Portugal, equiparava-se ao alqueire, oscilando entre 18 e 26 litros.

Varas

Cerca de 1,60 acre. A vara francesa era uma medida de superfície.

Walafredus, um colonus e mordomo, e a sua mulher, uma colona (...) homens de St. Germain, têm 2 filhos. (...) Ele detém 2 mansos livres com 7 **bunuaría** de terra arável, 6 acres de vinha e 4 de prados. Deve por cada manso uma vaca num ano, um porco no seguinte, 4 denarios pelo direito de utilizar a madeira, 2 **modios** de vinho pelo direito de usar as pastagens e uma ovelha e um cordeiro. Ele lavra 4 **varas** para um cereal de Inverno e 2 varas para um cereal de Primavera. Deve corvéias, carretos,

trabalho manual, cortes de árvores quando para isso receber ordens, 3 galinhas e 15 ovos (...). (GUÉNARD apud PEDRERO-SANCHÉZ, 2000, p. 106)

Qualquer que seja a interpretação correta, o que se deve ter em mente é que a prestação de serviço na reserva senhorial representava a própria essência do regime senhorial. Graças a ela, o senhor obtinha o necessário de sua terra, mobilizando em seu favor uma considerável força de trabalho.

Apesar do fundamento da economia dominial estar na prestação de serviço na reserva senhorial por parte de camponeses livres mas dependentes, não se pode esquecer da mão de obra escrava. Toca-se assim numa questão largamente debatida e não encerrada. Sem dúvida, utilizavam-se escravos no cultivo da reserva e em trabalhos domésticos, mas não se sabe exatamente qual a intensidade disso. Para Marc Bloch, havia poucos escravos no Ocidente do século IX em razão de uma tripla transformação:

(...) militar, devido ao fim das guerras de conquista que tinham sustentado o escravismo romano; religioso, pois se o cristianismo não proibia a escravidão enquanto instituição, a Igreja não aceitava que ela fosse aplicada a cristãos; econômica, porque a distância tornava problemático e, portanto, caro o fornecimento de escravos pagãos (2006, p. 247).

Pensando diferentemente, René Doehaerd diz que “a penúria de mão de obra explica a recrudescência da escravidão durante os primeiros séculos medievais” (DOEHAERD, 1971, p. 92). A própria Igreja teve um comportamento significativo diante da questão, com os **concílios** de Agde (506) e de Yene (517) proibindo os abades de emancipar escravos dos domínios recebidos em doação de particulares. Em pleno século IX, uma lei chamava a atenção para o risco de viajar sozinho e ser apreendido e vendido como

Concílios

Literalmente, “assembleia”, especificamente assembleia de clérigos para legislar sobre a doutrina religiosa e a disciplina eclesiástica. Suas decisões são os cânones, fundamento do Direito Canônico. Há três tipos de concílio: o ecumênico, ao qual comparecem todos os bispos convocados pelo papa; o provincial, que dirigido pelo arcebispo congrega os bispos de sua província eclesiástica; o sínodo, pelo qual o bispo reúne todo o clero de sua diocese (FRANCO JR., 2001, p. 181).

escravo. Assim, tudo indica que a escravidão ainda era praticada em boa parte do Ocidente cristão, especialmente na Inglaterra, Itália, Alemanha e Catalunha.

A produção dos domínios não apresentava grandes novidades em relação à agricultura da Antiguidade. No entanto, vale destacar que as estruturas sociais e as mentalidades contribuíram em muito para as limitações técnicas do Ocidente medieval. De acordo com Le Goff, a mentalidade das classes dominantes é contrária à técnica, notadamente os senhores laicos e eclesiásticos:

Sem dúvida, não há nenhum outro setor da vida medieval em que um outro traço de mentalidade – o horror da ‘novidade’ – tenha agido com mais força antiprogressista do que no domínio técnico. Neste caso, mais do que em qualquer outro, inovar era uma monstruosidade, um pecado. Colocava em perigo o equilíbrio econômico, social e mental. E, como se verá, ao beneficiar o senhor, as novidades deparavam-se com uma resistência violenta ou passiva das massas (2005, p. 194).

É importante perceber que a vida no claustro, típica das ordens monásticas, e seu conseqüente afastamento das necessidades materiais favoreceram o progresso técnico. Essa percepção fica mais bem elucidada no trecho a seguir:

(...) A obrigação para o clero e sobretudo para os monges de se relacionar o menos possível com o exterior, inclusive no plano econômico; e principalmente seu desejo de se desligar das atividades materiais para ocupar-se do *Opus Dei*, isto é, ocupações propriamente espirituais (ofícios litúrgicos, orações); sua vocação de caridade, que os obriga a prover as necessidades econômicas não somente de sua numerosa família, mas de pobres e de indigentes estrangeiros, distribuindo víveres, encorajavam-nos a desenvolver um certo instrumental técnico (...) (LE GOFF,

2005, p. 193).

Tanto em se tratando dos primeiros moinhos d'água e de vento, ou do progresso das técnicas rurais, as ordens religiosas estiveram seguidamente na vanguarda.

Já o setor secundário ressentia-se da fraqueza demográfica e da medíocre produção agrícola. O primeiro fator roubava-lhe mão de obra e especialmente consumidores. O segundo limitava o fornecimento de matérias-primas. O artesanato dos séculos IV-X estava concentrado nos domínios que, com sua tendência à autossuficiência, procurava produzir ali mesmo tudo que fosse possível. A mão de obra era predominantemente escrava, vivendo na terra *indominicata* daquilo que o senhor lhe entregava, trabalhando nas oficinas com ferramentas e matérias-primas fornecidas por ele. "A partir do século VIII, havia também um pequeno grupo de artesãos assalariados, que se deslocavam de domínio em domínio" (ANTONETTI, 1977, p. 174).

O artesanato urbano, por sua vez, estava limitado pelas condições das cidades da época, mas não se conhecem com precisão tais condições, o que já foi objeto de amplos debates. Por muito tempo acreditou-se que as cidades tinham subsistido até o século VIII, mas vendo-se desde então reduzidas a fortalezas e, sobretudo, a centros administrativos de dioceses. A razão disso teria sido a expansão islâmica, que levou naquele momento a uma retração econômica até meados do século VIII e a uma posterior recuperação a partir daí, pois:

Apesar da divisão do califado omíada e, em seguida, do abássida, e da alternância entre fases de poderio e de dificuldade, o Islã constitui, sem nenhuma dúvida, a civilização mais brilhante do Mediterrâneo na época medieval. Ela caracteriza-se por um urbanismo plenamente desenvolvido, que retoma parcialmente os modelos romanos, completando-os com fundações e inovações importantes... A prosperidade do Islã e seus sucessos

culturais e intelectuais, por muito tempo claramente superiores aos do Ocidente, manifestam-se com toda a evidência quando se salienta a amplitude dos empréstimos que os cristãos da Idade Média tomaram do mundo árabe (BASCHET, 2006, p. 83).

O comércio interno também se viu limitado, mas não paralisado. Se as dificuldades de produção, de um lado, restringiam as trocas por gerar poucos excedentes, de outro tornavam necessário que uma região com problemas temporários procurasse determinados produtos básicos em outras. Quando um domínio tinha um certo excedente, ele era comercializado, diante da impossibilidade de se estocar. Segundo o medievalista brasileiro Hilário Franco Junior, a imagem da *villa* fechada, vivendo exclusivamente de seus recursos, deve ser matizada, pois “havia certa especialização na produção – sobretudo do vinho –, o que indica ocorrência de relações tanto entre os domínios de um mesmo senhor quanto com o de outros



proprietários” (FRANCO JR., 2001, p. 36).

Atende ao Objetivo 1

2. Descreva e explique a organização da produção agrária medieval no senhorio fundiário, destacando em sua resposta as formas de apropriação dos rendimentos instituídas pelos senhores feudais.

Comentário

Em sua resposta, você deverá explicar a organização interna da terra senhorial descrevendo suas características principais: reserva domínial, terra comunal e as formas de divisão da terra mansionária, explicando como os senhores se apropriavam das rendas geradas no setor primário por meio de imposições e corveias que lhes permitiam a apropriação dos rendimentos agrícolas e o controle dos camponeses vinculados às suas terras.

A expansão econômica dos séculos XI-XIII

O período medieval compreendido entre os séculos XI-XIII conheceu importantes alterações com relação aos elementos que caracterizaram a fase anterior. Primeiro, houve a passagem da agricultura domínial para a senhorial. Isso ocorreu porque, diante do incremento demográfico que se manifestava desde meados do século X, os mansos da época carolíngia foram divididos em lotes bem menores, com cerca de três ou quatro hectares, chamados tenências. Passou a haver dois tipos básicos delas, ambas de concessão pouco onerosa para o camponês, a *censive* e a *champart*.

Na primeira, “mais comum e difundida, em troca do usufruto da terra o camponês devia uma pequena renda fixa, o censo, pago em dinheiro ou em espécie” (FRANCO JR., 2001, p. 37). Tal taxa não era economicamente importante para o senhor, sendo mais uma espécie de reconhecimento do direito que ele tinha sobre a terra. Com o tempo, porém, o camponês passou a dispor de seu lote como se fosse o proprietário. Daí o senhor ter começado a cobrar pela transferência hereditária, taxa conhecida como mão morta,

Senhorio

Palavra que resume todos os meios de que dispõe um senhor (*dominus* ou *senior*) para se apropriar do rendimento do trabalho realizado pelos homens sob seu domínio. Esses meios são complexos; uns têm origem na posse do solo, outros no exercício de um poder coercitivo (**ban**). Daí deriva a dupla natureza do senhorio: fundiário e banal.

Ban

No começo da Idade Média, este termo designava o poder de comando do chefe militar. Depois, o conjunto de poderes regalianos (de rei) que a partir do século X foi confiscado e explorado por grandes latifundiários: julgar, punir, tributar (FRANCO JR., 2001, p. 186).

Feudo

A palavra deriva do germânico *fehu*, “gado”, com o sentido de “um bem dado em troca de algo”. Inicialmente, em fins do século IX, o feudo era cedido pelo poder público (rei, conde) em troca de serviços públicos (guerra, administração). A partir do século XI, ligado estreitamente à vassalagem, o feudo tornou-se um bem privado concedido em troca de serviços privados. Essa concessão (terra, dinheiro, direito diversos) era feita por um nobre, intitulado “senhor”, a outro nobre, chamado “vassalo”, em troca essencialmente de serviços militares (FRANCO JR., 2001, p. 182-183).

geralmente o melhor animal que o camponês falecido tinha, para permitir que o filho dele permanecesse na terra. Desde o século XII reconheceu-se também a alienabilidade da tenência, devendo por isso o camponês entregar ao senhor uma porcentagem variável do preço de venda.

Na tenência champart, a renda devida pelo camponês não era fixa, mas proporcional ao resultado da colheita. De maneira geral, a taxa era de 10% na triticultura, de 16% a 33% na viticultura e na criação. Esse tipo de tenência estava mais difundida nos **senhorios** laicos do que nos eclesiásticos, mais nas áreas arroteadas recentemente do que nas terras ocupadas havia muito tempo. Em algumas regiões, como a França central e oriental e na Itália, prevalecia uma variante, a meação, na qual o senhor fornecia, além da terra, “todo o material necessário para cultivá-la, ficando por isso com uma parcela maior do resultado, variável de metade a dois terços da produção” (LE GOFF, 2005, p. 221).

Não só os lotes camponeses viram sua área diminuir a partir do século XI – a reserva senhorial também se viu reduzida, em razão de vários fatores. Primeiro, a necessidade de criação de novas tenências camponesas, o que apenas o desmembramento dos mansos não fazia na quantidade desejada; segundo, o progresso das técnicas agrícolas permitia ao senhor obter maior produção com menos terra; terceiro, os rendimentos senhoriais vinham então bem mais do exercício dos direitos de ban (direito de tributar pela proteção concedida ao camponês) do que da exploração direta do solo; quarto, na nova ordem social que se implantava a partir do século X – o feudalismo – para estabelecer relações de vassalagem, o senhor cedia terras sob a forma de **feudo**.

Após a leitura dos verbetes sobre senhorio e feudo, é importante não confundir-los, visto que o primeiro conceito representa a base econômica de sustentação do segundo; este último é a manifestação político-militar daquele primeiro. O senhorio era um território que dava a seu detentor poderes econômicos (senhorio fundiário) ou jurídico-fiscais (senhorio banal), muitas vezes ambos ao mesmo tempo. O feudo era uma cessão de direitos, geralmente, mas não necessariamente, sobre um senhorio. Havia regiões senhorializadas e não feudalizadas, mas não existiam regiões feudalizadas sem ser senhorializadas:

De fato, das rendas do senhorio vive toda a sociedade feudal, do não livre ao senhor feudal. O que este retira em serviços e em dinheiro de seu vassalo, ele próprio senhor rural, não se concebia sem o suporte da terra, a qual é, freqüentemente, a uma só vez senhorio rural e feudo (FOURQUIN, 1981, p. 14).

Em razão disso, o regime de mão de obra também se modificou em relação ao da agricultura dominial. A escravidão praticamente desapareceu no norte europeu, sobrevivendo apenas em algumas regiões mediterrâneas. O segmento de trabalho assalariado expandiu-se, em especial no século XII, graças ao barateamento da mão de obra resultante do aumento populacional. O servo tornou-se o principal tipo de trabalhador. As prestações em trabalho na reserva, que tinham sido a essência do regime dominial, passaram a ser bem mais leves. Na Europa meridional elas tornaram-se de significado econômico muito pequeno, enquanto na Europa setentrional continuaram consideráveis, porém inferiores às do período carolíngio. “Em muitas regiões difundiu-se a prática de transformar a obrigação de serviços em pagamento monetário, com o qual o senhor contratava assalariados, cujo trabalho rendia o dobro do servil” (LOPEZ, 1976, p. 42).

Também houve modificações na capacidade de produzir gêneros agrícolas. A produção nesse setor veio a crescer em virtude

de uma maior quantidade de mão de obra trabalhando sobre uma área mais extensa – consequência do desbravamento de florestas e terrenos baldios –, como também graças à difusão de diferentes técnicas: sistema trienal, charrua, força motriz animal, adubo mineral, moinho de vento.

Uma segunda transformação importante que ocorreu entre os séculos XI-XIII foi o revigoramento do comércio, intimamente relacionado à existência de excedentes agrícolas. A prática comercial passou a desempenhar um papel fundamental na vida do Ocidente, com repercussões além da esfera econômica.

É verdade que somente uma parcela muito pequena da população esteve diretamente envolvida com as atividades comerciais, porém esse segmento social ganhava crescente importância. Menor no caso daqueles que se dedicavam ao comércio local, já que o tráfico interno europeu oferecia poucos riscos, mas envolvia pequenos capitais e gerava baixos lucros. A razão disso estava, em parte, no fato de toda região produzir os mesmos bens de necessidades básicas e em parte no alto custo de transporte das inúmeras alfândegas regionais.

Os maiores beneficiados foram os que se envolveram no comércio de longa distância, baseado no transporte marítimo, bem mais barato, e em mercadorias raras no Ocidente cristão. Tal comércio desenvolveu-se em torno de dois eixos básicos: o mediterrânico – dominado pelos italianos – e o nórdico – dominado pelos alemães.

No primeiro, destacavam-se Gênova e Veneza, ambas empurradas para as atividades mercantis devido às suas precárias possibilidades agrícolas. Veneza nasceu no século V em diversas ilhotas do extremo norte do mar Adriático, formada por populações que ali buscavam refúgio diante da invasão dos hunos. Gênova, mais antiga ainda, apertada entre as montanhas e o mar, também teve de buscar sua sobrevivência longe de seu acanhado território. Essa situação levou-as a apoiar a primeira Cruzada em troca de

privilégios comerciais nas regiões dominadas. Ali, no Oriente Médio, elas obtinham os procurados produtos de luxo orientais, que trocavam por mercadorias ocidentais.

Não por acaso também, a atividade bancária nasceu na Itália. Era interesse de seus comerciantes enfrentar a diversidade de moedas, facilitando sua uniformização e, portanto, os negócios entre pessoas de diferentes regiões. Assim, alguns mercadores passaram a dedicar-se ao câmbio, ficando conhecidos por banqueiros, pois as diversas moedas a serem trocadas ficavam expostas em bancas, como outra mercadoria qualquer.

Uma terceira transformação econômica ocorrida entre os séculos XI-XIII foi aquilo que Jean Gimpel acreditava poder chamar de “Revolução Industrial medieval”. Seu ponto de partida foi o crescimento demográfico e comercial, fomentador do desenvolvimento urbano. Estimuladas pela chegada de camponeses que conseguiam romper os laços servis, as cidades localizadas próximas a rios ou estradas frequentadas por comerciantes logo começaram a crescer. Em outros pontos, sem uma célula urbana a desenvolver, surgiram cidades praticamente do nada:

(...) entre 1100 e 1300 apareceram cerca de 140 novas cidades no Ocidente. Algumas eram de iniciativa senhorial (para poder taxá-las), outras nasciam de um entreposto comercial ou de um mercado rural (1976, p. 59).

Todas essas cidades emergentes precisavam oferecer ao campo alguns bens em troca de alimentos e de matérias-primas. Dessa maneira, o artesanato urbano logo conheceu seu primeiro impulso, prolongado pelas crescentes necessidades de uma população (rural e urbana) em expansão e mais exigente em função do progresso econômico. A partir dessa pressão do mercado consumidor e aproveitando o avanço cultural que ocorria paralelamente, a cristandade ocidental criou ou aperfeiçoou dezenas de técnicas. Foi considerando isso que aquele historiador afirmou

que “na Europa, em todos os domínios, a Idade Média desenvolveu mais do que qualquer outra civilização o uso de máquinas” (GIMPEL, 1976, p. 57).

Com presença mais ou menos generalizada, sem dúvida as duas maiores indústrias medievais foram a da construção civil e a têxtil. A primeira delas beneficiou-se não só do crescimento populacional, mas pela ostentação que levava o clero e a aristocracia laica a construir cada vez mais e maiores igrejas, mosteiros e castelos. A indústria têxtil era ainda mais importante, especialmente a de panos de lã. Ainda que praticamente toda a cidade de certo porte tivesse suas oficinas têxteis, os maiores centros estavam localizados em Flandres, na Itália e na Inglaterra.

Nesse mesmo período, surgiram também as corporações de ofício. Suas origens são controversas, mas as razões para o agrupamento são claras:

(...) religiosa, daí muitas vezes ter derivado de confrarias, isto é, de associações que desde o século X existiam para cultuar o santo patrono de uma determinada categoria profissional e para praticar caridade recíproca entre seus membros; econômico, procurando garantir para esses grupos o monopólio de uma determinada atividade comercial; e, político-social, com a plebe de artesãos tentando se organizar diante do patriciado mercador que detinha o poder na cidade (FRANCO JR., 2001, p. 43).

A depressão do século XIV

Para compreendermos os fatores que levaram à crise do século XIV, é importante retomarmos a ideia dos limites técnicos da agricultura e o paralelo consumo dinâmico de sua produção pela população europeia. Esse equilíbrio, por qualquer acidente natural, poderia vir a se romper e dar início a um processo de crise.

De fato, a busca de terras no período de expansão levava ao cultivo de áreas pouco férteis, de maneira que a produção cresceu em termos absolutos, mas não a produtividade. Assim, precisava-se lançar mão de mais terras, e em muitas regiões elas foram arrancadas ao gado: a transformação de pastos em zonas cultiváveis veio a provocar a diminuição da disponibilidade de adubo, prejudicando a produção agrária. Muitas vezes, terras de cultivo resultavam de um desflorestamento excessivo, o que alterava o regime local de chuvas, com óbvios reflexos negativos para a agricultura.

A consequência disso foi a elevação dos índices de mortalidade e crescimento das tensões sociais. Tudo isso, naturalmente, teve reflexos no setor secundário, pois à medida que cada indivíduo gastava mais com alimentação, tinha menos recursos para consumir gêneros industriais. Mesmo depois da queda dos preços dos cereais – provavelmente ocorrido pela queda do consumo em decorrência da propagação da **peste negra** – os preços dos produtos artesanais continuaram a subir.

Segundo Hamilton Monteiro, essa subida dos preços seria uma decorrência da valorização dos salários, conseqüente da escassez de mão de obra graças à grande mortandade causada pela peste. Esse encarecimento prejudicava o consumo do artesanato. A indústria têxtil urbana sofria cada vez mais a concorrência da indústria rural, cuja mão de obra não estava agrupada em corporações e oferecia o produto a preços menores. As corporações reafirmaram, então, seus privilégios, provocando choques entre trabalhadores urbanos e rurais.

Peste negra

Designação pela qual ficou conhecida, durante a Idade Média, a peste bubônica que assolou a Europa durante o século XIV e dizimou entre 25 e 75 milhões de pessoas, o que equivale a um terço da população da época. A doença é causada pela bactéria *Yersinia pestis*, transmitida ao ser humano pelas pulgas dos ratos-pretos ou outros roedores.

O setor terciário ressentiu-se de tudo isso, ocorrendo uma redução da margem de lucros tanto das atividades comerciais quanto das financeiras. No caso dos bancos italianos, a lucratividade atingiu, no começo do século XIV, cerca de metade ou um terço do que fora anteriormente. As dificuldades econômicas das monarquias agravaram ainda mais o setor, sobretudo a França e a Inglaterra, envolvidas na Guerra dos Cem Anos.

Precisando de recursos para a luta, os reis lançavam impostos extraordinários sobre o comércio, quando não simplesmente confiscavam mercadorias e dinheiro. Ou então, “contraíam empréstimos que não podiam saldar, como os que levaram à falência as casas bancárias dos Bardi e dos Peruzzi em 1345 e dos Accioli em 1347” (FRANCO JR., 2001, p. 47). É claro que isso gerava insegurança e desorganizava um sistema financeiro já cheio de fragilidades.

Uma das maiores fragilidades e fonte de graves problemas econômicos eram as constantes mutações monetárias empreendidas pelos soberanos. Necessitados de dinheiro, os monarcas diminuía a proporção de metal precioso das moedas e mantinham seu valor nominal, cunhando assim um maior número de peças com a mesma quantidade de metal nobre. Mas, dessa forma, recebiam impostos em moeda desvalorizada, o que os levava a efetuar nova desvalorização, e assim, sucessivamente. A destruição de parte das forças produtivas feudais, a desarticulação do setor monetário e o reforço da servidão dão-nos, parcialmente, o retrato da crise do século XIV. Estavam lançados os fundamentos econômicos da crise feudal em seu sentido mais amplo de transformação do conjunto de valores e dos costumes da vida quotidiana que haviam caracterizado a sociedade e a economia medieval em direção à uma nova estrutura socioeconômica que se apresentará como moderna. Conforme apontou Jérôme Baschet,

A menor densidade do povoamento rural põe os camponeses em uma relação de força mais favorável,

que lhes permite exigir uma baixa do censo ou um resgate generalizado das corveias a um preço menor, a que os senhores são obrigados a assentir para evitar perder seus homens. Enfim, a evolução comparada dos preços dos produtos agrícolas e daqueles que os aristocratas devem comprar lhes é desfavorável. Os mais fracos dentre eles endividam-se e são, por vezes, obrigados a vender suas terras: alguns partem, então, para a cidade em busca de um pfício junto a um príncipe, enquanto outros perdem a posição nobre. Assim, as antigas linhagens senhoriais desaparecem e são substituídas por novos senhores, aristocratas mais poderosos... ou cidadãos enriquecidos que aproveitam a ocasião para comprar terras ou mesmo senhorios inteiros (2006, p. 253-254).

CONCLUSÃO

A economia medieval, como um fenômeno histórico de longa duração, manifestou duas grandes características em sua estrutura econômica. Primeiro, identificamos a organização de um sistema econômico agrário baseado no uso do trabalho servil, na concentração de terras e na busca de atendimento das necessidades econômicas da sociedade medieval a partir da produção interna dos senhorios feudais. Segundo, a partir da difusão das transformações econômicas surgidas ao final do século XI, observamos a formação de uma nova economia na qual se destacam o protagonismo econômico das cidades, a ascensão dos mercadores, o desenvolvimento das manufaturas, a formação de redes comerciais e feiras que dinamizaram a economia medieval. A estrutura econômica medieval em sua dinâmica de transformações estruturais deve ser entendida a partir de uma perspectiva de estudo das sociedades camponesas e urbanas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3



Fonte: historykr.com/bbs/view.php?no=55&id=gallery

pastor, o camponês e o vilão, em suas atividades quotidianas de pastoreio aragem e cultivo da terra, envolvidos na dominação econômica do poder senhorial expresso no domínio territorial, controlado a partir do castelo senhorial em sua imponência, ao fundo da imagem.

RESUMO

A economia medieval surgiu da retração ocorrida ao fim do mundo antigo decorrente da transição do sistema econômico escravista antigo para a servidão medieval com a incorporação dos povos germânicos na Europa ocidental. Forma-se a propriedade senhorial e feudal em cujas características se encontram a própria estrutura da economia medieval: apropriação senhorial das terras produtivas, regime servil, geração de rendas decorrente da taxaço sobre a estrutura agrária, dentre outras características. As transformações econômicas, tecnológicas e sociais surgidas a partir de meados do século XI e difundidas a partir do século XII fazem surgir uma nova estrutura econômica organizada a partir das cidades, da monetarização progressiva da economia, da expansão do comércio e das manufaturas como agentes dinâmicos do sistema econômico medieval.

Aula 5

A organização
dos povos
germânicos:
estruturas sociais,
políticas e
religiosas

Meta da aula

Discutir o processo de formação social e política da Europa do Mediterrâneo após a chamada “crise do Império Romano do Ocidente”, analisando os contatos estabelecidos, por muitos séculos, entre Roma e os povos nômades que migravam para o continente europeu.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. discutir a visão dos romanos sobre os povos germânicos, chamados “bárbaros”;
2. conhecer os tipos de contatos estabelecidos entre Roma e os povos germânicos, que circulavam e se instalavam em seu território, nos séculos IV e V d.C.;
3. identificar os mecanismos de organização social, política e religiosa dos germânicos, com atenção para os aspectos particulares de sua cultura.

Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, você deverá fazer uma releitura das Aulas 3 e 4, referentes à crise do Império Romano e aos três pilares da sociedade medieval (Romanismo, Germanismo e Cristianismo), lembrando as definições desses conceitos.

INTRODUÇÃO

Visões e estereótipos romanos sobre os povos “bárbaros”

Dentre os vários povos que realizaram migrações e invasões ao Império Romano entre os séculos IV e V d.C., chamaremos a atenção para os povos germânicos, que foram denominados pejorativamente “povos bárbaros”.

Nesta aula, estudaremos as relações dos germânicos com os romanos, além de características gerais de organização interna desses povos. Por meio dessas características, você poderá entender que a vida social, o poder político e as práticas religiosas dos germânicos, em muitos casos, jamais estiveram associadas a uma condição de barbárie.

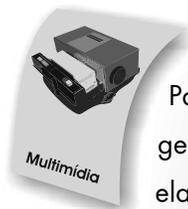
Durante muitos séculos, pensavam os historiadores que os primeiros contatos estabelecidos entre o Império Romano e os povos nômades originários da Ásia ou das estepes do leste europeu teriam sido bastante traumáticos. Para esses historiadores, as relações entre romanos e germânicos teriam ocorrido somente a partir dos séculos IV e V d.C., por meio de violentos ataques e invasões desses grupos germânicos às fronteiras imperiais, ou *limes*. Pensavam também que a presença desses povos na Europa, vistos como “bárbaros”, representou então um fator decisivo na crise do Império Romano, uma vez que eles teriam apenas a intenção de pilhar, destruir e tomar toda a riqueza gerada pelos romanos em suas províncias, espalhadas por toda a região do Mediterrâneo ocidental.

Assim, “bárbaros”, na verdade, é um adjetivo de tom pejorativo, encontrado já nas primeiras crônicas romanas escritas a respeito dos germânicos que circularam pela Europa entre os séculos I a.C. e V d.C. Esse termo esteve associado não apenas aos povos de origem germânica, mas sim a todos os povos que não falavam o latim, como aqueles que tinham, por exemplo, origem celta, gaulesa ou eslava.

Na conhecida obra *Germânia*, do historiador romano Tácito, que viveu aproximadamente entre 55 a 120 d.C., percebe-se que Roma já estabelecia contatos frequentes com os povos germânicos – como os suevos e alanos – muito antes de surgirem, dentro do Império, os primeiros sinais de sua crise interna.



Tácito, ou Publius Cornelius Tacitus, foi um importante historiador romano, tendo sido um senador que ocupou diversos cargos políticos no Império. Sua obra sempre esteve voltada para narrar a trajetória de crescimento do poder romano, exaltando suas conquistas e feitos “heroicos”, além de descrever a vida de muitos imperadores, como Tibério, Nero e Tito Flávio Vespasiano. É importante lembrar que, assim como mostrou um olhar pessimista sobre os povos germânicos em Roma, Tácito também o fez com a história do Império. Mostrou-se um crítico implacável, ao julgar e discordar da conduta política dos imperadores. Sua obra inspirou muitos outros historiadores romanos, como Amiano Marcelino.



Para aprofundar seus estudos sobre as migrações dos germânicos, sugerimos a você que visite o *site* da internet elaborado pelo professor doutor Ricardo da Costa, da Universidade Federal do Espírito Santo. Lá, você encontrará muitos outros documentos sobre essa primeira fase da História Medieval, incluindo mapas interativos, todos com tradução para o português. Acesse em www.ricardodacosta.com.

Ainda assim, os romanos viam os germânicos como estranhos, como eternos estrangeiros dentro de seu território. Aqui está a origem do termo bárbaro, como aquele que possuía hábitos e tradições estranhos à cultura da maioria da população. Para os romanos, os “bárbaros” organizavam-se muito longe dos padrões de uma “verdadeira civilização”. Por não apresentarem uma organização política em forma de Estado, por não construírem cidades, e por suas crenças religiosas estarem voltadas para a natureza e para a guerra, as culturas germânicas foram julgadas “primitivas” pelos cronistas romanos do final da Antiguidade.

Logo, é importante consultar a obra de Tácito para verificarmos suas ideias em relação a esses povos nômades da Europa central. No ano de 98 d.C., tendo assumido o importante cargo de **cônsul** romano em região próxima ao rio Reno (local hoje situado entre a França e a Bélgica), Tácito produz um texto muito importante, descrevendo a vida dos povos que habitavam as terras localizadas entre os rios Reno e Danúbio. Essa região foi chamada de *Germania*.

Preste bem atenção neste trecho a seguir, escrito por Tácito:

É sabido que os germanos não habitam em cidades cercadas nem admitem a construção de casas umas próximas das outras. Vivem divididos e separados, conforme lhes agrada a fonte, o prado, o bosque. Não edificam as aldeias como edificamos as nossas: os edifícios contíguos entre si. Circundam cada casa de certo espaço: ou por precaução contra incêndios ou para prevenir-se contra assaltos, ou por ignorância na arte de construir. Tampouco usam a pedra ou a telha. Empregam na obra a madeira bruta, sem preocupação de sentimentos estéticos. Revestem algumas partes de terra tão pura e resplandecente que parece oferecer alguns traços coloridos, imitando pintura. Também costumam escavar subterrâneos, cobertos por cima com grande quantidade de esterco, que servem de abrigo para as pessoas e de armazém para os víveres:

Cônsul

Um dos mais altos cargos da magistratura romana no período republicano. Depois da Lei Curiata, cônsules e pretores romanos garantiam poder militar e administrativo sobre as regiões conquistadas, além de forte prestígio em Roma.

ali dentro o rigor do frio é atenuado e, se porventura se verificar a invasão do inimigo, este só rouba o que encontra à vista, mas o que está oculto ou enterrado escapa-lhe à rapina por não saber onde está. (TÁCITO. Germânia: 98 d.C., XVI. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/textos/germania.htm>>. Acesso em fevereiro 2008.)

No século I d.C., os povos germânicos ainda eram vistos como grupos isolados da sociedade romana, e não como parte integrante dela. Eram durante todo o tempo comparados a Roma, como povos desorganizados, sem vida urbana e rural sólida, sem apego à beleza e à estética quando construíam suas casas ou produziam vestimentas. Só sabiam utilizar os bens naturais mais acessíveis, mostrando vida rudimentar.

A seguir, Tácito mostra que os germânicos estariam mais próximos de uma condição animal do que humana. Por sua natureza guerreira e por suas habilidades de cavaleiros, foram descritos também como selvagens, imersos na violência. Esses aspectos eram suficientes para que Tácito os caracterizasse como inimigos do Império:

Sou da opinião dos que crêem que os povos da Germânia não se alteraram por casamentos com nenhuma outra nação e que são uma raça singular, genuína e semelhante só a si mesma. Portanto, possuem uma perfeita analogia de figura entre eles, ainda que tão numerosos; são de olhos azuis e selvagens, de cabelos ruivos, corpo avantajado e forte só para o ataque violento, mas não suportam com resignação os trabalhos e as fadigas, metem-lhes medo o calor e a fadiga, todavia toleram a fome e o frio por afeitos à avareza e à inclemência do clima. (TÁCITO. Germânia, IV. (Tradução do prof. dr. Ricardo da Costa em www.ricardodacosta.com. Acesso em fevereiro de 2008.)

Os textos de Tácito revelam as primeiras impressões de um romano sobre a vida de povos “estrangeiros”. Três séculos após Tácito, encontramos nas crônicas escritas por Amiano Marcelino a confirmação de que esses contatos frequentes entre romanos e germânicos se intensificaram no século IV d.C.



Amiano Marcelino (325-391 d.C.) foi soldado do exército romano durante os poucos anos do governo de Juliano, o Apóstata, entre 361 e 363 d.C., considerado o último imperador pagão. Historiador romano de origem oriental (bizantina) e pagã, apoiou-se nos trabalhos de Tácito para dar continuidade às narrativas sobre os imperadores, descrevendo os governos romanos a partir de finais do século I até o mandato de Valente (364-378 d.C.). Nesse período, as relações tensas entre Roma e os hunos levaram Amiano Marcelino a elaborar narrativas bastante duras contra esse povo, defendendo a ideia de barbárie.

Amiano Marcelino elaborou relatos que afirmavam a superioridade de Roma, já em crise, perante a cultura e o poder dos vários povos germânicos, como os hunos e os alanos, por exemplo. Isso significa dizer que, muito provavelmente, parcelas das populações germânicas estavam integradas à sociedade romana desde o século III d.C., alguns servindo nas legiões dos exércitos romanos, outros como mercenários de guerra, defendendo o Império de ataques hostis ou, ainda, ocupando cargos burocráticos da administração romana na Europa central, região onde se concentravam os movimentos migratórios. Temos ainda notícias de casamentos realizados entre romanos e germânicos, provando uma integração de muitos séculos.

Amiano Marcelino nos mostra, no século IV, a permanência das visões preconceituosas dos romanos em relação aos germânicos.

Sobre os hunos, ele insiste em mostrar uma vida totalmente desregrada, sem raízes, sem vínculo com nenhuma terra natal. Define os hunos como povo sem lei, e sua desorganização era um grande contraste com a cultura romana dentro da qual ele, o narrador, foi educado. Suas ideias são demonstradas no trecho a seguir:

(...) O povo dos Hunos, pouco conhecido pelos antigos monumentos, vivendo por trás da lagoa Meótis [Mar de Azov], perto do oceano Glacial, excede todos os modos de ferocidade (...). Ninguém entre eles lavra a terra ou toca um arado. Todos vivem sem um lugar fixo, sem lar nem lei ou uma forma de vida estabilizada, parecendo sempre fugitivos nos carros onde habitam; aí as mulheres lhes tecem as horríveis vestimentas, aí elas coabitam com os seus maridos, dão à luz os filhos e criam as crianças até a puberdade. Nenhum deles se for interrogado poderá dizer donde é natural, porque, concebido num lugar, nasceu já noutro ponto e foi educado ainda mais longe. (Cf. PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. História da Idade Média: Textos e Testemunhas. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 31.)

Realmente, a capacidade e o poder guerreiro dos germânicos foram importantes instrumentos para o Império Romano, que os utilizava como uma espécie de “profissionais prestadores de serviços” militares.

Alguns historiadores ressaltam inclusive que, além de comandarem seus povos praticamente como reis locais, os líderes bárbaros (independentemente de suas origens étnicas) eram também funcionários do alto escalão do Estado romano, exercendo então dupla função. Esses “profissionais” do exército eram pagos com renda acumulada da cobrança de tributos sobre as ricas famílias aristocráticas, que possuíam grandes propriedades de terra.

Após uma série de acordos diplomáticos, muitos desses germânicos, classificados como **laeti**, eram colocados estrategicamente nas fronteiras romanas para proteger a localidade de inesperadas invasões. É o que ocorreu, por exemplo, com os francos, que repovoaram as Gálias no século III, com os ostrogodos, que se fixaram na Península Itálica, e com os burgúndios, na região ao redor do rio Ródano (hoje parte da França).

Para tentar manter a integridade de seus territórios em meio à crise, e manter a ideia de soberania do poder do imperador nas províncias do Mediterrâneo, o Império Romano acabou realizando uma série de acordos “diplomáticos” com muitos dos povos germânicos. Esses acordos foram decisivos para definir o futuro da Europa, já que por meio deles alguns povos conseguiram permissão para se instalar e se fixar em territórios que antes pertenciam exclusivamente a Roma.

Laeti

Eram colonos originários dos francos, que foram aprisionados por Roma em batalhas e enviados às Gálias para povoar a região, após o século III d.C.

Não poderiam ser considerados cidadãos romanos.



Figura 5.1: As rotas percorridas pelos povos germânicos no século V d.C.

Assim, entre os governos dos imperadores Teodósio (378-395 d.C.), Honório (395-423 d.C.) e Valentiniano III (425-455 d.C.), os germânicos vão gradualmente abandonando o seu perfil nômade dos primeiros séculos depois de Cristo para tornarem-se sedentários, ou seja, passam a habitar lugar fixo e conseguem, mais tarde, se organizar politicamente em reinos.

É muito importante ressaltar que, segundo o historiador Jacques Heers, os bárbaros entram no Império Romano sem grandes conflitos, como “infiltrações lentas e insensíveis, migrações mais [do] que invasões” (Cf. HEERS, Jacques, 1974, p.13).

O caso dos francos é um bom exemplo desse processo migratório rumo à Europa central, que ocorre entre os séculos III e V d.C. e se consolida em 481 d.C.



Sobre as formas como os “bárbaros” entraram no Império Romano e lá se fixaram, é também interessante a visão da historiadora Maria Sonsoles Guerras:

(...) Diferentemente da historiografia tradicional, os “bárbaros”, do outro lado do *limes*, nem sempre foram violentos, nem tão “bárbaros”, como se pode entender correntemente por esta palavra, carregada de sentido pejorativo. Eles não se propunham destruir o Império. Antes, pelo contrário, o respeitaram, estabeleceram pactos de federação, se integraram primeiro no exército e depois na totalidade da vida no Império. Odoacro [rei dos Hérulos e chefe do exército romano] não destruiu o Império, pois reconheceu sua existência na pessoa do Imperador do Oriente, remetendo-lhe as insígnias imperiais. Os visigodos lutaram na Península Ibérica contra suevos e vândalos na qualidade de aliados de Roma (Cf. GUERRAS, Maria Sonsoles, 1994, p. 79).

Podemos inclusive afirmar que talvez um dos maiores objetivos bárbaros fosse obter de Roma a chamada “hospitalidade” (***hospitalitas*** ou ***hospitium***). A hospitalidade era uma política diplomática segundo a qual Roma, definindo os critérios de assentamento, daria terras (***foedus***) aos bárbaros. Em troca, exigia o respeito à figura do imperador e o cumprimento de serviços militares prestados de forma contínua. Essa política de hospitalidade era uma prática romana já muito comum, usada desde o período da República, para regulamentar as relações entre os povos conquistados e os conquistadores. Mesmo assim, é bom lembrar que nem todos os povos germânicos tornaram-se federados a Roma, e nem todos receberam a hospitalidade do governo.

Como resultado dessa hospitalidade oferecida por Roma aos “bárbaros”, surgem, no século IV d.C., os chamados “pactos de federação”. Esses pactos representam uma espécie de garantia de que os acordos diplomáticos estabelecidos entre o Império e os povos germânicos seriam cumpridos. O estatuto de federação do Império Romano era algo tão importante que muitos povos germânicos usavam de estratégias políticas ou militares para conseguir de Roma sua aprovação como federados (***foederati***). Por exemplo, os visigodos, após realizarem um saque à cidade de Roma, no ano de 410 d.C., liderados pelo general Alarico, forçaram negociações com o Império, o que lhes rendeu a concessão da região das Gálias. Em troca, os visigodos, já federados a Roma, deveriam proteger a região, combatendo e até eliminando a presença de povos que por ali passavam ou ali se instalavam, como os hunos, vândalos, suevos e alanos.

Agora, antes de estudarmos a formação dos reinos germânicos na Europa ocidental, vamos discutir a organização interna desses povos e suas formas de vida social, antes de tornarem-se totalmente sedentários e de absorverem importantes traços da cultura romana e cristã.

Hospitalitas ou hospitium

Do latim, significa hospitalidade, conjunto de acordos fechados entre o governo romano e alguns povos germânicos, como os visigodos. Tais acordos garantiam terras aos germânicos em troca de participação no exército e subordinação à política do Império.

Foedus

Tratado que estabelecia a forma pela qual os povos federados a Roma se instalariam nas regiões oferecidas a eles pelo Império. Mais tarde, na Idade Média, entre os séculos X e XIII, passou a ser sinônimo de política de concessão de terras ou benefícios, o feudo.

Foederati

Do latim, significa federados. Povos ou grupos que firmaram pactos de federação com o Império Romano, dentro da política de hospitalidade. Alguns adquirem tamanha autonomia que passam, logo no início da Idade Média, a questionar a autoridade do Império Romano em crise e conseguem fundar seus próprios reinos.

Devemos destacar que uma análise social dos germânicos nos ajudará a derrubar a velha imagem de “desorganização” e “barbárie” que foi construída sobre esses povos, por historiadores romanos como Tácito e Amiano Marcelino.

Além disso, conhecer o universo das práticas e relações sociais internas dos germânicos tornará possível identificar, nessa fase da História Medieval, o momento de “formação da Europa”, em que as estruturas do Romanismo, do Germanismo e do Cristianismo passam realmente a compor o cenário histórico do Mediterrâneo.



Atende ao Objetivo 1

1. Retirar dos textos dos historiadores romanos Tácito e Amiano Marcelino, citados na aula, características que descrevam os germânicos ligados à imagem de “desorganização” e “barbárie”.

Comentário

É preciso destacar das citações dos pensadores romanos Tácito e Amiano Marcelino frases que esclareçam as visões preconceituosas dos romanos sobre os germânicos referentes a diversos aspectos coletivos: hábitos, organização social e política, a natureza nômade etc.

A vida em sociedade entre os germânicos

A organização familiar era um traço fundamental da vida germânica. As famílias agrupadas em tribos criavam laços de solidariedade que lhes proporcionavam certa estabilidade. A partir dessa comunidade formada por famílias, encontramos uma série de valores que, mais tarde, fariam parte integrante do modo de ser europeu. Por exemplo, é entre os germânicos que vemos surgir o ideal de aristocracia, isto é, uma elite da sociedade que se destaca do restante, seja por privilégios recebidos por seus antepassados, seja por habilidades concentradas em suas famílias, como as habilidades de combate, guerra e liderança.

Entre os germânicos de então, valorizava-se a ideia de “comunidade de linhagem”, formada pela herança dos antepassados, garantindo aos membros da tribo a aceitação social e o prestígio dentro do grupo.

Outro fator importante da cultura germânica que vai perdurar por toda a Idade Média é o **patriarcalismo**. O papel masculino é decisivo em vários setores da vida social, que iam desde a organização familiar e matrimonial, a educação dos filhos e limitação da liberdade das mulheres, até a participação nas decisões políticas e militares dentro das assembleias guerreiras, ou **comitatus**. Esta instituição pode ser considerada uma forma de clã, ou grupo de jovens guerreiros comandados por um chefe de importante linhagem, todos unidos por laços de fidelidade, acertados oralmente em cerimônias.

Dentro de uma mesma sociedade germânica, poderiam existir vários *comitatus* que, por vezes, guerreavam entre si para definir suas lideranças. O *comitatus* foi central para a organização dos povos germânicos, em suas trajetórias de migração rumo à Europa mediterrânea. Pelas decisões dos clãs, os germânicos passam a se organizar a partir dessa nobreza política. Seria essa mesma nobreza, herdeira do *comitatus*, a responsável pelos contatos com o Império Romano.

Patriarcalismo

Sistema patriarcal. Modo de vida em sociedade em que oferece liderança, poder de decisão, prestígio e até o governo a um ou mais homens intitulados patriarcas. Em algumas sociedades da Antiguidade, como a hebraica, esse poder, que também poderia ser religioso, era criado dentro da família, oferecido ao homem mais velho, que acabava por afirmar sua influência por toda a tribo ou povo.

Comitatus

Importante instrumento da administração política entre os povos germânicos. O *comitatus* pode ser entendido como um grupo formado por jovens combatentes e liderados por um “patriarca” (chefe desses homens livres, todos unidos por laços de fidelidade pessoal e honras militares). O grupo garantia ao chefe representação e prestígio durante as reuniões das assembleias locais, geralmente compostas por representantes de diversos *comitatus*.

É importante também destacar que, mesmo sem conhecer estruturas como o Estado, alguns povos germânicos, quando aumentaram os seus contatos com o Império, já apresentavam o poder em forma de monarquia. Seus reis eram escolhidos apenas no interior da nobreza guerreira, sem participação popular. Isso é comprovado a partir da dupla função exercida por muitos líderes militares germânicos dentro do exército romano. Como comentamos anteriormente, alguns prestavam serviço de proteção no *limes* romano e, ao mesmo tempo, eram reis de suas confederações, como é o caso do visigodo Alarico e seu sucessor, Ataulfo.



Devemos prestar atenção para o fato de que essas práticas germânicas que envolviam laços de fidelidade e formaram importantes linhagens guerreiras darão origem, mais tarde, às relações sociais e aos valores do Feudalismo, sistema que será dominante na sociedade europeia a partir de finais do século IX d.C. Como exemplo das permanências da cultura germânica no Feudalismo, podemos citar as cerimônias de investidura de vassalos e cavaleiros, além dos privilégios e prestígios alcançados pela nobreza na Europa ocidental.

Além do aspecto militar da organização política dos germânicos, vamos aqui chamar a atenção para os fatores religiosos que envolviam o poder dos reis em suas tribos ou confederações. Devemos apontar aqui uma questão importante: a ausência de unidade religiosa entre os germanos, pelo menos até o século IV d.C.

Da mesma forma que possuíam suas decisões concentradas nas assembleias tribais, os germanos também não tinham sacerdotes que concentrassem a responsabilidade de realizar todas as cerimônias religiosas, os cultos e rituais aos deuses. Suas práticas religiosas eram muito ligadas aos ambientes naturais, como florestas, montanhas

e rios, onde normalmente estavam acostumados a viver. As forças naturais tornavam-se forças divinas, que influenciavam o pensamento sobre a vida e a morte, vistas quase como um ciclo.

Assim, a religião germânica, muito ligada à natureza e à necessidade de sobrevivência do homem, desenvolveu, segundo a historiadora Maria Sonsoles Guerras, quatro grandes características: o **pensamento escatológico**, o pensamento fatalista, o ideal de vida após a morte e, finalmente, uma cultura belicista, ou seja, a valorização do ideal da guerra como honra.

Mesmo que as relações desses povos com o Império Romano e com a religião cristã tenham feito transformações definitivas na vida e na cultura germânicas, importantes traços do germanismo prevaleceram ao longo de toda Europa medieval; dentre eles, devemos lembrar: o ideal guerreiro, a cultura patriarcal baseada na linhagem familiar (aristocracia), os laços de fidelidade pessoal entre membros da comunidade, o sistema monárquico de poder e os cultos às imagens sagradas (humanas e naturais).



Da cultura romana, os povos germânicos, ao constituírem reinos no século V, vão herdar o Direito, o uso frequente do latim como idioma culto da Igreja e da administração civil, além de reproduzirem estruturas romanas de divisão e administração nas cidades, como os municípios. Além de recuperarem de certa maneira a vida urbana, que estava muito enfraquecida pela crise do Império, os reinos germânicos vão herdar também a ideia de um sistema imperial fortemente hierarquizado. Na religião, o Cristianismo vai atuar de forma significativa entre os povos germânicos, em suas várias vertentes.

Pensamento escatológico

Muito divulgado em toda a Idade Média, estava ligado à ideia de que o tempo humano na Terra, um dia, teria fim. A crença no fim dos tempos orientava os germânicos no sentido de que seus comportamentos na guerra e na tribo deveriam demonstrar coragem e bravura. Daí surge o pensamento fatalista, que pregava a existência de uma batalha final entre o bem (representado pelos deuses germânicos) e o mal. O ideal de vida após a morte demonstrou entre os germânicos que os grandes soldados poderiam, um dia, vir a ser recompensados por seus grandes espíritos bélicos. Quando morressem, viveriam entre deuses como Hel, Wotan e Walhalla.

As características da religiosidade germânica definidas nesta aula estiveram muito presentes, por exemplo, durante todo o processo de cristianização (evangelização) dos povos germânicos na Europa ocidental, entre os séculos V e VII. Isso significa dizer que, nessa mesma época, muitos povos germânicos que já haviam se sedentarizado e se organizado em reinos, como os suevos, ostrogodos, visigodos, francos e lombardos acabam lentamente convertendo-se ao Cristianismo, mas sem se desligarem totalmente de práticas e ideias de suas antigas religiões.



Figura 5.2: As invasões germânicas nos séculos IV e V.



Atende aos Objetivos 1 e 2

2. Após haver selecionado, de Tácito e Amiano Marcelino, características que descrevessem os germânicos sob as imagens de “desorganização” e “barbárie” na Atividade 1, demonstre agora por que a ideia de “povos bárbaros”, descrita pelos historiadores romanos, não correspondia exatamente às formas de organização apresentadas pelos germânicos.

Comentário

Nesta resposta, é necessário buscar traços da organização social, política e religiosa dos germânicos citados na aula que comprovem que os germânicos não poderiam estar todos associados à ideia de “bárbaros”. Na resposta, devem-se citar aspectos da vida germânica: como eles se organizavam política e religiosamente, ou seja, como ocorria a divisão social do poder, e como se dava a intensa vida religiosa. É válido, ainda, mostrar que as relações com Roma muitas vezes foram pacíficas, acompanhadas de trocas de interesses, como os pactos de federação, por exemplo.

Os povos que migraram para a Europa, instalando-se dentro das fronteiras do Império Romano entre os séculos III e V d.C., não tinham como objetivo acabar com a cultura romana e com a organização imperial. Na sua maioria, desejavam, antes de tudo, fazer parte dela. Pouco numerosos, os “bárbaros” não chegavam a representar nem 5% do total da população romana. “Bárbaros” talvez não seja o melhor adjetivo para definir os germânicos e seus papéis na formação da Europa. Eles se romanizaram, absorvendo hábitos, crenças e o estilo romano de governar e, também, germanizaram as regiões romanas onde habitaram.

Na verdade, o que percebemos na Europa do Ocidente é uma soma e uma circularidade muito profunda das três principais estruturas que formaram o mundo medieval: o Romanismo, o Germanismo e o Cristianismo.

Nesse sentido, consultando as **Figuras 5.1 e 5.2**, podemos ter uma compreensão dos caminhos tomados pelos povos “bárbaros” que, junto aos habitantes do antigo Império Romano, deram início à Europa medieval:

- ▶ os visigodos instalaram-se primeiramente nas Gálias e, depois, em 409 d.C., após serem derrotados pelos francos, seguiram para a Península Ibérica;
- ▶ os ostrogodos, entre 476 e 493, após controlarem as incursões dos hérulos, conseguiram dominar parte da Península Itálica pelas conquistas de Teodorico. Este general-rei conservou, durante o seu governo, todas as estruturas do antigo Império Romano;
- ▶ os vândalos, depois de breve passagem pela Península Ibérica, e derrotados pelos visigodos, fixaram-se no norte da África em 428, comandados pelo general-rei Genserico;
- ▶ na Europa do norte e na central, francos, alamanos e burgúndios disputaram territórios. Os francos, sob comando do general-rei Clóvis em 481 d.C., dominaram grande parte da Europa central, na região à margem esquerda do rio Reno.

- ▶ nessa mesma região, os hunos chefiados por Átila realizaram violentas incursões contra o Império Romano, mas não conseguiram êxito;
- ▶ até fins do século V, jutos, anglos e saxões cruzaram o mar do Norte rumo às Ilhas Britânicas;
- ▶ paralelamente aos anglo-saxões, percebemos a chegada dos bretões no continente europeu. Parte deles cruzou o oceano Britânico (atual canal da Mancha) e instalou-se ao noroeste da região que hoje é a França (arredores de Brest), formando a Bretanha. Ainda assim, mantiveram domínio sobre o território a oeste das Ilhas Britânicas, de cultura predominantemente celta.

Atividade Final

Observe as imagens a seguir.

A primeira retrata um cavaleiro de origem lombarda (norte da Península Itálica), armado sobre seu cavalo. Essa figura, esculpida em bronze dourado, data do ano de 600 d.C., aproximadamente.

A segunda imagem mostra um broche em ouro e granada (pedra semelhante ao rubi), de origem ostrogoda. O broche retrata a águia, ícone da cultura germânica, muito usado durante combates como símbolo de *status*.



Fonte: University Library of Ghent, MS16



Fonte: Museu da Catedral de Zamora, Espanha

Após a observação das imagens, explique o papel do poder militar e da guerra nas culturas germânicas e nas relações com o Império Romano.

Comentário

Nesta resposta deverão estar presentes as principais características da organização dos germânicos, mostrando o papel do militarismo nas decisões políticas das tribos, como o *comitatus*, e a influência da guerra nas crenças religiosas. Deverão também ser colocados os acordos, pactos e métodos de aproximação entre romanos e germânicos que envolveram relações militares.

RESUMO

As relações estabelecidas entre o Império Romano já em crise e os povos germânicos foram o objeto central da aula. Discutiu-se que o uso do termo "bárbaros", como referência aos povos que migram através da fronteira romana e se fixam na Europa ocidental, não é adequado para um bom entendimento dessas sociedades.

Vimos também que as influências sofridas tanto por romanos quanto pelos germânicos, resultantes dos contatos culturais existentes, levaram a profundas mudanças no cenário político da Europa, a partir do século V.

Como resultados desses contatos e do assentamento dos germânicos na Europa formam-se os chamados “reinos bárbaros” ou “reinos germânicos”.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos os dois reinos germânicos que se localizaram na Península Ibérica: o reino suevo e o reino visigodo.

Serão discutidos o papel do poder monárquico nesses reinos, suas formas de exercer poder, além do longo e difícil processo de adoção do Cristianismo católico como religião oficial.

Aula 6

Formação e
cristianização dos
reinos “bárbaros”
na Península
Ibérica: suevos
e visigodos

Metas da aula

Apresentar o processo de formação das monarquias germânicas nas Gálias e na Península Ibérica, destacando os casos dos reinos suevo e visigodo; apresentar, ainda, inúmeros aspectos do Romanismo que permanecem conservados nesses reinos, além das estratégias de organização das Igrejas cristãs, fortalecidas pelos programas de cristianização dos Estados e da sociedade.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar os mecanismos políticos que sustentaram as monarquias germânicas nas Gálias e na Península Ibérica;
2. reconhecer a importância do sistema monárquico de poder para suevos e visigodos e os papéis reservados aos reis;
3. analisar a diversidade do processo de cristianização dos suevos e visigodos, destacando o papel da heresia ariana, e das conversões à fé católica, com seus significados;
4. analisar o fortalecimento das autoridades católicas na Idade Média, fator fundamental para a existência dos reinos germânicos nas fortes relações entre Igrejas e Estados.

Pré-requisitos

Para que você aproveite melhor esta aula, indicamos uma revisão da Aula 5, sobre os contatos entre romanos e germânicos e as políticas de assentamento destes povos; além disso, você deve ter sempre ao seu lado um bom atlas histórico.

INTRODUÇÃO

O processo de assentamento e formação de reinos germânicos na Europa ocidental, durante o século V d.C., ainda desperta nos historiadores muitas indagações.

Por um lado, notamos um longo histórico de relações entre romanos e germânicos, cujos contatos resultaram em diversos tipos de acordos “diplomáticos” e concessões de territórios. Por outro lado, com o enfraquecimento do poder e da autoridade imperial romana a partir da morte de Teodósio, em 395, percebemos que os pactos de federação estabelecidos por Roma, como forma de organizar a ocupação das regiões pelos germânicos, foram gradativamente perdendo sua validade.

Verificamos uma forte tendência política na formação da Europa medieval do século V; os germânicos, já instalados no interior dos territórios romanos, passam a agir e se comportar de forma independente dos desejos dos imperadores, o que sem dúvida colaborou ainda mais para tornar a crise imperial irreversível.

Em diversas regiões da Europa, notamos uma espécie de “vazio de poder” deixado pelos romanos. Nessas regiões, os germânicos foram substituindo as autoridades romanas, assumindo funções e cargos administrativos antes apenas reservados aos representantes oficiais do Império.

Muitos desses povos germânicos, como visigodos e suevos, trouxeram para a formação de seus reinos importantes valores da cultura romana. Esses valores ajudariam a recriar ou reinventar localmente o ideal de soberania e unidade territorial tal qual, um dia, o Império Romano havia desenvolvido.

Dentre tais valores, é muito importante destacar a adoção do Cristianismo pelos povos que irão constituir reinos na região das Gálias, na Galícia e no restante da Península Ibérica.

A cristianização dos suevos e visigodos: a polêmica heresia ariana

Concílios Ecumênicos

Reuniões episcopais ditas “universais” por contarem com representantes das mais variadas dioceses da Igreja Oriental Bizantina, geralmente contando com a presença de 150 a 200 bispos. Em alguns, notamos a presença dos imperadores no encontro.

Direito Canônico

Conjuntos de leis das Igrejas Católicas, firmadas no período dos reinos germânicos. Apesar de haver o reconhecimento da centralidade canônica em Roma, as Igrejas germânicas, através dos concílios, acabavam criando códigos próprios.

Teologia

Estudos sobre as Sagradas Escrituras, geralmente acompanhados de reflexões sobre as origens, atributos e atuações de Deus.

O Cristianismo cultuado pelos suevos e visigodos, inicialmente, tinha origem herética. Isso significa dizer que esses povos foram sendo gradativamente convertidos à fé cristã por missionários que professavam doutrinas contrárias aos ideais do Cristianismo “oficial”, definidas ainda durante o governo do imperador romano Constantino I.

Como parte da política de aproximação do Império Romano e do Cristianismo, entre os governos de Constantino e Teodósio, e mesmo após o esfacelamento do Império Romano no Ocidente, foram sendo convocados e realizados **Concílios Ecumênicos**.



Os Concílios Ecumênicos, num total de sete, foram realizados em importantes cidades do Oriente: Nicéia I (325 d.C.), Constantinopla I (381 d.C.), Éfeso (431 d.C.), Calcedônia (451 d.C.), Constantinopla II (533 d.C.), Constantinopla III (680/681 d.C.) e Nicéia II (787 d.C.).

Nesses concílios, importantes figuras de autoridade das Igrejas cristãs regionais (bispos, em sua maioria) discutiam temas polêmicos para a fé, com o objetivo de criar um conjunto de regras e doutrinas a serem seguidas por todas as Igrejas. Desse conjunto de regras e doutrinas presente nas atas dos concílios, vemos surgir o chamado **Direito Canônico**. Além disso, notamos grande desenvolvimento da **teologia** cristã. Vale lembrar que a

teologia medieval, identificada na literatura escrita pelos “padres da Igreja”, ou **patrística**, trazia profundas reflexões sobre a moral e o comportamento dos “verdadeiros fiéis”.

Os textos traziam também avaliações sobre os “perigos” representados pela existência de outras formas de crença e religião (como o Paganismo e o Judaísmo, por exemplo), que, supostamente, poderiam ameaçar ou rejeitar os “representantes de Deus”, em suas tarefas evangelizadoras.

Encontramos ainda narrativas filosóficas sobre a divinização de Jesus. Em defesa de uma verdade vista como universal, a teologia medieval discutia o papel da Igreja na expansão obrigatória da fé cristã e a necessária perseguição aos heréticos, judeus e pagãos.

Assim, entre os principais assuntos discutidos nas pautas conciliares, encontramos cânones e **homilias** sobre:

- a) a origem, a natureza e o poder do Deus cristão;
- b) a divinização definitiva de Jesus Cristo como o Deus da Igreja. Esse Deus seria uno, verdadeiro e universal, sendo assim obrigatória sua aceitação e adoração por todos os povos da humanidade;
- c) a decisão de que o Deus Jesus Cristo, mesmo sendo uno, teria três naturezas em si mesmo. Era, ao mesmo tempo, “Pai, Filho e Espírito Santo”. Este seria o dogma denominado Santíssima Trindade (ou Trinitarismo), muito discutido nos concílios ecumênicos entre os séculos IV e VIII, e que serviu de base para a classificação dos movimentos heréticos;
- d) o destino e julgamento daquelas pessoas ou grupos que escolhiam caminhos divergentes, diferentes das doutrinas impostas pelos concílios. Surgem aqui os chamados heréticos da Igreja;

Patrística

Conjunto literário que abrange toda a produção teológica dos chamados “padres da Igreja”. Engloba textos da Igreja antiga e medieval, em latim e em grego, como Tertuliano, autor do século III d.C., e Agostinho, autor do século V d.C.

Homilias

Discursos em tom de pregação proferidos por muitos bispos no momento dos encontros conciliares.

e) os programas de evangelização, ou de conversão obrigatória dos povos e habitantes dos antigos territórios romanos.

É válido destacar que os grupos classificados como heréticos deveriam, segundo as decisões dos bispos, ser combatidos, condenados aos “olhos de Deus”, e em último caso, convertidos à “verdadeira doutrina”.

Como “verdadeira doutrina”, os bispos presentes aos Concílios entendiam ser aquela pensada durante o I Concílio de Nicéia, e que depois ficou conhecida como “**credo niceno**” ou “**católico**” (do grego *katoliké*, ou universal). Entretanto, a diversidade de ideias e as discordâncias falavam mais alto do que o consenso, tão desejado pelas lideranças eclesiásticas, mas tão distante da realidade dos Cristianismos, no Oriente e no Ocidente.

Assim, é importante saber que, pelos fortes contatos e pela integração dos germânicos ao Império Romano, muitas das doutrinas cristãs, divulgadas e condenadas pelos Concílios Ecumênicos, também chegaram a ser pregadas e adotadas pelos povos germânicos. O **arianismo** foi uma delas.

Aliás, os germânicos foram, aos poucos, deixando de adorar seu paganismo ancestral (nos cultos aos deuses Hel, Wotan e Walhalla, por exemplo), passando a cultuar o Cristianismo. Primeiramente, pela via do arianismo, para mais tarde, ao longo do século VI, adotar a fé católica. Vale lembrar aqui que muitas das tradições religiosas germânicas não foram esquecidas, mas sim, mantidas e mescladas aos ritos e símbolos do Cristianismo, que era introduzido lentamente entre os germânicos. Esta diferença religiosa marcou de fato uma identidade germânica, afastando-a da identidade romana com a qual convivia.

A interessante doutrina ariana, condenada fortemente pelo Concílio de Nicéia, ainda em 325 d.C., foi anunciada entre os germânicos por intermédio dos visigodos. Eles foram os primeiros

Credo niceno ou católico

Considerado ortodoxo durante a Idade Média, o credo católico representado na instituição da Igreja Católica, foi estabelecido a partir das deliberações do Concílio de Nicéia, em 325, quando se opôs uma “verdadeira doutrina” – universal –, às visões “heréticas”.

Arianismo

Seita cristã fundada por Ário, bispo de Alexandria. Pregava a ideia de que Cristo não poderia ser representado pela Santíssima Trindade, porque era filho de Deus Pai, e não propriamente Deus.

a conhecê-la através dos sermões evangelizadores do bispo godo Wulfilas. O arianismo, nesse sentido, poderia representar um fator de diferenciação entre visigodos e romanos.

O arianismo tecia críticas profundas ao dogma niceno da Santíssima Trindade, defendido pela diocese de Roma, e sustentado pelas principais autoridades das dioceses de Bizâncio (Império Romano do Oriente): Jerusalém, Antioquia, Alexandria e Constantinopla.

O arianismo defendia que Jesus Cristo não seria o Deus Pai, Criador, mas sim uma Criatura. Para os arianos, Jesus não seria propriamente Deus, mas antes, filho de Deus. Assim, os arianos conseguiam espalhar suas doutrinas em diversas regiões da Europa e do Oriente bizantino, formando milhares de fiéis, que desafiavam claramente os princípios defendidos pelo credo católico de Nicéia.

Por essas sérias divergências de fé, criava-se um poder paralelo ao poder das autoridades católicas, gerando uma grave disputa política e teológica entre as Igrejas cristãs. Pelo uso da força, os arianos foram classificados como heréticos.



Foi o sacerdote cristão de Alexandria, Ário, que viveu entre os séculos III e IV, o idealizador dos princípios que defendiam a incompatibilidade entre a Trindade e a divindade de Cristo. Para Ário, Cristo não possuía a mesma natureza que o Pai, não seria eterno, ou divino como Ele. O bispo godo Wulfilas, seguidor do arianismo, liderou no *limes* romano um grande programa de conversão dos germânicos à “fé herética”, obtendo grande êxito.

Wulfilas pregou a doutrina de Ário entre os visigodos quando esses ainda se instalavam na região das Gálias, na condição de federados de Roma. Lá, os visigodos encontraram pregadores missionários arianos, que haviam sido banidos e afastados do Império pela política de perseguição aos heréticos. Os arianos formaram, sob a liderança de Wulfilas, um corpo eclesiástico suficientemente organizado para constituírem Igrejas, alfabeto próprio, e elaborar traduções do texto bíblico para o idioma gótico, o que facilitou os trabalhos de evangelização dos visigodos.

Podemos afirmar inclusive que esse período, em que os germânicos foram conhecendo o arianismo e adotando suas ideias, também era um período de fortalecimento da autoridade católica (ou ortodoxa) no Ocidente medieval, principalmente nos centros urbanos. Esse fortalecimento é comprovado, sobretudo, pelo crescimento do poder e prestígio da diocese de Roma, cujo bispo era chamado papa. E também pelo grande prestígio alcançado pelas autoridades eclesiásticas nas principais cidades do Mediterrâneo, a começar pela atuação disciplinadora e evangelizadora de Gregório I, o Magno, considerado o primeiro papa (590-604 d.C.) da Idade Média, vemos as condições ideais para um forte programa de combate às heresias, pregado pelos papas de Roma.



Gregório, originário de Roma, nasceu no seio de uma família abastada. Antes de tornar-se bispo de Roma, exerceu funções administrativas na cidade, além de ter passado pela forte experiência da vida monástica. Chegou a ser monge da regra de São Bento, e fundou, com recursos da própria família, mais de seis mosteiros na Itália e na Sicília para refugiar religiosos que escapavam de regiões incursionadas pelos germânicos. Foi nomeado papa em Roma por aclamação



popular, do Senado, e do clero romano. Seu pontificado ficou conhecido historicamente pela preocupação com a disciplina eclesiástica, com o conhecimento, e com a formação pastoral do clero. Para tal, Gregório produziu vasta obra literária, desde comentários sobre os textos bíblicos a discussões sobre moralidade, regras pastorais e práticas rituais nas Igrejas, além de textos em exaltação a São Bento, criador da vida monástica no Ocidente.

Assim, todos os povos que adotaram o arianismo, como opção de fé cristã, foram então considerados heréticos pelos papas. Conforme a rígida disciplina eclesiástica, os arianos foram então perseguidos, banidos, e vencidos pelo grande poder das dioceses ortodoxas, tanto no Oriente quanto no Ocidente.



Atende ao Objetivo 3

1. A Idade Média nos apresenta grandes disputas por espaço religioso dentro do Cristianismo. O arianismo representou um verdadeiro desafio para as autoridades católicas, no Oriente e no Ocidente.

Comente os principais elementos de divergência entre arianos e católicos na Idade Média, apontando alguns valores básicos defendidos por cada uma dessas correntes cristãs.

Comentário

Nesta resposta, você deve discutir de que forma os arianos entendiam a natureza de Deus e a crítica que faziam ao dogma da Santíssima Trindade, firmado durante o Concílio de Nicéia, de 325. É importante lembrar que a Igreja ariana não possuía a organização e a centralização de poder como a Igreja Católica, nem a notoriedade dos papas em Roma.

Você deve escrever também sobre a forte atividade dos Concílios Ecumênicos, para criar uma disciplina católica, dogmas e uma teologia, podendo também mostrar que, no reino visigodo, os Concílios de Toledo tiveram papel semelhante.

Os suevos na Galícia (409-585)

Neste difícil processo de transição do mundo romano antigo para o mundo medieval, a História da presença germânica na Península Ibérica tem papel central. Nessa região, que sempre apresentou alto grau de romanização, encontramos a formação de reinos independentes, que surgem como resultado da mistura das populações locais galaico-romanas (habitantes romanos da província da Galícia) com os "invasores".

Como afirmam os historiadores Anselmo López Carreira e José Antonio López Silva, os suevos passam a usufruir das terras romanas situadas na região da Galícia (*Gallaecia*), a noroeste da Península Ibérica, sob a condição de federados do Império. Esse acordo, firmado pelo imperador Honório, lhes garantiu, logo de início, significativos meios de autonomia como a cunhagem de moedas, sistemas para cobrança de impostos, por exemplo.

O reino suevo, às vezes caracterizado pelo uso da violência como instrumento de poder, insistia em quebrar os pactos de não-agressão firmados com Roma, ferindo, assim, a imagem da autoridade imperial. Ainda que não nos tenham chegado muitos documentos sobre os suevos em sua fase monárquica, sabemos por intermédio de alguns registros de religiosos do século V sobre as desolações sofridas pelas populações locais. As conhecidas crônicas do bispo católico Idácio de Chaves, escritas aproximadamente entre 379 e 468, nos revelam um quadro dramático de incidentes que, segundo o bispo, teriam sido causados pela chegada dos suevos.

Fenômenos naturais destruidores, acompanhados por um forte clima de insegurança e criminalidade, além de notícias de pilhagens por todo o noroeste ibérico. Todo esse caos transmitido pelo cronista Idácio, todos esses sentimentos de repressão teriam sido provocados por uma espécie de ira divina, que havia se abatido sobre a Galícia. Os suevos, adeptos do arianismo, eram contrários ao Cristianismo católico muito adotado pelos habitantes da região.

Preste bastante atenção a essas palavras de Idácio:

(...) Na Galícia, no mês de junho, arderam casas de campo por causa dos raios, e alguns rebanhos de ovelhas ficaram completamente carbonizados. Dos céus caía carne misturada com as chuvas. Dois jovens que estavam unidos um ao outro por sua carne, morreram. No convento bracarense assistiu-se ao fenômeno do nascimento de gêmeos; um parto similar, porém de quatro, registrou-se em Leon. (...) Os bárbaros causam

na Hispania uma furiosa desolação (...) A fome maldita cresce de tal maneira que o gênero humano chegou ao ponto de devorar carne humana. Os hispanos que haviam sobrevivido às pragas nas cidades e fortificações viram-se submetidos à escravidão dos bárbaros que asseguram o seu domínio pelas províncias (IDÁCIO, 2004).

Como vemos pelo depoimento anterior, o bispo Idácio, como um católico tomado por forte sentimento antissuevo, narrou as fortes tensões vividas pela população. Sua preocupação com o futuro do Cristianismo e da Galícia era tão grande que ele mesmo chegou a organizar uma comitiva diplomática para pedir a intervenção militar de Roma na região, como uma tentativa de limitar as ondas de violência. Seu trabalho não foi bem-sucedido.

Entretanto, para muitos historiadores, sem dúvida, as impressões de Idácio são de fato exageradas. Os contatos entre os habitantes galaico-romanos e suevos não foram nem tão violentos, nem tão dramáticos. Em 438 d.C., Hermenerico, rei suevo, buscou acordos com autoridades romanas, por exemplo, demonstrando que seu reino havia constituído uma organização administrativa e territorial, a ponto de serem realizados concílios episcopais. E, ainda, o exército suevo pôde contar com contingentes de população galega (galaico-romana) aderindo aos serviços militares.

O Cristianismo, tanto da corrente ariana quanto da católica, também apresentou profundo crescimento entre os suevos. Com o objetivo de igualar e integrar ainda mais os suevos à população galo-romana, em 449, o rei Requiário chega inclusive a propor a conversão de todos os suevos ao Catolicismo, tornando a cidade de Braga (*Bracara Augusta*) importante centro político e religioso. Entretanto, apesar dos esforços do monarca, o arianismo prevaleceu entre os suevos.

A partir desses dados, são importantes as ideias do historiador José Antonio López Silva sobre os limites de realidade no discurso do bispo Idácio:

(...) Idacio observa um mundo que esmorece. É uma visão muito pessimista. Ele é muito consciente de que todos os alicerces que sustentam seu mundo e a sua identidade estão se esvaindo, e isso não ocorre tranquilamente, senão de uma forma violenta. É como um cataclisma. O que testemunha Idacio é uma revolução que para ele supõe a chegada dos bárbaros, porque supõe uma reviravolta no sistema onde ele foi educado e viveu. Artigo "O Primeiro dos Reinos: Varias Investigaci3ns Recuperan a Mem3ria do Reino Suevo" (IDÁCIO, 2004, p. 2).

O reino suevo durou 175 anos. Nas várias tentativas de extens3o de seus territ3rios, acabam derrotados militarmente pelos visigodos, em sucessivas batalhas entre 456 e 585, e seu reino é incorporado durante o governo de Leovigildo, monarca visigodo (573-586).

Dos suevos, importantes estruturas de organiza3o eclesiástica galega ser3o absorvidas pelos visigodos, principalmente a divis3o administrativa e religiosa do territ3rio em sés episcopais (ou dioceses), com a forte atua3o da hierarquia eclesiástica e a prátca frequente de realiza3o de concílios episcopais.

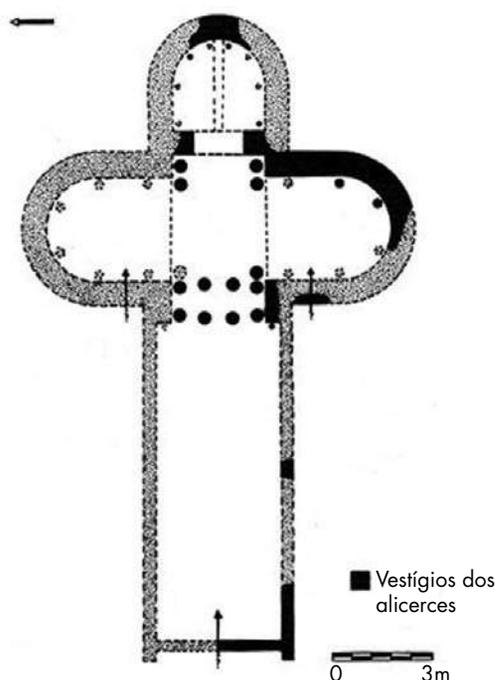
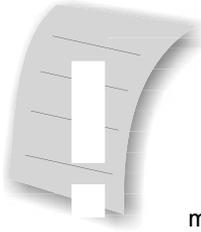


Figura 6.1: Reconstitu3o da planta baixa da igreja sueva de Dume, bem pr3xima à cidade de Braga. (meados do s3culo VI). Note que a planta cruciforme demonstra a originalidade da arquitetura sueva, orientada pelo pensamento de Martinho de Dume (Martinho de Braga), idealizador do projeto.



Os mosteiros tiveram grande desenvolvimento e procura na época das monarquias germânicas. Não podemos deixar de mencionar duas importantes figuras do cenário do monacato ocidental, ambas do reino suevo. A vida cenobítica (vida de retiro espiritual e isolamento, compartilhada por várias pessoas) e o próprio movimento monástico foram estimulados na Galícia por Martinho de Braga, também conhecido como Martinho de Dume. Esse monge deixou diversos escritos sobre a disciplina cenobítica e sobre o papel dos monges na conversão dos pagãos ao Cristianismo, como a obra *De Correctione Rusticorum*, ou a “Correção dos Rústicos”. Temos ainda um outro idealizador do monacato na Galícia: Frutuoso, abade do Mosteiro de Compludo e bispo da cidade de Braga. Frutuoso deixou dois importantes tratados para a vida dos monges, a *Regula Monachorum* (Regra aos Monges) e a *Regula Communis* (Regras Gerais), lançando princípios de observância das regras no mosteiro, de relações contratuais entre os monges e seus abades superiores, tornando mais homogênea e hierárquica a vida social nos mosteiros.

Os visigodos: de Tolosa a Toledo (409-711)

Os visigodos nas Gálias (418-507)

Como já discutimos na aula anterior, os visigodos se aproximam das Gálias na condição de federados do Império, em torno de 409 d.C. Encarregados de proteger as terras romanas das incursões dos suevos, alanos e vândalos, aos poucos os assentamentos visigodos passam a apresentar maior estabilidade e organização.

Essa primeira fase de organização política dos visigodos no Mediterrâneo é marcada pela consolidação da monarquia como sistema de poder. Junto a isso, vemos a forte expansão da fé cristã.

O governo de Eurico (466-484), com capital sediada na cidade de Tolosa (atual cidade francesa de Toulouse), foi responsável pela criação do primeiro código legislativo (o primeiro conjunto de leis) de todo o mundo germânico. Isso nos demonstra o alto grau de organização do Estado visigodo e seu forte romanismo.

Na história das monarquias germânicas da Idade Média, o reino visigodo pode ser considerado aquele que mais fortemente procurou manter a herança romana em sua política, economia, cultura e sociedade.

O Direito, seus códigos e princípios são bons exemplos para entendermos a organização do poder visigodo nas Gálias e na Península Ibérica, além de comprovarmos as influências romanas.

A aplicação do Direito Romano à realidade visigoda pode ser vista pelo já citado Código de Eurico, cujo texto foi inspirado no Código de Teodósio, imperador romano entre 378 e 395, e no **Direito Consuetudinário** dos germânicos.

O que mais nos chama a atenção no Código de Eurico é o desejo do monarca em criar uma espécie de unidade jurídica para todo o território visigodo, o que gerou, sem dúvida, insatisfações de parte da população romana que vivia sob seu governo. Essas populações teriam de se submeter às leis visigodas.

Os visigodos na Península Ibérica (507-711)

No ano de 507 d.C., os visigodos perdem as Gálias para os francos chefiados pelo general-rei Clóvis, na batalha de Vouille. Dessa forma, chegam os visigodos à Península Ibérica, instaurando nova capital, na cidade de Toledo. Nessa época, ainda eram seguidores do arianismo, e os princípios jurídicos desenvolvidos no Código de Eurico, embora revisados pelo seu sucessor Alarico II, continuavam a ser utilizados.

O objetivo de integração entre hispano-romanos e visigodos levou à aplicação do chamado princípio de territorialidade, que

Direito Consuetudinário

É o Direito baseado nas práticas, nos costumes e nas tradições de uma determinada sociedade ou povo. Muito usado entre os germânicos, diferenciava-se muito do Direito Romano “oficial” por não ter um código escrito, organizado. O Direito Romano, ao contrário, era formado por material teórico de juristas clássicos, organizado e apresentado em forma de códigos legais.

indicava uma única lei para os povos submetidos à administração visigoda, além de indicar também uma forte penetração do Romanismo. Casamentos entre hispano-romanos e visigodos passam a ser estimulados pelas novas leis vindas de Toledo. É o que percebemos na decisão do monarca Recesvinto, já de 654, em que afirma:

(...) A solícita preocupação de um príncipe está cumprida quando foram providenciados os benefícios para futura utilidade dos povos. (...) quebradas as forças da antiga lei, tiver sido abolida a sentença que pretende impedir sem razão o casamento de pessoas que são iguais por dignidade e linhagem. E, por isto, removida a sentença da antiga lei (...) sancionamos esta lei que há de valer para sempre: que o godo possa, se quiser, ter uma mulher romana e que a goda possa casar com um romano (...) e que o homem livre possa casar com qualquer mulher livre (...) obtido o solene consenso dos parentes e a licença do conde (Cf. ESPINOSA, 1972, p. 23-24.)

Pelo conteúdo dessa lei, percebemos que as leis visigodas da Península Ibérica não seriam mais um resumo do Direito Romano (Teodosiano), mas sim um Direito Romano-Visigodo, alterado para se adaptar às necessidades de uma sociedade em processo de miscigenação e forte transformação.

Nesse momento, não é contraditório afirmar que o clero de origem ariana começou a enfrentar dificuldades políticas quando, com a unificação do reino visigodo de Toledo durante o governo de Leovigildo (573-586), o reino suevo é anexado e passa a fazer parte da *gothia*, ou seja, do mundo visigodo.

As dificuldades enfrentadas pelos seguidores do arianismo a partir do século VI podem ser explicadas pela política de unidade territorial e religiosa, desenvolvida inicialmente por Leovigildo. Já seu filho e sucessor Recaredo precisava realmente de uma Igreja cujos princípios também pregassem a unidade e a superioridade

religiosa dos visigodos perante o Império Bizantino, e perante os outros reinos germânicos da Europa. É válido lembrar que o arianismo na Península Ibérica sempre foi marcado pela total falta de unidade e isolamento de suas Igrejas. Isso não interessava mais aos monarcas da “unidade”.

O Cristianismo católico, ou niceno, já bastante adotado em muitas regiões da Europa, representou, para as elites visigodas, o “cimento” religioso e cultural ideal para a nova política de unidade ibérica. Poderiam os visigodos, se convertidos à fé católica, recuperar a imagem de grandeza do antigo Império Romano, e de sua cultura clássica, mas agora, na própria Península Ibérica. Além disso, passariam a ter o apoio do papado para abandonarem a fé herética. Ao contrário do que ocorria com o arianismo e seu clero, o Catolicismo passava uma imagem de forte disciplina e de organização de sua hierarquia eclesiástica, fundamentada nas doutrinas dos teólogos.

A partir da ascensão ao trono do monarca Recaredo, a nova mentalidade política visigoda, que pregava a unidade territorial, monárquica e religiosa, não mais podia aceitar que uma seita considerada herética continuasse como a religião oficial do reino. Assim, inicia-se em 586 d.C. o processo de conversão da Península Ibérica visigoda ao Cristianismo católico. Essa conversão foi totalmente confirmada durante as sessões do III Concílio de Toledo, de 589 d.C.

Com a conversão ao Catolicismo na Espanha visigoda, as elites religiosas católicas – bispos, em sua maioria – buscavam garantir a soberania do sistema monárquico e das vantagens oferecidas a eles pelos reis.

Assim, entre finais do século VI e início do século VII, percebemos a forte relação entre poderes civis (autoridades ligadas ao rei) e eclesiásticos (alto clero), com o objetivo de alcançar “uma única fé para um único reino”.

Logo, o papel histórico assumido pelos bispos católicos no reino visigodo pode ser visto como um grande fato social e religioso da Idade Média. Em muitos lugares, os bispos chegavam a ter mais poder e funções do que seus próprios reis:

(...) Com as rendas de sua Igreja e da cidade, aos quais ele juntava muitas vezes seus recursos pessoais, o bispo era empreiteiro de trabalhos públicos, edificava ou restaurava os monumentos, consolidava as muralhas, construía aquedutos, emprendia os trabalhos de canalização, represava os cursos d'água (Cf. GIORDANI, 1993, v. II, p. 309).

Os bispos muitas vezes apoiavam as campanhas militares visigodas destinadas a criar uma só ordem sobre a Península Ibérica. O discurso religioso católico era usado frequentemente com essa intenção. É esse discurso que garante a legitimidade do reino e, vinculado ao poder político, poderia converter a Espanha visigoda em exemplo de Estado verdadeiramente católico.

Para os visigodos assim, o seu reino seria uma espécie de continuação do antigo Império Romano. Para eles, o Império Bizantino não representava o ideal imperial de Roma – ao contrário, os bizantinos eram vistos como opositores e inimigos do reino visigodo.

Como exemplo, podemos analisar o caso do rei Sisebuto (612-621 d.C.). Monarca empreendedor, legislador sensível e de grande erudição para sua época, Sisebuto exige lealdade e dedicação de seus súditos eclesiásticos para o êxito do projeto de tornar a religião católica universal e soberana. Desse modo, seria alcançada a unidade visigoda.

Sisebuto sabia que os bispos católicos possuíam alto poder de infiltração na sociedade. Por isso, a partir de seu governo, passou-se a exigir forte dedicação dos bispos em seus trabalhos religiosos junto às

populações. O trabalho missionário foi estimulado, já que do sucesso desse projeto dependiam também a sustentação e a própria continuidade da monarquia visigoda.

Isidoro de Sevilha, bispo de sólida formação teológica, atuou como uma das mais importantes lideranças da Igreja visigoda em seu tempo. Isidoro, além de dirigir a diocese de Sevilha (Hispalis) também estava muito presente em Toledo, presidindo concílios e produzindo uma memória histórica e religiosa de seu povo. Isidoro de Sevilha escreveu importantes obras literárias como, por exemplo, *Etimologias* e *História dos godos*.

Toda sua contribuição mostrava a necessidade de “purificar” o território visigodo. Isso significava a eliminação de grupos considerados estranhos à fé católica, e que poderiam talvez impedir a unidade e a elevação espiritual da monarquia. Nesse ponto, Isidoro foi bastante duro ao criticar os heréticos do reino (como os arianos, por exemplo), os pagãos e os judeus. Chegou inclusive a defender a política de conversão obrigatória ao Catolicismo de todos os judeus que viviam no reino visigodo.

Em *História dos godos*, assim Isidoro escreve sobre o monarca Sisebuto e a conversão obrigatória dos judeus

(...) Na era de 650 [616 d.C.], no segundo ano do Império de Heráclio, depois de Gundemaro, Sisebuto é chamado à dignidade real, reinando durante oito anos e seis meses. Sisebuto, ao início de seu reinado, levou os judeus à fé católica pela força, porém não com sabedoria; pois obrigou pelo poder aqueles que devia atrair pela razão da fé, conforme está escrito: já por ocasião, já pela verdade, contanto que Cristo fosse anunciado. Foi brilhante em sua palavra, sábio em seus pensamentos e bastante instruído nos conhecimentos literários (Cf. RODRIGUEZ ALONSO, 1975, p. 273).

Com isso, Isidoro de Sevilha e o episcopado visigodo defendiam o elemento religioso como direcionador da sociedade. A religião era vista, tanto pelos bispos quanto pela monarquia, como um bem público, que deveria ser abraçada por todos os habitantes do reino.

Portanto, como vemos, a história do reino visigodo de Toledo se caracteriza, como “um verdadeiro mosaico” de povos e culturas.

As atas dos Concílios de Toledo comprovam essa peculiar característica dos territórios que, mais tarde, seriam a Espanha e Portugal na Era Moderna.

No século VIII, o reino visigodo passaria a enfrentar um dos seus momentos mais críticos. Em 710, os árabes muçulmanos, cujas conquistas territoriais eram conhecidas em todo o Mediterrâneo, já haviam conquistado o norte da África (Ifriqiyya) e submetido as tribos bérberes.

No ano seguinte, enviam uma expedição à Península Ibérica, liderada por Musa ibn Nusayr e Tariq. Algumas fontes de época diziam que os árabes enviaram apenas 1.700 homens, contingente pequeno sem dúvida perante a força militar visigoda. Lá, encontram um reino visigodo dividido, e em sérias dificuldades de sucessão do trono. Contra as decisões vindas de Toledo, explodem diversas rebeliões aristocráticas regionais, principalmente nas Gálias narbonenses.

O monarca Rodrigo, que assumiu o trono em 710, não teve sua autoridade reconhecida em muitas regiões do reino. Quando os árabes chegam com seus exércitos, Rodrigo tem dificuldades políticas para garantir apoio militar e defender o território.

Portanto, a conquista do reino visigodo pelos árabes em 711 marca uma nova fase nas relações políticas, sociais e religiosas entre cristãos, muçulmanos e judeus na Idade Média, através da formação do califado omíada de Al-Andaluz. Este califado será assunto de nossa Aula 11.



Figura 6.2: Territórios visigodos nas Gálias em 507 d.C., ainda com a capital em Tolosa (Toulouse).



Figura 6.3: O reino visigodo até 585 d.C., já com capital em Toledo (Toletum). Após derrotar os suevos, todas as regiões da Península Ibérica ficariam submetidas ao controle visigodo.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Identifique o papel do Cristianismo e a atuação das autoridades episcopais (bispos) no reino suevo e no reino visigodo.

Comentário

Nesta resposta, você deve identificar a importância do arianismo entre os suevos e, principalmente, a função da conversão de Recaredo ao Catolicismo no reino visigodo; demonstrar que a conversão dos visigodos relacionava-se a um projeto político de unidade ibérica e de sustentação do poder monárquico; esclarecer ainda por que o Catolicismo respondia mais aos interesses das elites visigodas do que o arianismo. Mencionar, na resposta, o caso de Isidoro de Sevilha, bispo visigodo, esclarecendo o alcance do poder dos bispos na Idade Média.

RESUMO

Nos reinos germânicos do mundo ibérico, houve, entre os suevos e visigodos, uma lenta substituição das autoridades romanas por autoridades germânicas, sem maiores conflitos.

É muito importante lembrar que o Romanismo e o Cristianismo católico tiveram papel indispensável nesses reinos ibéricos e que, mais do que isso, deixaram um forte legado cultural para a toda a Idade Média. Muitos desses povos, como os visigodos, tiveram a colaboração das elites episcopais católicas para tentar recriar, nos seus territórios, as glórias e a soberania alcançadas pelo antigo Império Romano.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, continuaremos a estudar os reinos germânicos da Europa. Sairemos da Península Ibérica e estudaremos os casos dos reinos franco, anglo-saxão, lombardo e ostrogodo. Todos eles também tiveram no Cristianismo um instrumento de unidade.

Aula 7

Formação e
cristianização dos
reinos “bárbaros”
na Europa central
e do norte:
anglo-saxões,
francos,
ostrogodos e
lombardos

Meta da aula

Apresentar a diversidade marcante dos reinos “bárbaros” nas regiões centrais e setentrionais da Europa ocidental. Entre os anglo-saxões nas Ilhas Britânicas, francos nas Gálias e na Germânia, ostrogodos e lombardos na Península Itálica, devemos notar profundas diferenças políticas e religiosas. Essas diferenças manifestam-se, sobretudo, na forma como as tradições romanas, germânicas e a fé cristã seriam preservadas em cada uma dessas regiões.

Objetivos

Ao final do estudo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar o processo de formação dos reinos germânicos da Europa central e do norte;
2. analisar os graus de permanência do Romanismo nessas regiões, mostrando seu lento enfraquecimento;
3. apontar estruturas do Germanismo e do Cristianismo que sustentaram, por séculos, os poderes monárquicos nas Gálias, na Germânia e nas Ilhas Britânicas;
4. demonstrar que, entre francos e anglo-saxões, a formação de importantes linhagens de nobreza guerreira e a sacralização das dinastias reais foram fundamentais para a preservação do caráter dualista de suas monarquias.

Pré-requisitos

Para melhor aproveitamento desta aula, sugerimos que, antes de iniciar, você retome os conteúdos discutidos na Aula 6, sobre suevos e visigodos.

Dessa forma, você poderá estabelecer parâmetros comparativos entre os reinos da Península Ibérica, altamente romanizados, e os esquemas de organização adotados pelos germânicos em regiões como a Itália, as Ilhas Britânicas e a Germânia. Para melhor localização espacial, procure também utilizar, ao longo de sua leitura, os mapas presentes no texto.

INTRODUÇÃO

Ao estudarmos as primeiras monarquias germânicas na Europa ocidental, entre os séculos VI e VIII, constatamos os vínculos fundamentais entre os chamados “três pilares” do mundo medieval: Romanismo, Germanismo e Cristianismo.

Entretanto, é importante lembrar que os graus de preeminência de cada um desses pilares iriam variar de acordo com a configuração sociocultural e a política apresentada pelos povos germânicos, no momento de formação de seus reinos.

Primeiramente, em quase todos os reinos “bárbaros”, é possível afirmar que a fé cristã, fosse pela versão ariana, fosse pela nicena (católica), serviu como “cimento” de unidade e instrumento político de governo e de autoridades, legitimando monarcas, consagrando bispos e abençoando os atributos guerreiros e militares assumidos pela nobreza laica.

Na Península Ibérica, tivemos a oportunidade de identificar as fortes permanências do Romanismo e do Cristianismo ariano, pelo menos até 589 d.C., quando então o III Concílio de Toledo reafirmou a decisão de Recaredo de converter o reino visigodo ao Catolicismo.

Entre os ostrogodos de Teodorico, verificaremos igualmente a preeminência do arianismo e, num processo similar aos visigodos, de 489 a 536 d.C., adota-se o modelo romano de governo e de Direito.

Já entre os reinos germânicos do norte, como anglo-saxões e francos, um curioso aspecto chama a atenção dos historiadores medievalistas: esses reinos tiveram sua formação marcada por certa autonomia do germanismo em relação à cultura e às estruturas romanas de poder. Ainda que o Cristianismo e suas instituições tenham prevalecido como orientação religiosa e instrumento de controle social, notamos relativo abandono, ou mesmo um afastamento, em relação às tradições clássicas do Romanismo.

Esse fenômeno político-cultural pode ser evidenciado pela redução do uso do latim como idioma “culto” e do Direito Romano. Entre anglo-saxões e francos, consolida-se uma tendência monárquica que poderíamos chamar dualista. Nítida herança do Germanismo, os monarcas eram legisladores centralistas, como também chefes militares que conservavam tradições ancestrais de seus povos. No frágil equilíbrio entre as forças centralistas, concentradas na imagem do governante, e as regionalistas, representadas pela ascensão de aristocracias guerreiras, territoriais e eclesiásticas, os reinos germânicos fundam os valores políticos essenciais da Europa ocidental.

Para a ideal compreensão das peculiaridades de tais reinos germânicos, a partir de agora é necessário elaborarmos três importantes estudos de caso.

Primeiramente, voltaremos nossas atenções para os anglo-saxões e seus processos de expansão militar. Nas Ilhas Britânicas, os historiadores identificam, pelo menos, sete reinos anglo-saxões autônomos até o século IX.

Em seguida, estudaremos o interessante caso dos francos, primeiro povo germânico a adotar oficialmente o Cristianismo católico e que, sob a liderança de Clóvis, transforma a monarquia em um bem pessoal.

E, finalmente, abordaremos a curta trajetória de ostrogodos e lombardos na Península Itálica, os quais jamais conseguiram estabelecer reinos absolutamente unificados.

Os reinos anglo-saxões

Estão nos textos do eclesiástico Beda (672-735), conhecido e “venerável” monge católico da região da Nortúmbria (situada ao norte do rio Humber, conforme a **Figura 7.1**), algumas das principais referências à chegada e ao estabelecimento dos anglo-saxões na Inglaterra, em meados do século V.

Em *História eclesiástica do povo inglês (Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum)*, Beda nos relata profundas divergências e distanciamentos entre os sete pequenos reinos, formados por províncias politicamente rivais. Beda refere-se principalmente às disputas travadas entre os reinos do norte (Deira e Bernícia, que mais tarde formariam o reino da Nortúmbria) e os do sul (Lindisfarne, Mércia, East Anglia, Wessex ou West Saxons, Essex ou East Saxons, e Kent), ocorridas a partir do século VI.

Ainda na mesma obra, o monge fornece aos historiadores importantes informações sobre a distribuição étnica do território e a origem dos reinos, além de confirmar a diversidade cultural, pela mescla de componentes germânicos e celtas na formação dos ingleses.

Vejamos então o que diz o monge da Nortúmbria:

(...) Então o povo dos Anglos ou Saxões, convidado pelo rei citado [Imperador romano Marciano] arribou à Bretanha em três longos navios e por ordem do mesmo rei recebeu como local de permanência a parte oriental da ilha, como para combater a favor da pátria, mas na realidade a fim de conquistar. Iniciada a batalha com os inimigos que do norte tinham vindo para a luta, os Saxões obtiveram a vitória. Por isso, mandaram para casa a notícia tanto da fertilidade da ilha como da inércia dos Bretões e imediatamente lhes foi enviada uma frota maior, transportando um grupo mais forte de homens de armas, os quais juntos à corte anterior constituíram um exército invencível. Os que chegaram obtiveram, por doação dos Bretões, um lugar para habitarem entre eles, com a condição de que uns lutariam contra os adversários pela paz e salvação da pátria e outros contribuiriam com o estipêndio devido para os que combatem. Vieram porém os povos mais fortes das tribos da Germânia, ou seja, Saxões, anglos e Jutos. Dos Jutos são originários os [habitantes]

de Cantuária e de Victuária [da ilha de Wight], ou seja, aquele povo que detém a ilha Vecta e aqueles que até hoje são chamados a nação dos Jutos na província dos Saxões Ocidentais [Wessex], junto da própria ilha Vecta. Dos Saxões, ou seja, daquela região que agora é chamada dos Antigos Saxões [Holstein], vieram os Saxões Orientais [Essex], os Saxões Meridionais e os Saxões Ocidentais [Wessex]. Mais adiante, dos Anglos, isto é, daquela terra que se chama Angulus [Schleswig] e desde aquele tempo até hoje se diz permanecer deserta, entre as províncias dos Jutos e dos Saxões, descendem os Anglos Orientais, os Anglos Mediterrâneos [Uplandish Angles], os Mércios, e toda a geração dos Nordanímbrios [Northumbria], ou seja, daqueles povos que habitam para norte do rio Humbrus [rio Humber] e dos restantes anglos (...). (BAEDAE, 1930 apud ESPINOSA, 1972).



Figura 7.1: Localização e distribuição das províncias anglo-saxãs, séculos VI e VII.

Os conflitos entre as províncias do norte e do sul, trazendo à tona vários pequenos soberanos, e a permanência de traços de cultura “pagã” de forte herança celta seriam peculiaridades da formação política inglesa. Muitos historiadores chegam a afirmar que, pelo menos até o século IX, não existia de fato um “sistema anglo-saxônico” de governo nas Ilhas Britânicas.

Por não apresentarem unidade política e administrativa, esses poderes plurais dos reinos anglo-saxões caracterizaram-se pela diversidade de instituições e pela formação de um complexo esquema de assembleias políticas, derivadas do antigo e tradicional modelo do *comitatus* germânico, já estudado em aulas anteriores.

Entre os vários perfis de assembleias anglo-saxônicas, podemos citar a *hundred*, originária das assembleias de divisão do trabalho entre camponeses livres, ou as *Witenagemot*, assembleias de notáveis juristas e homens de confiança dos Reis, também chamadas de *Mychel Synoth* (Grande Conselho), ou do latim, *Commune Concilium Regni* (GIORDANI, 1993, p. 58). Esse esquema de pluralidade institucional provocou a intensificação das relações pessoais e hereditárias de poder, ou seja, as antigas tradições germânicas referentes às linhagens e aos acordos de fidelidade guerreira tomaram força e predominaram no cenário político inglês, inclusive entre as elites eclesiásticas.

Vale aqui lembrar o caso dos *gesithas* ou *gesith*, aristocratas e proprietários de terras cuja tarefa primordial era oferecer suas vidas às armas, servindo permanentemente ao rei. Na História inglesa, esses homens adquirem uma aura lendária e heroica, retratada no próprio *Beowulf*, conhecido poema épico inglês medieval de forte inspiração celta. Nos reinos de Wessex e Kent, temos também os chamados *ceorls*, camponeses de condição menos abastada que exerciam a arte de guerrear e proteger, garantindo assim suas condições de liberdade social.



Para melhor compreensão do papel exercido pela literatura épica inglesa, como o *Beowulf*, para o estudo histórico do imaginário mítico e político das monarquias anglo-saxãs, e o caráter sagrado atribuído ao poder dos soberanos, sugerimos que você leia o artigo, disponível *online*, do professor Câmara, Jorge Ricardo C. de C.R. de. O poder real na Inglaterra anglo-saxã: uma leitura de *Beowulf*. *Revista Eletrônica Brathair*, v. 3, n. 1, 2003. p. 18-30. Disponível em: <www.brathair.cjb.net>. Acesso em: 16 jul. 2008.

Para ambos os casos, é importante destacar então que as bases sociais e políticas do Feudalismo britânico, que seria hegemônico a partir do século X, estavam fundamentadas nas tradições germânicas de fidelidade pessoal e guerreira, tão fortemente exercidas pelos anglo-saxões entre os séculos VI e VIII.

Nesse sentido, afirmam os historiadores que fronteiras claras separavam os homens simples, ou camponeses livres, daqueles que eram denominados “companheiros” do rei. Esses homens de confiança, ao jurarem fidelidade e proteção ao soberano, constituíam e participavam das assembleias, formavam as chamadas “cortes” e eram cercados de privilégios e honrarias políticas. Prova disso eram os valores em moeda estipulados para pagamento de resgates ou indenizações, o *wergheld*, ou *wergild*. Pela liberdade de um homem, ou em nome de sua honra e justiça, quanto maior a quantia a ser cobrada como *wergheld*, maior seu prestígio social.



É importante que você conheça as interpretações oferecidas pelo cinema contemporâneo sobre o heroísmo épico dos anglo-saxões retratado em sua



literatura mitológica. Para isso, você deve assistir a uma das versões fílmicas produzidas sobre o poema de Beowulf. A primeira versão, de 1999, dirigida por Graham Baker, busca seguir o conteúdo da obra original, mas com alguns elementos ficcionais. Já a versão mais recente, de 2007, dirigida por Robert Zemeckis, busca revelar a trajetória de Beowulf em sua batalha contra o monstro Grendel pela liberdade da Heorot e privilegia os efeitos visuais da tecnologia no cinema.

O Cristianismo na Inglaterra colaborou intensamente para a preservação das hierarquias sociais e dos acordos de fidelidade aos soberanos, vistos durante toda a Idade Média, como governantes sagrados, ordenados e ungidos por Cristo por intermédio de seus representantes, os bispos. O clero anglo-saxão surge então como poderosa força política nas províncias beligerantes. Pela ausência de unidade territorial, suas funções iam muito além do regramento religioso e da orientação espiritual. Para Jacques Heers, até

(...) bispos e abades mesmo cercavam-se de uma corte de companheiros armados, que bem se assemelhava a um bando de guerra. A virtude tradicional do chefe é a generosidade, a prodigalidade em relação a seus fiéis, recompensados às vezes com terras (HEERS, 1974, p. 23).

Assim, a difusão do Cristianismo nas Ilhas Britânicas, fruto dos trabalhos missionários de São Patrício na Irlanda (século V) e dos monges enviados pelo papa Gregório Magno (século VI), trouxe grandes êxitos na conversão de importantes setores das elites anglo-saxãs e celtas, além da forte condenação às práticas pagãs pelos monges evangelizadores.

Nesse sentido, são bastante interessantes os comentários feitos por Gregório Magno sobre a conversão dos anglos. Em carta do ano 598 d.C., dirigida ao patriarca de Alexandria, Eulógio, Gregório interpreta o paganismo entre os povos britânicos como “ausência de fé” e entende que a evangelização dos anglos seria sinal dos novos tempos e da força de sua Igreja, cujo alcance e salvação se estenderiam aos “confins do mundo”. Orgulha-se da conversão de mais de dez mil anglos e mostra ao então patriarca de Alexandria que o trabalho pastoral e as conversões seriam a chave para a supremacia eclesiástica na execução do projeto universalista de Cristandade no Mediterrâneo e no mundo bizantino.

(...) O caso é que, enquanto o povo da Inglaterra, colocado num canto do mundo, ainda permanecia sem fé, adorando troncos e pedras, pensei, ajudado nisto pelas vossas preces, que deveria com a assistência de Deus enviar a este povo um monge do meu mosteiro, para pregar. [Este monge], com licença dada por mim, foi feito bispo pelos bispos das Germânicas e com o seu encorajamento levado até junto do povo acima citado, nos confins do mundo; e já nos chegaram cartas dizendo-nos da sua segurança e do seu trabalho. Tanto ele como os que foram enviados com ele estão encantados com os tão grandes milagres sucedidos entre este povo, os quais parecem reproduzir os poderes dos apóstolos nos sinais que apresentam. Com efeito, na festa solene da Natividade do Senhor ocorrida nesta primeira indicação [sic] mais de dez mil anglos, segundo a nossa informação, foram batizados [sic] pelo dito nosso irmão colega bispo. Contei-vos isto para que possais saber não apenas o que fazeis entre o povo de Alexandria pregando, mas também o que realizais nos confins do mundo, pela oração (...). (MIGNE apud ESPINOSA, 1972).



Figura 7.2: Localização dos principais bispados e mosteiros celtas na Irlanda, após o século V. Este mapa revela a forte expansão do monacato no Ocidente. Crescimento semelhante do monacato seria percebido na Inglaterra.

Além do claro fortalecimento do monacato ocidental, o clero na Inglaterra colaborou na complementação do Direito Consuetudinário, típico das culturas anglo-saxãs, produzindo códigos legislativos, principalmente a partir do século IX, quando já se pode identificar a existência de um reino anglo-saxão, através do predomínio do monarca Elfred de Wessex, conhecido como Alfredo, o Grande (871-899 d.C.), e que, em 871 d.C., intituiu-se o primeiro rei da Inglaterra.



Figura 7.3: Placa esculpida em bronze representando a cena da crucificação de Cristo. Mosteiro de Clonmacnois, Irlanda, século X. Na imagem, Jesus aparece com indumentária celta, vestido como guerreiro, assim como os “soldados romanos”, responsáveis pelo seu martírio. A cena revela o forte sincretismo cultural do monacato irlandês medieval.



Atende ao Objetivo 1

1. Observe a **Figura 7.3** e analise, por meio de seus significados, a importância e a atuação do Cristianismo na formação política e social dos reinos anglo-saxões.

Comentário

Nesta resposta, você deve demonstrar, inicialmente, a permanência do Germanismo entre os anglo-saxões, apresentando, na política e na sociedade, os valores característicos das antigas tradições germânicas. Você também deve mencionar a influência do Cristianismo na Inglaterra, a partir da expansão do monacato e das aristocracias, apresentando exemplos da mistura dos valores pagãos, cristãos e germânicos na sociedade.

O reino franco: novas dimensões do Germanismo e do Cristianismo

Desde meados do século IV, aproximadamente entre 341 e 343, os francos já ocupavam territórios ao norte das Gálias e da Germânia, então pertencentes ao Império Romano. Nessas localidades, formavam tribos ou confederações sem perfil unitário.

Entretanto, a história dos francos na Europa central não pode ser estudada apenas como resultado das conquistas militares, do expansionismo e da forte beligerância existente entre as tribos francas instaladas próximas ao rio Loire. Em 481 d.C., Clóvis, chefe militar que se dizia ter origem merovíngia, submete à sua autoridade as numerosas confederações francas das Gálias e dá início a um regime monárquico, cujas características eram, até então, desconhecidas desse povo.

É curioso observar que Clóvis, com seu perfil de poder fortemente germânico, buscou conservar alguns aspectos de romanização. Entre eles, vale destacar os contatos frequentes

Tábuas consulares

Registro material contendo grande parte dos princípios jurídicos, legislativos e administrativos que regiam a autoridade dos imperadores romanos do Oriente. Provavelmente, as tábuas aludiam ao conjunto escrito de reflexões sobre o Direito Público e Privado, cunhado ainda durante a República Romana, em 451 a.C, conhecido como a Lei das XII Tábuas, muito difundido no período imperial, e depois, no período bizantino. Seus conteúdos refletem respostas jurídicas de cônsules-magistrados de Roma às demandas sociais e econômicas dos plebeus.

travados entre francos e o Império Bizantino. Alguns medievalistas costumam lembrar, inclusive, que o imperador Anastácio havia enviado a Clóvis, num gesto de claro reconhecimento político, as conhecidas **tábuas consulares**, uma clara demonstração de que o Direito Romano ainda seria, de certa forma, eixo de orientação ao governante.

Como muitos outros monarcas germânicos de seu tempo, Clóvis adotava inclusive uma imagem reproduzida da soberania imperial romana. Mas, sobretudo, é no Cristianismo niceno e nos mitos de origem cristã que os francos irão construir sua identidade. Cumpre lembrar que os francos foram um dos únicos povos germânicos que, em seu processo de cristianização, não adotaram o arianismo como opção religiosa anterior ao Catolicismo.

Como mitos de origem, devemos entender as narrativas ou tradições hereditárias que buscavam oferecer aos membros da sociedade um ideal de unidade, com fundamentos essencialmente sagrados. Clóvis e seus sucessores diziam fazer parte de uma genealogia mítica, baseada em Meroveu, figura lendária cuja existência até hoje não foi comprovada. A Meroveu foi atribuída a origem dos francos.

Juntamente a esse mito fundador, por muitos séculos, alimentou-se a ideia de que Meroveu, pai de Chilperico, avô de Clóvis e fundador dos francos, teria um suposto grau de parentesco, ou mesmo de descendência, com Jesus Cristo. Essa suspeita religiosa tornou o envolvimento dos monarcas francos com o Cristianismo de Roma ainda mais intenso, consolidando uma tradição já existente de reciprocidade política e de concessões em relação aos pontífices romanos.

O bispo Gregório de Tours, um dos maiores intelectuais da Igreja franca do século VI, colaborou para reproduzir as origens lendárias de seu povo, principalmente quando escreve sua obra *História dos francos* (*Historiae Ecclesiasticae Francorum*). Nela, relata a origem pagã dos francos, mas destaca a vida de Clóvis e sua precoce conversão à fé católica (ocorrida entre 496 e 506 d.C.)

como fator de enaltecimento das relações entre Igreja e monarquia. A conversão do monarca franco é interpretada como um milagre, fruto de uma revelação divina ao chefe militar, conforme transcrevemos no trecho a seguir:

(...) Mas este povo mostrou-se sempre entregue a cultos fanáticos sem ter qualquer conhecimento do verdadeiro Deus. Fez imagens das florestas e das águas, dos pássaros, dos animais selvagens e dos outros elementos aos quais tinha por hábito prestar um culto divino e oferecer sacrifícios. (...)

(...) Todavia a rainha [Clotilde] não deixava de pedir ao rei que reconhecesse o verdadeiro Deus e abandonasse os ídolos; mas nada o podia levar a essa crença, até que, tendo surgido uma guerra contra os Alamanos, ele foi forçado pela necessidade a confessar o que sempre tinha negado obstinadamente. (...) Então a rainha chamou em segredo São Remígio, bispo de Reims, suplicando-lhe que fizesse penetrar no coração do rei a palavra da salvação. O sacerdote, tendo-se posto em contacto [*sic*] com Clóvis, levou-o pouco a pouco e secretamente a acreditar no verdadeiro Deus, criador do céu e da terra, e a renunciar aos ídolos, que não lhe podiam ser de qualquer ajuda, nem a ele nem a ninguém.

(...) O rei, tendo pois confessado um Deus todo-poderoso na Trindade, foi batizado [*sic*] em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ungido do santo Crisma com o sinal da cruz. Mais de três mil homens do seu exército foram igualmente batizados [*sic*]. (...) (GREGORII, 1836 apud ESPINOSA, 1972).

Merovíngias

Dinastia iniciada por Clóvis (480-511), envolvia gerações de monarcas cujos poderes eram envolvidos por profunda aura mística. Descendentes dos francos sálios, foram também responsáveis pelo primeiro compêndio legislativo franco, a *Lex Salica*, ou Lei Sállica. Essa dinastia, enfraquecida pelo poder dos condes desde finais do século VII, encerrou-se em 751 com Childerico III, e foi sucedida pelos carolíngios.



Figura 7.4: *O batismo de Clóvis*, pintura de Master of Saint Giles. Ano: 1500. National Gallery of Art, Washington. A cena do batismo do líder dos francos do século V foi intensamente retratada pela arte medieval e moderna, como símbolo do reconhecimento do poder eclesiástico católico pelos governantes germânicos. Essa arte religiosa colaborou para identificar as Igrejas Episcopais como epicentros políticos na Idade Média.

O bispo de Tours escreveu quase cem anos depois da primeira conversão de um monarca germânico ao Catolicismo, e parece com isso, definir uma trajetória de relações políticas e religiosas que marcaria toda a História das dinastias **merovíngias** e **carolíngias** na Europa central.

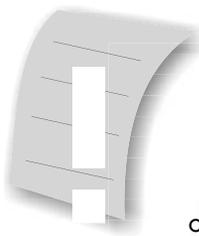
Carolíngias

No seio de uma família de tradição palaciana da região da Austrásia, foi com Pepino, o Breve (751 d.C.) que deu início a uma das mais fortes tradições de autoridade monárquica e cristã do Ocidente medieval. Os carolíngios, cujo nome se deve ao monarca Carlos Martel, tiveram sua ascensão com Carlos Magno, coroado pelo papa no ano de 800 d.C. O governo de Carlos Magno, com catorze anos de duração e marcado por profundas reformas políticas, administrativas e culturais, definiu a supremacia das aristocracias eclesiásticas na Europa central, além de criar as bases sociais e institucionais do Feudalismo francês.

Na visão da historiadora Maria Sonsoles Guerras, os francos ajudaram a criar uma imagem de defensores ou “braço armado” da Igreja.

Podemos considerar que os monarcas francos não apenas alargaram o poder episcopal dentro dos territórios sob seus domínios, mas também que estenderam tal poder na proteção aos papas.

No século VIII, os francos, com largo apoio do papado, atuaram igualmente contra os muçulmanos, criando uma frente contra a expansão dos omíadas para leste dos Pireneus. Na famosa e lendária batalha de Poitiers, de 732 d.C., os francos, que se autodenominavam “representantes e protetores” da Cristandade, conseguem impor obstáculos aos avanços dos territórios muçulmanos sobre os domínios da Europa central e mediterrânea.



É válido enfatizar que o domínio árabe na Península Ibérica já estava consolidado desde 711 d.C., quando é extinto o reino visigodo de Toledo, e o emirado de Al-Andaluz, de origem omíada, é instaurado em 756 d.C. Sobre esse assunto versará a Aula 11 do nosso curso: “Os árabes na Península Ibérica: o califado de Al-Andaluz e a coexistência religiosa.”

Nos séculos V e VI, portanto, os francos erguem um ideal de soberania monárquica mesclando componentes típicos da cultura clássica romana e das tradições germânicas. Estas últimas podem ser encontradas nos tipos de relações pessoais estabelecidos por Clóvis e seus súditos e no legado político deixado pelas dinastias merovíngia e carolíngia.

Nesse caso, é importante ressaltar que, semelhantemente ao modelo anglo-saxão dos *gesith*, encontramos entre os francos os leudes, que compunham uma espécie de camada social precursora da vassalagem carolíngia.

Nas palavras de Jacques Heers,

(...) o serviço do príncipe estabelece, entre os homens livres, uma hierarquia precisa em favor de uma nobreza de corte formada por companheiros, fiéis ou leudes da estima do soberano. Os outros homens livres, galo-romanos ou guerreiros francos, perdem, pouco a pouco, seus direitos políticos e militares (HEERS, 1974, p. 21).

E, finalmente, é relevante mencionar que as permanências germânicas percebidas entre as autoridades monárquicas, e na distribuição das hierarquias sociais, também se refletiram sobre o *corpus* legislativo dos francos. Essas leis, formuladas nos séculos seguintes ao governo de Clóvis, foram notadamente inspiradas no compêndio germânico de 65 artigos denominado **Lei Sállica**, compilados entre 507-511 d.C.

Lei Sállica

Do latim *Lex Salica*, tem origem merovíngia e representa a base de todos os posteriores códigos legislativos outorgados pelos francos. Resultado de uma espécie de "pacto político" definido em assembleias de caráter popular, esse conjunto de leis apresenta textos em latim vulgar intercalados com expressões germânicas.



Salvo o uso deficiente do latim, a Lei Sállica praticamente não apresenta traços de romanização em seu conteúdo, privilegiando parágrafos sobre penalidades relacionadas às práticas militares e guerreiras. Discute também punições aplicáveis em casos de homicídios de várias naturezas.

Revela ainda questões referentes ao usufruto ou direitos de propriedade da terra. Nesse ponto, a Lei Sállica é absolutamente rigorosa com relação aos costumes de organização social e familiar, conforme encontramos na seguinte disposição sobre as mulheres e sobre a natureza da instituição familiar: "(...) A família forma um sólido bloco. Para conservar o patrimônio na comunidade familiar, exclui-se a mulher de toda a propriedade territorial" (*Lex Salica*, LIX, parágrafo 5).

A Península Itálica: entre ostrogodos e lombardos

Dos estudos de casos por nós desenvolvidos nesta aula, os níveis de romanização dos ostrogodos, que em 493 se instalam na Península Itálica sob liderança do godo Teodorico, podem ser considerados dos mais intensos.

A historiadora Maria Sonsoles Guerras enfatiza a titulação alcançada por Teodorico na corte imperial romana, da qual já fazia parte, anteriormente às incursões militares que o levaram ao poder. Até 488 d.C., Teodorico chegou a ser agraciado com o título de cônsul e **Magister Militum** (GUERRAS, 1992, p. 31).

Apesar da notoriedade dos cargos ocupados, Roma jamais reconheceu a autoridade política de um líder godo como “concorrente” ao seu império. Se, para seu povo, Teodorico era um soberano, para Roma não representava nada mais do que um cidadão, súdito privilegiado do imperador do Oriente.

Em sua curta existência de pouco mais de três décadas (493-526), instalada sua capital ao norte da Península Itálica, nos arredores de Ravena, o reino dos ostrogodos recebeu o arianismo como orientação cristã, mantendo sempre tensas as relações com o bispado de Roma. Apesar de haver dominado grandes regiões então pertencentes ao Império Romano (**Figura 7.5**), a morte de Teodorico em 526 torna os ostrogodos ainda mais vulneráveis à chamada reconquista bizantina, promovida pelo imperador Justiniano.



A reconquista bizantina representou um programa de campanhas militares realizadas pelo imperador bizantino Justiniano I (527-565), na tentativa de restaurar a antiga extensão territorial e política do Império Romano.

Magister Militum

Do latim romano, significa o chefe ou líder dos soldados, um mestre de armas. Título militar de muito prestígio criado a partir do século IV d.C. Com ele, foram agraciados muitos chefes germânicos que compunham o exército de Roma. Podemos interpretar o *Magister Militum* como um recurso diplomático criado com o objetivo de aproximar ou pacificar as relações militares romano-germânicas no baixo Império Romano. A concessão de patentes militares aos germânicos integrava os chefes germânicos à política imperial, mas ao mesmo tempo aumentava a influência dos germânicos sobre as autoridades romanas.



Como imperador romano do Oriente, Justiniano, a partir de 535, une medidas de caráter religioso aos objetivos militares da chamada “Reconquista”. O Cristianismo bizantino foi, nesse sentido, ferramenta ideológica na representação da soberania e da superioridade imperial no combates aos vândalos, visigodos e lombardos pelo legado romano de poder.

Após as incursões ostrogodas de Teodorico, os poderes bizantinos ainda buscavam recuperar territórios que acreditavam pertencer ao Império. Sem grandes êxitos na defesa das regiões do Lácio e Ravena, os bizantinos enfrentariam ainda novas leva de invasões vindas do norte, agora dos lombardos.

Em 568, a Península Itálica é praticamente devastada por conflitos armados. O cenário italiano do século VI certamente delinea aos olhos dos historiadores um quadro de anarquia política, já que os lombardos, fixados ao norte da Itália, jamais haviam alcançado o estabelecimento de um reino soberano.

As antigas aristocracias de origem romana e goda não conseguiam se sobrepôr à ocupação desordenada, e, sobretudo, o que se encontra na Península Itálica é antes um cenário de concorrências nobiliárquicas. Isso significa dizer que inúmeras eram as famílias pertencentes às aristocracias territoriais (duques) que exigiam a hereditariedade de suas posses, enfraquecendo a idéia de uma monarquia unificada.

O caso lombardo é bastante ilustrativo para o entendimento da descentralização política, administrativa e jurídica ocorrida na Península Itálica da alta Idade Média. Em meados do século VII, por iniciativa do rei Rotari, os lombardos realizaram a adaptação de seu antigo Direito Consuetudinário (usos e costumes locais), dando-lhe formato oficial de

conjunto jurídico. O historiador Mario Curtis Giordani lembra que, para a elaboração desse código, Rotari contou com a ajuda de conselheiros palacianos, mas também procurou consultar juristas romanos que transformariam e adaptariam os princípios jurídicos e as expressões legais dos lombardos aos termos correspondentes no latim.

A lei lombarda, nesse sentido, ainda que mantivesse importantes costumes penais e civis ancestrais (como o direito de vingança familiar em caso de homicídio, a faida, ou o direito que garantia a posse de propriedade coletiva às famílias, que formavam clãs), foi bem menos germanizada do que, por exemplo, a *Lex Salica* dos francos merovíngios.

Resta ainda comentar que, nos territórios dominados pelos lombardos, prevalecia o princípio pessoal no cumprimento às leis. O código de Rotari, por exemplo, só deveria ser seguido, e seus princípios penais aplicados, apenas entre a população de origem lombarda. Povos de outras origens, como romanos ou godos, que vivessem sob domínio lombardo, teriam outras leis a cumprir, ainda que a lei lombarda devesse prevalecer em casos de divergências.

Na verdade, os poderes lombardos, diluídos pelas regiões setentrionais da Península, como também em Tuscia, Spoleto e Benevento, apenas teriam como frente de oposição a resistente figura dos papas. Esses pontífices não eram vistos apenas como grandes bispos de Roma, mas fundamentalmente como aristocratas, detentores de poderes pessoais vitalícios e poderes territoriais.



Figura 7.5: Extensões dos domínios ostrogodos com Teodorico, 493-526 d.C.

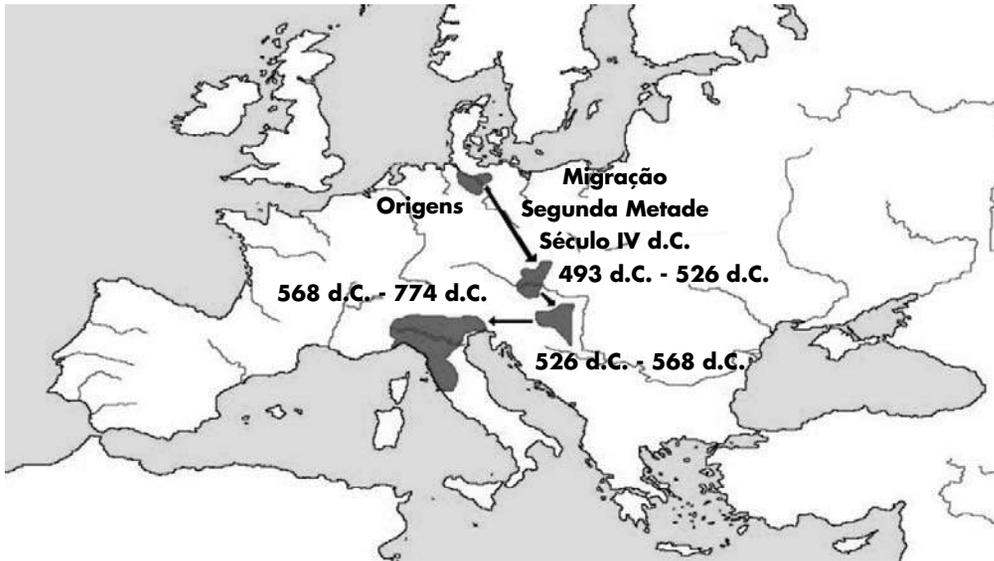


Figura 7.6: Migrações lombardas entre os séculos IV a VII d.C.

Pudemos observar, portanto, através dos casos anglo-saxão, franco, ostrogodo e lombardo, que a formação política, social e religiosa do Mediterrâneo e das Ilhas Britânicas nos primeiros séculos da Idade Média foi caracterizada pela heterogeneidade.

Assim, verificamos que o Germanismo prevalece principalmente entre os anglo-saxões e relativamente entre os francos. Fortes traços de Romanismo são mantidos na Península Itálica, e a atuação da diocese romana fez com que a cultura clássica fosse indiretamente preservada.

Porém, a relativa preservação do romanismo não se deu unicamente por intermédio da Igreja Romana.

É válido lembrar que as principais sés episcopais do reino franco, com o aval dos seus monarcas, cultivavam relações diplomáticas, territoriais e políticas com Roma. Na alta Idade Média, a mútua dependência entre papado e reino franco irá caracterizar os frágeis equilíbrios e as tensões entre poderes espirituais (Igrejas e suas hierarquias sociais) e poderes temporais (monarquias e suas aristocracias).

RESUMO

Como traços da diversificada cristianização dos reinos germânicos no Ocidente medieval, observamos os diferentes graus de permanências e usos da cultura romana clássica. Podemos observar também importantes preservações e readaptações das tradições culturais germânicas, que foram centrais para a formação dos valores sociais e políticos da Idade Média central, principalmente entre os anglo-saxões e francos.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você irá conhecer um outro universo cultural, considerado ameaçador e misterioso aos olhos da “Cristandade” europeia: o Islã. O pensamento profético e os fundamentos divulgados por um carismático líder da Península Arábica, entre finais do século VI e as primeiras décadas do século VII, transformaram as visões de mundo de milhares de pessoas, expandindo-se até a Península Ibérica. Com o surgimento do Islã, todos os instrumentos de unidade e de verdade que sugeriu o Cristianismo de Roma, e dos bispados mediterrâneos – a “Cristandade” –, tiveram suas certezas de hegemonia abaladas.

Aula 8

Maomé, o Corão
e a formação do
Islã

Meta da aula

A aula terá como foco principal o estudo de uma História social da Península Arábica nos séculos VI e VII, períodos de formação e divulgação das primeiras concepções islâmicas no Oriente.

Objetivos

Ao final do estudo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. conhecer o mundo árabe medieval em suas interações culturais e políticas regionais com bizantinos e persas sassânidas;
2. identificar os fundamentos do monoteísmo rígido de Muhammad (Maomé) e seus impactos sobre a vida religiosa da Península Arábica nas últimas décadas do século VI;
3. com base na análise do discurso corânico, interpretar as referências e os influxos dos monoteísmos judaico e cristão sobre o pensamento de Maomé.

Pré-requisitos

Para um melhor aproveitamento desta aula, sugerimos a você que procure revisar os conteúdos relativos ao processo de cristianização da Europa ocidental, especialmente tratados nas Aulas 6 e 7. Essa revisão será importante para que você possa comparar historicamente os mecanismos que marcaram a organização do Islã no Oriente, e da chamada "Cristandade" ocidental. Sugerimos também que você tenha ao seu lado um atlas histórico para a adequada localização temporal e espacial dos assuntos estudados.

INTRODUÇÃO

Entre as últimas décadas do século VI e as três primeiras décadas do século VII, a Península Arábica torna-se cenário de um dos principais fenômenos religiosos e políticos da Idade Média.

Do universo de pensamento de Muhammad ibn Abdallah (570-632 d.C.), ou “Maomé”, como ficou conhecido no Ocidente, o mundo árabe vê surgir uma proposta de civilização absolutamente original, cuja idéia de submissão incondicional a Deus deveria substituir os códigos de conduta social e fé, tradicionalmente praticados pelas tribos árabes e pelos seus esquemas familiares de organização política. Rompendo com as visões belicistas, Maomé se afastava dos padrões ancestrais no relacionamento das tribos árabes, e instituiu um modelo de organização comunitária baseada no ideal da **Ummah**, a unidade intertribal. O princípio da guerra como ideal instrumento de conquista, que não intencionava a destruição física ou a eliminação cultural dos conquistados (salvo no combate às diversas expressões de paganismo), se estenderia aos modelos de centralização política que regeram a expansão islâmica após a morte do Profeta, em 632.

Assim, durante os regimes dos califados que sucederam a Maomé (século VII ao XIII),

(...) os árabes tinham passado por uma experiência profunda. Esta não era "religiosa" no sentido moderno da palavra, pois para muitos não era uma fé particular, que acompanhava uma conversão interior. O Profeta [Maomé] rompeu o padrão antigo, e de repente – embora momentaneamente – os árabes se viram pela primeira vez membros de uma comunidade unida, livres do fardo da guerra constante e debilitante. Pelos breves anos de carreira de Maomé, eles tinham vislumbrado a possibilidade de um modo de vida inteiramente diferente, comprometido com uma mudança religiosa. O que acontecera era tão

Ummah

Do árabe, comunidade ou congregação muçulmana. Princípio de unidade político-religiosa que permeou todas as pregações de Maomé e foi perpetuado pelos regimes dos califados medievais. Apenas muçulmanos praticantes poderiam fazer parte da *Ummah*.

Jihad

Muito embora o termo fosse conhecido no Ocidente desde o século XI como sinônimo de guerra santa, o sentido original e correto de *Jihad* é aquele mencionado no Corão que se referia exclusivamente ao conjunto de esforços espirituais e sociais que deveriam ser movidos (individual ou coletivamente) pela *Ummah* para eliminar hábitos indesejados apenas entre os seguidores de Allah. Fazia parte da Jihad medieval acatar as regras relativas às orações, à caridade, à alimentação, combatendo também o controle das pilhagens intertribais e do uso de rituais sangrentos em animais e humanos.

Muslim

Do árabe, adjetivo derivado do substantivo *Asloma*, refere-se especificamente ao indivíduo que se submeteu à vontade de Deus (Allah) e reconheceu Maomé como Seu Profeta.

espantoso que até os que queriam se afastar da *Ummah* só podiam imaginá-la em termos proféticos (ARMSTRONG, 2001, p. 68).

Logo, para direcionarmos nossa análise sobre o Islã aos pressupostos teóricos da História social e cultural, é necessário, primeiramente, libertar-nos de estereótipos construídos pelo Ocidente cristão – medieval e moderno – sobre as culturas orientais. Defendemos aqui a hipótese de que o Islã não pode (e não deve) ser definido simplesmente como um modelo religioso, antagônico aos Cristianismos niceno e bizantino, ou como eterno combatente dos regimes políticos implantados por governos cristãos. Muito menos como um conjunto de rituais comprometidos com o uso da violência e da “guerra santa em nome de Deus”, princípio hoje popular e erroneamente conhecido como **Jihad**.

Ao contrário dos modelos etnocêntricos elaborados por séculos de incompreensão histórica sobre os povos semitas no Oriente, nas últimas décadas avanços das investigações voltadas para uma história social e cultural do Islã abriram novos horizontes interpretativos à historiografia orientalista.

Hoje, o Islã medieval é pesquisado como um conjunto diversificado de princípios que regiam uma vida social disciplinada, e criaram estruturas de governo baseadas na subordinação (submissão) a Deus (Allah) e a seu Profeta (Muhammad). Do substantivo-chave que originou o ideal islâmico de subordinação – *Asloma* –, definiu-se que o ser islâmico (**muslim**, ou muçulmano) é aquele que aceitou, por vontade própria, ser submisso a Deus. Com isso, passou a pertencer à chamada “Casa do Islã”, ou **Dar al-Islam**, ou seja, à congregação formada por todos os fiéis.

Dar al-Islam

Do árabe, termo político referente aos locais de domínio muçulmano – a Casa do Islã. Diferentemente da *Ummah*, essa expressão concebe também outros grupos ou povos que habitavam territórios islâmicos como cristãos e judeus.

Inversamente aos princípios definidores do pertencimento religioso no Ocidente cristão, ou dos sentidos atribuídos à *Ecclesia Katoliké* na Idade Média (ou Igreja Católica, conforme mencionamos na Aula 6), fazer parte da Dar al-Islam não significava obrigatoriamente passar por qualquer filiação sacerdotal, institucional ou hierárquica. A Dar al-Islam idealizada por Maomé tinha fundamentação essencialmente social, na divulgação da mensagem reveladora de unidade em meio à diversidade da Península Arábica.



Para contribuirmos na desconstrução de imagens estereotipadas do Islã, sugerimos a você uma interessante obra produzida pelo conhecido antropólogo norte-americano Clifford Geertz. Na obra *Observando o Islã* (GEERTZ, 2004), ele expõe novas possibilidades de entendimento do Islã a partir de suas diversidades, realizando, para tal, dois importantes estudos de caso: o Marrocos e a Indonésia.

O Islã: uma civilização entre dois impérios

No século VI, a Península Arábica pré-islâmica apresentava um cenário regional de fortes pluralidades sociais e religiosas. Historiadores como Leon Poliakov, Bernard Lewis e Albert Hourani são unânimes em apontá-la como uma encruzilhada situada no meio de dois grandes impérios.

Por um lado, temos o Império Bizantino, com suas extensões territoriais que aglutinavam os Bálcãs, a Península da Anatólia, a Capadócia, todo o Oriente Médio e ainda parte do norte da África, de crença majoritariamente cristã ortodoxa.

Na Península Arábica, a região centro-norte recebeu fortes influxos da cultura cristã bizantina, judaica e politeísmos tribais, podendo inclusive ser caracterizada por exibir uma tendência monoteísta, contrária às tradições religiosas do centro-sul árabe, sabidamente politeísta. Nesse caso, estamos nos referindo especificamente às dezenas de colônias do Império Persa em meio ao mundo árabe.



Figura 8.1: A Península Arábica, entre persas e bizantinos, séculos VI-VII.

Presentes na Mesopotâmia desde o século VI a.C., quando instauram seu primeiro império com os aquemênidas, na Idade Média, os persas (então de maioria sassânida) ocupam as regiões do centro-sul da Pensínsula Arábica. Seu politeísmo manifestava-se pela fidelidade à religião do deus Ahuramazda (originando o chamado Mazdaísmo) e às orientações filosóficas de Zoroastro, além da composição de zonas de culto locais, como a **Kaaba**, que agregava dezenas de outras divindades. É válido lembrar que Allah, denominação que posteriormente foi usada para a suprema divindade islâmica, era um nome já conhecido entre os árabes, pois representava um dos deuses localmente cultuados por inúmeras tribos da península.

Do mundo persa, os árabes herdariam também a concepção de superioridade divina perante as demais forças sagradas do universo e o subordinacionismo dos soberanos à emanação divina. Pela lógica subordinacionista, ainda que escolhidos pelo sagrado, os chefes sassânidas jamais seriam, eles próprios, divindades.

Vistos sempre como “reis justos”, os soberanos sassânidas agiam como subordinados de Ahuramazda, e da mesma forma Maomé concebeu a subordinação dos árabes ao deus Allah. Demonstrando profundas adaptações da cultura sassânida, o Islã traduz uma expressão literal de subordinação a Allah e, após a morte de Maomé, o Profeta seria a segunda maior referência da subordinação islâmica.

Kaaba

Conhecido santuário religioso pagão situado nos arredores de Meca.



A primazia de Allah sobre os demais deuses da Kaaba e das outras localidades da Península Arábica fundamentou a primeira e maior profissão de fé da história do Islã medieval: “Somente Allah é Deus, e Maomé o Seu Profeta.”

O Zoroastrismo propunha assim uma espécie de soberania real a essa divindade (um semimonoteísmo), cujas forças se equilibravam com uma outra concepção igualmente central para os árabes: a crença maniqueísta. O Maniqueísmo, que também foi adaptado pela tradição cristã, entendia o Universo e a realidade humana de forma dualista. Nesse pensamento, o mundo representava um eterno campo de batalha entre o bem e o mal, sem haver, contudo, dimensões intermediárias dessas forças. Apenas uma delas prevaleceria no momento do juízo final.

Além da absorção de princípios filosóficos e valores religiosos da cultura sassânida, o Islã idealizado por Maomé também exibiu estruturas de poder político e concepções religiosas herdadas do Império Bizantino.

O ideal de teocracia imperial, sustentado por séculos em Bizâncio, como prova da continuidade oriental do Império Romano em plena Idade Média, inspirou o imaginário de Maomé. Ao percorrer a Península Arábica em caravanas comerciais de sua tribo – os *quraysh* –, o Profeta travava contatos com monges cristãos da seita “herética” **monofisista**, cujas mensagens defendiam que a natureza divina de Cristo superava seu lado humano, além de trazerem concepções sobre as relações dos bizantinos e sua autoridade imperial. Valendo-se da mescla de princípios políticos como o exclusivismo e o subordinacionismo, Maomé foi recriando uma cultura oral profética e reveladora, transmitida em suas andanças de mercador pelas tribos árabes. Entretanto, um ponto nevrálgico separava a tradição islâmica da fé reveladora de Cristo: por diversas vezes no Corão, Jesus é citado como profeta de grandeza equivalente a Abraão e Moisés. Contudo, jamais é referido como divindade ou como força equivalente a Allah.

Outra questão polêmica mencionada nos discursos de Maomé foi a morte de Deus. O tema *deicídio* parecia ser algo comum à cultura oral da Península Arábica, já que Maomé demonstra que muitos judeus pareciam haver incorporado acusações sobre a morte de Jesus, assumindo a suposta criminalidade. Para o Islã, ainda que

Monofisismo

Movimento bizantino de contestação da divisão das naturezas de Cristo e do dogma da Trindade. Para os monofisistas, considerados heréticos pelos dogmas oficiais, a natureza divina suplantava quaisquer outras teorias explicativas sobre a essência de Cristo. A doutrina monofisista expandiu-se na Península Arábica por intermédio de grupos monásticos que fugiam das perseguições bizantinas, ganhando também adeptos nas regiões do Egito (coptas), da Etiópia, da Síria, da Pérsia, da Armênia e da Índia.

os descendentes de Abraão tenham recebido e traído a aliança com Deus, Cristo não foi morto ou crucificado pelos judeus. Com tal afirmação, o Profeta demarca mais um aspecto que o distanciava do Cristianismo. Ao referir-se aos judeus e seus pecados, lembra:

E por terem dito “Matamos o Messias, Jesus, o filho de Maria, Mensageiro de Deus”, quando, na realidade, não o mataram nem o crucificaram: imaginaram apenas tê-lo feito. E aqueles que disputam sobre ele estão na dúvida acerca de sua morte, pois não possuem conhecimento certo, mas apenas conjeturas. Certamente, não o mataram. (ALCORÃO, 4 [As mulheres], 157; 170-173, p. 80-81).

Pelos conflitos interpretativos em torno da figura de Jesus e da missão cristã entre os homens, os historiadores conseguem identificar uma oposição irreversível entre o Islã e o Cristianismo que, séculos mais tarde, iria voltar a se manifestar nas várias Cruzadas empreendidas pela “Cristandade ocidental” contra os “infiéis” do Oriente. É possível perceber que ambos os lados possuíam projetos de poder por meio dos quais aspiravam, ao longo de toda a Idade Média, ao alcance da universalidade, ainda que os mecanismos a serem utilizados para tais projetos fossem radicalmente distintos.

Sobre a descrença do Cristianismo em Allah, Maomé o acusa explicitamente de erro, desvio e agressão. Embora Maomé desconhecesse os Evangelhos como texto, mostrando que seus contatos com o Cristianismo foram derivados das relações com o monacato árabe, não se furta em avaliar a conduta dos eclesiásticos ao seu redor:

São descrentes aqueles que dizem que Deus é o Messias, o filho de Maria, quando o próprio Messias declarou: “Ó filhos de Israel, adorai Deus, meu Senhor e vosso Senhor. Em verdade, quem atribuir associados a Deus, Deus lhes proibirá o Paraíso e lhe dará o Fogo por morada. Os iníquos não têm aliados.” São descrentes aqueles

que dizem que Deus é o terceiro de três. Não há deus senão o Deus único. E se não desistirem do que dizem, um castigo doloroso os açoitará. (...) O Messias, filho de Maria, nada mais é do que um Mensageiro. Outros Mensageiros passaram antes dele. Sua mãe era uma justa. Ambos alimentavam-se como os demais humanos. Vê como expomos as provas aos cristãos. E vê como se desviam! (ALCORÃO, 5 [A mesa servida], 72-75, p. 88).

Como vemos no Corão, além da negação da divindade de Jesus, seu entendimento como um ser pertencente à Trindade nicena ou Santíssima Trindade (dogma firmado durante sessões do I Concílio de Nicéia, em 325) era absolutamente rejeitado. A Trindade cristã foi interpretada como postura idolátrica pelo Islã, e nessa questão o texto islâmico mostra-se bastante austero. Deus não poderia ter tido filhos ou gerado outros deuses. Várias **suras** corânicas repetiam que Jesus seria apenas mais um mensageiro de Deus:

Ó adeptos do Livro, não vos excedais em vossa religião, e não digais de Deus senão a verdade. O Messias, Jesus, o filho de Maria, nada mais era do que o Mensageiro de Deus e Sua palavra e um sopro de Seu espírito que Ele fez descer sobre Maria. Acreditai, pois, em Deus e em Seus Mensageiros e não digais: "Trindade." Abstende-vos disso. É melhor para vós. Deus é um Deus único. Glorificado seja! Teria um filho? Como? A Ele pertence tudo o que está nos céus e tudo o que está na terra. Basta-vos Deus por defensor (ALCORÃO, 4 [As mulheres], 157; 170-173, p. 80-81).

Suras

Subdivisões temáticas presentes no Corão que também podem ser conhecidas como "capítulos". Das 114 suras que compõem a literatura corânica, 86 foram redigidas a partir de discursos do Profeta em Meca, e 28 suras são originárias das pregações feitas em Medina, após 622 d.C.

No Oriente, foram inevitáveis o afastamento e as rivalidades entre concepções de mundo tão antagônicas. Exatamente um século após a morte de Maomé, esses antagonismos se enfrentariam militarmente na região do Mediterrâneo, na batalha de Poitiers, de 732, assunto discutido em nossa Aula 7.

Além do Mazdaísmo persa e do Cristianismo monofisista, um terceiro núcleo cultural decisivo para a consolidação do ideal islâmico no século VI foi o Judaísmo árabe.

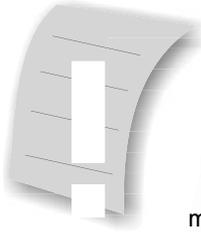
Maomé deu continuidade a uma filosofia monoteísta rígida originalmente praticada pelas tribos judaicas da Península Arábica, enfocando principalmente uma mitologia fundadora do Islã a partir do patriarca hebreu Abraão.

Pela descendência abramica de Ismael, Maomé considerou legítima a adaptação dos fundamentos do monoteísmo hebraico à crença em Allah. Para tal, o Corão insistiu na identidade profética de Maomé por meio das diversas **teofanias** presentes no texto religioso. É curioso perceber também que, nas narrativas islâmicas, o próprio Maomé torna-se legítimo descendente de Abraão, que deixa de ser hebreu ou cristão para ser pai fundador do Islã e do santuário de Meca. Nesse momento, Abraão torna-se o ancestral comum a todos os muçulmanos (ALCORÃO III, 60).

Além da islamização de Abraão presente no texto corânico, encontramos importantes discordâncias e críticas do Profeta aos judeus. Tais críticas eram reflexo da instabilidade que marcou as relações entre Maomé e as tribos judaicas de Meca e Medina de Qaynuqah, Qurayzah e Nadir, que, apesar de reconhecê-lo como importante líder político, insistiam em não contemplar sua identidade profética, recusando-o como propagador de uma nova ordem.

Teofanias

Mitos religiosos que envolvem eventos relatados sobre a aparição de Deus, deuses ou de seres enviados, como profetas, anjos e arcanjos.



Embora não fossem símbolos recorrentes das relações entre muçulmanos e judeus na Pensínsula Arábica medieval, alguns historiadores trazem informações de que os banimentos e massacres perpetrados às três tribos judaicas rebeldes de Medina teriam acarretado a morte de 700 homens, além de centenas de mulheres e crianças vendidas como escravas para traficantes árabes.

Para os judeus árabes, Maomé não representava um mensageiro de Allah, o que lhes rendeu sérias condenações no Corão, por exemplo, quanto ao legado das Antigas Escrituras, muito embora não desqualificasse o Judaísmo e o Cristianismo em suas essências, por serem crenças baseadas nos Livros:

Disseram: 'Só os judeus e os cristãos entrarão no Paraíso.'
Tais são seus anseios. Dize-lhes: 'Trazei vossas provas se sois sinceros.'

Na verdade, quem se submeter a Deus e praticar o bem, Deus o recompensará. O medo não se apoderará dele, e não se entristecerá. Os judeus dizem: 'Os cristãos não se baseiam em nada.' E os cristãos dizem: 'Os judeus não se baseiam em nada.' Uns e outros, porém, recitam as Escrituras (ALCORÃO, 2 [A vaca], 111-112, p. 38-39).

Maomé afirmava que tanto judeus quanto cristãos não souberam compreender as mensagens de Allah enviadas por antigos mensageiros como Moisés e Jesus. Por isso eram descrentes, por recusarem-se a aceitar a revelação feita ao Profeta:

A Moisés concedemos o Livro. E, depois dele, enviamos outros Mensageiros; e a Jesus, filho de Maria, demos as provas e fortificamo-lo com o Espírito Santo. Mas cada vez que um Mensageiro vinha a vós com o que se opunha às

inclinações de vossas almas, tornáveis-vos arrogantes.

E uns desmentíeis, e outros matáveis.

Disseram: “Nossos corações são incircuncisos.” Não. Mas Deus os amaldiçoou pela sua descrença. Quão pouco acreditam! E quando Deus enviou-lhes um Livro que confirma as Escrituras que já possuíam, eles, que antes clamavam por tal sinal para confundir os descrentes, desmentiram-no e renegaram-no. A maldição de Deus caía sobre os descrentes!

Vil foi o preço pelo qual venderam suas almas. Negam o que Deus revelou, revoltados à idéia de que Ele faça descer a revelação sobre quem Lhe aprouver entre Seus servos. E mereceram de Deus ira sobre ira. Um castigo aviltante espera os que descrêem.

E quando se lhes diz “Acreditai no que Deus revelou”, respondem: “Só acreditamos no que a nós revelou.”

E negam o que veio depois, embora a nova revelação confirme a revelação anterior. Pergunta-lhes: “Por que, então, matáveis os Profetas de Deus se éreis crentes?”

Moisés trouxe-vos as provas. Assim mesmo, quando se ausentou, adoraste o bezerro. E tornastes-vos prevaricadores.

E quando aceitamos vossa aliança e elevamos o Monte Sinai por cima de vós, dizendo: “Aceitai o que vos damos com corações abertos e escutai Nossos mandamentos.”

Responderam: “Escutamos, mas desobedecemos.” Pois seus corações heréticos estavam embriagados do bezerro.

Dize-lhes: “Sois mesmo crentes? Condenável é o que vossa fé vos ordena!” (ALCORÃO, 2 [A vaca], 86-93, p. 37).

Outra demonstração de ruptura com o Judaísmo pode ser percebida nas tradições e orações muçulmanas. Antes voltadas a Jerusalém, o rompimento de Maomé com as tribos judaicas o fez estabelecer a *qibla*, impondo uma nova direção de oração contrária

aos grupos que já conheciam as Escrituras mas não seguiam as determinações do Profeta:

Víamos teu rosto virado para o céu. Doravante, orientá-lo-emos numa direção que te agradará. Vira, pois, o rosto na direção da Mesquita Sagrada. E vós todos, crentes, onde for que estiverdes, essa deverá ser vossa orientação. Os que receberam o Livro sabem que tal é a verdade, revelada pelo Senhor. Deus está atento ao que fazem.

Não importa que provas apresentes àqueles que possuem as Escrituras, não seguirão tua *qibla*.

Aonde quer que te dirijas, volta a face para a Mesquita Sagrada. Essa é a verdade que vem de teu Senhor. Deus está atento ao que fazeis.

Aonde quer que te dirijas, volta a face para a Mesquita Sagrada, e onde quer que estejais todos vós, voltai a face na mesma direção para que ninguém possa criticar-vos, com a exceção dos prevaricadores: esses, não os temais. Temei somente a Mim para que Eu complete em vós a obra de Minha graça. E possais seguir a senda da retidão.

E enviamo-vos um Mensageiro dentre vós para que vos transmita Nossas revelações, vos purifique de vossos pecados e vos ensine o Livro e a sabedoria e tudo o que ignorais.

Lembrai-vos de Mim, lembrar-Me-ei de vós. E agradecei-Me, e não Me renegueis.

(ALCORÃO, 2 [A vaca], 143-152, p. 41).

A *qibla* instituía que todo muçulmano deveria orar voltando seu corpo para a direção de Meca, onde se situava a mesquita sagrada, além de instituir como obrigatória a peregrinação (*haji*) rumo a essa cidade:

E cumpri a peregrinação e a visitação.

Em caso de impedimento, enviai uma oferenda dentro de vossas disponibilidades.

E não raspeis a cabeça até que a oferenda tenha atingido seu destino.

Se alguns de vós estiverdes doentes ou sofrerem de moléstia na cabeça, que compensem com jejum, esmolas ou oferendas.

Em tempos de paz, quem de vós cumprir a peregrinação e a visitação ao mesmo tempo, que faça uma oferenda dentro de seus recursos.

Quem não puder fazê-lo, que jejue durante três dias no decorrer da peregrinação e sete dias após a sua volta, ou seja, ao todo dez dias. Isso para aqueles que não tiverem parentes entre os vizinhos da Mesquita Sagrada. E temeí a Deus.

E lembrai-vos de que Ele é severo no castigo.

Efetuai a peregrinação nos meses determinados. Quem a empreender deve abster-se da cópula, da depravação e das brigas.

O bem que fazeis, Deus o vê. Tomai provisões para a viagem. E lembrai-vos de que a melhor provisão é a piedade. E temeí-Me, ó homens sensatos! (ALCORÃO, 2 [A vaca]), 195-202, p. 45).

Juntamente à *qibla*, Maomé revê a prática do jejum religioso entre os seus seguidores. Antes do rompimento com as tribos judaicas, o calendário de jejuns coincidia com as datas escolhidas pelos judeus, como o Yom Kippur (Dia do Perdão e expiação no calendário judaico), por exemplo. Após o rompimento, Maomé estabelece, nos seus últimos dez anos de vida, as leis em torno de jejum do mês de Ramadã:

Ó vós que credes, foi-vos prescrito o jejum como o foi aos que vos precederam. E possais tornar-vos piedosos! Jejuareis dias contados. Mas quem dentre vós estiver doente ou viajando, que troque esses dias por outros. Aos que

não desejam jejuar, mesmo podendo-o, impõe-se uma compensação: a alimentação de um indigente. Aquele que fizer mais receberá mais. Contudo, é melhor para vós que jejueis. Se soubésseis!

Foi no mês de Ramadã que o Alcorão foi revelado, um guia para os homens, com provas manifestas para a orientação e o discernimento. Quem, pois, estiver presente durante este mês, que jeje; e quem estiver doente ou viajando, que jeje durante outros dias em substituição. Deus deseja facilitar, e não dificultar. E Ele quer que jejueis durante todo o mês e proclameis Sua grandeza pela orientação que d'Ele recebestes. E possais ser agradecidos! (ALCORÃO, 2 [A vaca], 183-187, p. 44).



A doutrina monofisista ganhou adeptos nas regiões do Egito, da Etiópia, da Síria, da Pérsia, da Armênia e da Índia, dando origem à seita cristã dos coptas. Até hoje ainda existem centenas de comunidades coptas (monofisistas), muitas delas sob domínio político árabe desde o século VII. Voltaremos a esse assunto na Aula 12 de nossa disciplina.

Hadith

Conjunto de tradições orais sobre episódios da vida de Maomé e seus pensamentos que não constam do Corão, mas também são usados por seu conteúdo moralizante.

Segundo as tradições do Corão e do **Hadith**, a mensagem do Islã foi conhecida por Maomé por meio da revelação recebida pelo anjo Gabriel, que o incumbira da tarefa de erguer a unidade das tribos árabes em torno da *Ummah*.

De posse da mensagem revelada, então, Maomé poderia aspirar a uma condição profética – como “mensageiro de Allah”, obtendo o mesmo grau de sacralidade que importantes personagens bíblicas como Abraão, Moisés e Jesus, todos recorrentemente citados

no Corão em meio a inúmeras expressões de enaltecimento e respeito como a que transcrevemos a seguir:

Quem rejeitaria a religião de Abraão senão os insensatos? Nós o elegemos neste mundo; e no Além, ele estará entre os justos.

Quando Deus lhe disse “Submete-te”, respondeu: “Submeto-me ao Senhor dos mundos.”

E Abraão transmitiu sua crença a seus filhos, e Jacó, aos seus, dizendo: “Sim, meus filhos, Deus escolheu esta religião para vós.”

Não deixeis esta vida senão submissos.

Não estáveis presentes quando, à chegada da morte, Jacó perguntou a seus filhos: “Quem adorareis depois de mim?”

E eles responderam: “Adoraremos teu Deus e o Deus de teus antepassados Abraão e Ismael e Isaac, um Deus único a quem nos submetemos.”

Aquela nação já se foi. A ela o que mereceu. A vós o que merecestes. Ninguém vos pedirá contas do que eles faziam.

Dizem: “Sede judeus ou cristãos, e estareis no caminho reto.”

Responde: “Não, segui antes a religião de Abraão, um homem de fé pura, que não era um idólatra.”

Dizei: “Cremos em Deus e no que nos foi revelado e no que foi revelado a Abraão e a Ismael e a Isaac e a Jacó e às tribos, e no que foi outorgado a Moisés e a Jesus e aos Profetas pelo seu Senhor.

Não fazemos distinção entre eles, e a Ele nos submetemos.”

Se crerem no que credes, estarão na senda da retidão e se se afastarem, estarão no cisma. Deus te sustentará contra eles. Ele ouve tudo e sabe tudo.

Aceitamos a marca de Deus. E que outra marca é melhor? E só Ele adoramos (ALCORÃO, 2 [A vaca], 130-137, p. 40).

Comentário

Nesta atividade, apoiando-se em trechos do Corão presentes no texto da aula, você deve explicar que a luta contra a idolatria representou a principal motivação de Maomé para a criação do Islã. Ato arbitrários como a purificação da Kaaba e as disputas contra tribos pagãs de Meca podem ser citados.

Sobre o Judaísmo e o Cristianismo, você deve explicar as divergências em torno das heranças bíblicas, das recusas na aceitação da mensagem de um novo profeta, das traições em torno de antigas alianças divinas, além dos problemas teológicos em torno da divindade de Jesus e da condenação do dogma da Trindade nicena.

Impactos e conflitos em torno da difusão do monoteísmo islâmico por Maomé

Por descender de uma tribo de mercadores quraysh (coraixitas), ligada às sociedades pastoris ao redor de Meca, no sudoeste da Península Arábica, e da Síria, Maomé cresceu cercado por tradições politeístas, sem contudo ter aprendido a ler ou a escrever. Seus familiares frequentavam a Kaaba (santuário de divindades locais no centro de Meca). Em meio à diversidade de cultos tribais e conflitos familiares, sua sociedade demonstrava anseio por um guia político e religioso.

Maomé conhecia profundamente os traços de organização e códigos sociais tribais árabes e soube, com êxito, apropriar-se deles em nome de um discurso de unidade. Segundo o historiador Albert Hourani (1994), alguns desses traços sociais árabes precisavam ser imediatamente adaptados às novas propostas de coletividade e política trazidas pelo Profeta. Caso contrário, o discurso revelador do anjo Gabriel se perderia entre as centenas de divindades locais, diluído em meio às disputas regionais.

Citemos alguns dos aspectos centrais que formavam a identidade ou o *ethos* das tribos árabes nos séculos VI e VII:

- Coragem: marcada por forte belicismo intertribal, intensos nomadismos, além de ampla circulação de riquezas, aliada à recorrente prática da pillhagem e dos saques às caravanas mercantis.
- Hospitalidade/reciprocidade: marca do forte tribalismo das primeiras comunidades islâmicas.
- Lealdade à família (nuclear e extensa), que passou de uma expressão de nível local para significar a própria continuidade do Islã como uma grande congregação de fiéis, unidos por laços genealógicos a Abraão.
- Ancestralidade – além da descendência abramica, o Islã manteve a prática de realização dos conselhos dos chefes tribais familiares, transformando-os em órgãos fixos do Estado islâmico, principalmente após a morte de Maomé.

Dessa forma, acreditava Maomé poder concretizar o tão almejado princípio da subordinação. Suprimindo os poderes dos chefes locais subordinando-os a Allah e ao Profeta, o Islã só poderia existir através da sua organização em forma de Estado árabe unificado e teocrático, congregando todas as tribos e reprimindo fortemente as práticas consideradas idolátricas.

Como se vê, muito além de um discurso de unidade religiosa, Maomé aspirava à chefia de uma Arábia teocrática legitimando conquistas dentro da Península, firmando alianças e, em última instância, realizando conversões ao Islã.

Confirmando a intenção de conciliar os interesses do Islã às demais realidades sociais e religiosas da Península Arábica, logo nas primeiras narrativas islâmicas sobre a vida de Maomé encontramos trechos em que rabinos judeus, monges cristãos e até adivinhos locais teriam previsto o advento de um novo profeta. Sua revelação foi então legitimada por todas as outras crenças já existentes, como resultado de uma “evolução religiosa” do mundo árabe.

Entretanto, ainda que se insistisse em mostrar uma suposta aceitação por cristãos e judeus, a difusão da postura profética e subordinacionista do Islã entre as inúmeras congregações tribais árabes não foi tarefa fácil. A revelação da mensagem foi politicamente marcada por intensos conflitos. Nos arredores de Meca, o monoteísmo rígido de Maomé sofre fortes oposições por parte de famílias que mantinham cultos ancestrais aos seus antepassados e que frequentavam a Kaaba, o conhecido santuário politeísta.

Maomé, quando iniciou sua missão de expandir a mensagem unitária de Allah, tinha já 42 anos. Mesmo em sua última década de vida, a rejeição e a perseguição das tribos de Meca eram ainda tão fortes que o obrigaram, em 622, a se afastar da cidade partindo rumo a Yahtrib (cidade que depois seria chamada de Medina), num processo que ficou conhecido como “a Hégira”. Para muitos grupos muçulmanos, com a Hégira surgia o Islã.

A expulsão de Maomé e de seus discípulos de Meca girou em torno de sérias motivações sociais. Em face da forte opressão do discurso islâmico sobre as práticas idolátricas, o Profeta e seus seguidores muitas vezes destruíam locais de cultos pagãos. Nesses rompantes de “purificação religiosa”, chegaram a atacar o santuário da Kaaba, eliminando todas as divindades presentes e transformando-o em local de culto a Allah.



Sobre as fontes históricas medievais do mundo islâmico disponíveis na internet, indicamos o *site* Internet Islamic History Sourcebook, que disponibiliza os principais registros históricos sobre a trajetória do pensamento islâmico, dividindo seu conteúdo em temas cronologicamente organizados: a vida e pregação de Maomé, a formação dos califados e o período turco-otomano. Todas as fontes encontram-se em língua inglesa em www.fordham.edu/halsall/islam/islambook.html

Em meio aos crescentes conflitos com as tribos pagãs, Maomé foi diversas vezes denunciado ao seu tio e protetor Abu Talib. Entre as várias acusações que sobre ele pesavam, seus opositores afirmaram: “Seu sobrinho amaldiçoou nossos deuses, insultou nossa religião, zombou de nosso modo de vida e acusou nossos antepassados de erro” (HOURANI, 1994, p. 34).



É importante considerar que em 656, já no período do califado ortodoxo (Rashidun), Ali, sobrinho de Abu Talib e primo em primeiro grau de Maomé, recebe o título de califa, rodeado de forte oposição. Assassinado em 661, Ali deu origem ao grupo que insistia na ideia de que apenas a descendência familiar masculina de Ali e de Fátima (esposa de Ali e filha do profeta) poderia perpetuar o poder e divulgar corretamente a palavra de Maomé. Esse grupo denominou-se xiita, diferenciando-se radicalmente dos sunitas por questões de cunho político.

Para não perpetuar o ambiente de conflitos de Meca, em Yahtrib, Maomé põe em prática uma estratégia política que tinha sido, até então, incompreendida. O Profeta e seus seguidores (dissidentes de Meca) estabelecem alianças com as principais tribos de Medina e tribos judaicas da região, garantindo a existência de um espaço sagrado onde prevaleceria o livre-arbítrio religioso: o Haram.



O Haram é considerado uma espécie de “pátio” ou área sagrada em Meca onde se localiza a Kaaba, antigo santuário politeísta. A Kaaba fica exatamente no centro do Haram, e quando “purificada” por Maomé no século VII, tornou-se o local mais sagrado para o Islã.

O Haram teria sido fundado inicialmente como uma localidade política onde prevaleceriam a paz e a liberdade de culto, mas com a expansão islâmica, o núcleo religioso do Haram e o edifício da Kaaba (em forma de quadrado) tornaram-se os principais locais de peregrinação islâmica durante a Idade Média.

Acreditava-se terem sido o Haram e a Kaaba fundações de Abraão, pois lá teria deixado uma pedra sagrada, ou a Pedra Negra (um grande meteorito escuro que foi feito de símbolo fundador da descendência abrahâmica do Islã, formando uma das paredes que sustentam a Kaaba, segundo Karen Armstrong). Anualmente, desde a Idade Média, os milhões de peregrinos que chegam ao coração de Meca circundam a Kaaba por sete vezes consecutivas e beijam fervorosamente a pedra negra.

Por um lado, a existência do Haram e as alianças tribais em Medina proporcionaram um acúmulo gradativo de poder pelo Profeta, que o deixou em condições de lutar pessoalmente contra sua tribo natal (quraysh). Combatendo os coraixitas, Maomé demonstrava politicamente a natureza da confederação islâmica (Ummah). Convicto do respaldo dos anjos e de Allah, o Profeta afirmava lutar contra tudo aquilo que considerava maligno, defendendo o que era certo, bom e virtuoso. Por outro, as relações de aliança mostravam-se extremamente frágeis, tanto com cristãos quanto com judeus. Há relatos de banimentos, desterros e massacres a grupos monoteístas que se opunham ao Profeta.

Entretanto, o historiador Leon Poliakov (1996, p. 24) observa corretamente que é absolutamente falso descrever Maomé como pregador do “ferro e fogo” contra todos os que a ele resistiam. Os famosos versículos do Corão “Matar os infiéis onde quer que os encontréis: tomai-os, cercai-os” eram aplicáveis às tribos árabes pagãs e não aos grupos que descendiam das Sagradas Escrituras.

Concluindo, é possível traçar algumas das naturezas da mensagem do Profeta, que legitimavam o ideal de unidade e supremacia da observância rígida dos rituais sagrados. A mensagem islâmica do século VII pode ser então caracterizada como escatológica, fortemente moralizante (pregando a benevolência, a caridade e a contenção sexual), disciplinadora (estabelecia obrigatoriedades como a prece regular e a rigidez no manuseio e consumo dos alimentos), além de impor que rituais sagrados estivessem livres de sangue animal ou humano.

Finalmente, aglutinando todas as naturezas citadas, temos a concepção subordinacionista, que divulgava como suprema a vontade de Allah, autorizando a radicalização do tratamento oferecido às tribos pagãs, das principais famílias de Meca.



Atende aos Objetivos 2 e 3

3. Analise as motivações que levaram o profeta Maomé a propor a construção de um Estado árabe teocrático como única expressão possível de organização para a *Ummah* do Islã. Procure utilizar os trechos do Corão presentes na aula que revelem as práticas disciplinadoras impostas pelo Profeta às tribos árabes, em busca da unidade.

RESUMO

Quando estudamos a formação do Islã a partir do discurso corânico, podemos observar que o modelo monoteísta pensado pelo profeta Maomé para a unidade das tribos árabes inspirou-se nas principais culturas com as quais o mercador de quraysh mantinha contatos.

Apesar das fortes divergências com os paganismos persa e árabe, Maomé não pregou a destruição dos “povos do Livro”. O projeto da *Ummah* deveria primeiramente passar por uma subordinação política (e não religiosa) desses grupos, o que tornou as divergências entre cristãos (bizantinos e mediterrâneos) e árabes muçulmanos ainda mais profundas e irreversíveis.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos o mundo islâmico e sua expansão territorial após a morte de Maomé. Estudaremos as sucessões políticas sob a estrutura dos califados nas fases ortodoxa (632-661) e omíada (661-750), e seus impactos sobre as Cristandades no Mediterrâneo e no Império Bizantino.

Aula 9

Do reino árabe
ao Império
Islâmico:
O califado
ortodoxo e o
califado omíada
(632-750 d.C.)

Meta da aula

Analisar a expansão do mundo árabe e islâmico após a morte de Maomé, em 632. Abordaremos especificamente os períodos de maior êxito das campanhas de conquista, durante os califados ortodoxo (632-661) e omíada (661-750).

Objetivos

Ao final do estudo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar, nas primeiras décadas do poder islâmico pós-Maomé, os valores que impulsionaram os programas de expansão islâmica para além da Península Arábica;
2. analisar o perfil político e religioso do poder omíada em sua política expansionista, associando-o ao conceito de Estado monárquico árabe;
3. reconhecer as principais diferenças e contradições entre os projetos de poder idealizados para o Islã pelos califados ortodoxo e omíada.

Pré-requisitos

Para um adequado aproveitamento desta aula, sugerimos que você procure revisar os principais significados atribuídos ao Islã, pelas pregações e ideais de seu profeta Maomé.

Entendendo-os como resultado de interacionismos culturais com o Judaísmo, o Cristianismo monofisista e a cultura persa-sassânida, busque resgatar os conceitos desenvolvidos na Aula 8, como o subordinacionismo, a teocracia e o monoteísmo rígido, que serão fundamentais para entender as diversas formações alcançadas pelos califados islâmicos na Idade Média. Além disso, revise os principais eixos de comportamentos rituais de subordinação a Allah, como o exclusivismo religioso, a oração, a qibla à Meca, o jejum do Ramadan, a peregrinação, e a caridade intermediada pelo Estado.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século VII, o legado subordinacionista de Maomé, divulgado ao redor das cidades de Meca e Medina (Yahtrib), converteu-se em legítima concepção de Império Árabe. Acreditavam seus discípulos e parentes mais próximos que uma verdadeira islamização do mundo árabe só poderia ser de fato alcançada caso estivesse representada pela figura de um Estado centralizado e extenso.

A Península Arábica, com suas tribos unificadas pelo ideal da *Ummah*, seria o berço desse Estado e cultivou as bases filosóficas e políticas para o processo histórico denominado islamização medieval.

Inicialmente, o projeto original de Maomé ambicionava a construção de um Estado teocrático que abarcasse e diluísse a diversidade tribal árabe sob a égide do Islã unificador. Logo, o intuito era concentrar esforços, na própria Península Arábica, para a criação de um sistema político até então desconhecido da maioria das tribos locais, cujos esquemas de organização social ainda se baseavam nos valores de ancestralidade familiar.

Isso significa afirmar que, após a morte de Maomé, seus seguidores cultivavam a certeza de que a única possibilidade de pôr fim a um histórico sentimento de inferioridade árabe perante bizantinos e persas, consolidando a afirmação étnica árabe, seria por intermédio da mensagem unificadora da *Ummah*, a comunidade islâmica. Essa comunidade, a partir de 632, foi simbolizada pela figura política dos califas da *Rashidun* (do árabe, “representantes corretamente orientados”), ou seja, membros fiéis aos princípios do Profeta, que o representariam perante todas as tribos da Península.

Esse novo sistema de poder árabe – o califado – e sua aceitação pelas tribos podem ser considerados como os maiores desafios políticos enfrentados pelo Islã, a partir de 632.

O califado ortodoxo – os *Rashidun* (632-661)

Os califas “corretamente orientados” assumiram a difícil tarefa política e religiosa de pôr em prática o ideal filosófico do *Dar al-Islam* (a “casa do Islã”). Ainda que já fosse possível apontar para o processo histórico de formação de um Estado unificado para a Península Arábica, é interessante notar que a cultura política exercida durante a sucessão de Maomé permaneceu vinculada aos laços de amizade e de ancestralidade familiares.

Assim, nos primeiros passos para a politização do Islã na Idade Média, foram escolhidos parentes próximos ou antigos companheiros de Maomé. Os laços de sangue e fidelidade típicos das sociedades tradicionais serviram de critérios de escolha para os chefes de Estado e, também, como ímpeto para dissidências políticas daqueles que não se sentiam representados pelos *Rashidun*.

Nessas quatro décadas de reorganização dos poderes árabes islamizados, os discursos de unidade dos califas jamais associaram Maomé a um *status* de divindade, mas sim um homem perfeito, cujas práticas cotidianas deveriam ser exemplarmente reproduzidas. Para isso, a literatura religiosa que trazia ensinamentos, práticas e tradições orais atribuídas ao Profeta, como a ***Sunna*** e os *A-Hadith*, foram preciosos instrumentos de leitura pública e de identidade étnica da *Ummah*.

Outro importante perfil dos *Rashidun* na configuração política árabe foi a forte oposição ao pensamento derrotista e vigilante. Ao contrário das tendências observadas nas teocracias bizantinas e nas realezas germânicas cristianizadas, para o Islã do século VII a subordinação a Allah e ao Profeta não deveria estar associada à concepção de pecado humano.

As sucessivas vitórias alcançadas pelos exércitos árabes unificados jamais eram interpretadas como desdobramentos de uma guerra santa, mas sim tomadas como oportunidades de

Sunna

Do árabe, significa costume ou tradição. Conjunto de registros familiares sobre a vida e as práticas religiosas de Maomé, entendidos como base exemplar da conduta do fiel islâmico. Por sua importância exegética, o conteúdo da *Sunna*, juntamente às tradições inscritas nos *A-Hadith* (ver Aula 8), orientou os trabalhos dos juristas e consultores islâmicos na elaboração dos códigos da Lei islâmica (*Shariyah*). Até os dias atuais, a *Sunna* aparece, ao lado do Corão, como o texto de maior devoção social na maioria das comunidades e países islâmicos.

aprimoramento e enaltecimento do divino. Nesse sentido, são válidas as comparações estabelecidas por Karen Armstrong sobre as disparidades islâmicas e cristãs relativas ao universo punitivo:

Onde os cristãos discerniam a mão de Deus no fracasso e na derrota aparentes, quando Jesus morre na Cruz, os muçulmanos experimentavam o êxito político como sagrado e como revelação da presença divina em suas vidas (ARMSTRONG, p. 71).

Valendo-se de discursos que construía uma auto-imagem positiva, os quatro califas *Rashidun* (sucessivamente, Abu Bakr, Umar Ibn Al-Khattab, Uthman ibn Affan e Ali Ibn Abu Talib) preocuparam-se em transformar o Islã em um projeto que iria além dos círculos de Medina. Mas o desafio certamente era ainda maior por se tratarem de líderes sem qualquer legitimidade religiosa, e que assumiam a tarefa de preservar a essência do Islã sob a forma de um Estado teocrático.

É necessário lembrar que os califas não eram profetas (**Mahdi**) e nem poderiam aspirar a sê-los. Além disso, suas legitimidades eram pautadas nas relações pessoais que mantiveram com Maomé.

Paralelamente aos obstáculos de legitimidade política inerentes à autoridade do califa, o Estado árabe delineado pelos *Rashidun* impunha uma série de transformações na vida social e nas estruturas de poder do Islã árabe.

A adoção de um governo de moldes estatais (de forte influência bizantina e persa) trouxe consigo a necessidade de criação de uma espécie de “mundo oficial”, antes desconhecido para a maioria árabe. A existência do Estado exigia a formação de uma burocracia a serviço do califa, de um exército profissionalizado e de políticas sociais para gerir os grupos não-islâmicos, os chamados **dhimmis**.

Mahdi

Do árabe, significa "profeta". Denominação honrosa usada primeiramente nas referências a Maomé. Após sua morte, torna-se honraria conferida apenas aos líderes religiosos de profunda deferência social, mas jamais como título que lhes daria equivalência ao maior dos profetas, Maomé.

Dhimmis

Do árabe, significa “súditos protegidos”. Termo jurídico aplicado a partir do segundo califa ortodoxo (Umar ibn Al-Khattab) aos povos “agregados” ao poder árabe islâmico, mas que jamais seriam vistos alcançando os mesmos graus de reconhecimento social que os fiéis a Allah. Como eternos cidadãos “de segunda categoria”, eram grupos aceitos para viverem sob o governo islâmico, embora submetidos a taxas específicas, a diversas restrições quanto à publicização das suas práticas religiosas, e controle das relações de reciprocidade social com os muçulmanos.

Até então, prevalecia um modelo militar que dependia de sucessivos recrutamentos e frágeis esquemas de fidelidades com milícias tribais árabes, compostas de soldados mercenários de maioria nômade, sem apego aos poderes políticos centralizados. Já, com a ascensão do califado ortodoxo, notamos sérias rupturas nas antigas relações de poder. A maior parte do contingente militar passa a ser formado por combatentes recrutados entre os persas (sassânidas) que, por herança imperial, traziam consigo uma forte natureza sendentária e institucional.

Fitnah

Do árabe, "provação". Palavra que se refere ao conjunto de conflitos civis entre opositores e defensores das políticas de unificação islâmica que marcaram a história dos califados após 632.

Mawalli

Grupos de origem não-árabe que se islamizaram pelos contatos estabelecidos com comunidades islâmicas após a morte de Maomé. Geralmente, eram vistos como que submetidos a um pacto de "patronagem", onde exerciam a secundária posição de "clientes" ou "fregueses" dos grupos originariamente muçulmanos. Os *mawalli* representaram intenso foco de conflitos e revoltas contra os califados, principalmente por exibirem suas insatisfações sociais e econômicas.

Opostos ao estilo miliciano dos soldados nômades da era pré-islâmica, os exércitos de origem persa, ao chegarem à Península Arábica, demarcavam um claro contraste e uma cisão com a antiga vida tribal local. É exatamente na conjuntura de choques culturais da nova Arábia islâmica que inúmeras guerras civis são deflagradas, no conflito entre tradição e ruptura. Para muitos religiosos do século VII, os confrontos civis ficaram conhecidos como **fitnah**.

Além das violentas guerras civis que marcaram todo o período ortodoxo e omíada do Islã, a preeminência do estilo persa de governo refletiu-se na divisão e militarização do espaço urbano. Como legitimidade das áreas de conquista, os califas optaram pela construção de cidadelas militarizadas, afastadas das populações dominadas. Cidades como Fustat, Qum, Basra e Kufa são criadas com esse intuito, e outras como Damasco (conquistada dos bizantinos em 635), são gradativamente militarizadas.

Além das políticas oficiais de militarização do Estado que buscavam conter as guerras civis, os *Rashidun* dedicaram-se igualmente a abafar as sucessivas revoltas beduínas dos **mawalli**, que se opunham à gradativa centralização administrativa e às condições de inferioridade social impostas aos "recém-chegados" ao Islã (os *muwalladun*, ou conversos). Assim como ocorreria posteriormente com as tribos bérberes do norte da África durante a conquista omíada da Península Ibérica em 711 d.C. (assunto a ser discutido na Aula 11), os *mawalli* beduínos tinham dificuldades de se integrarem e de serem integrados à *Ummah*.

Sabemos que a formação do Islã medieval e a unificação da Arábia foram caracterizadas por tentativas de equilíbrio político em meio às diversidades étnicas e culturais dos poderes tribais locais (famílias extensas). Contudo, muitos conversos se consideravam distantes dos propósitos de desenvolvimento de uma “consciência política” de pertencimento à chamada “confederação islâmica”, implementada pelos *Rashidun*. Nesse momento, perpetuando o legado teocrático do profeta, o califa torna-se o *Amir al-Maamunim* (do árabe, “príncipe dos crentes”), cuja autoridade alcançava reconhecimento político valendo-se de princípios vinculados à fé.

Entretanto, a política de inferiorização dos beduínos recém-convertidos ao Islã não foi reproduzida sobre outros grupos étnicos e religiosos que, com o avanço das conquistas árabes, passariam a viver sob a lógica de subordinação a Allah. O segundo califa da dinastia ortodoxa dos *Rashidun*, Umar Ibn Al-Khattab, estabelece uma listagem de direitos e deveres atribuídos aos chamados “súditos protegidos”, principalmente, cristãos e judeus, os *dhimmis*. Nessa listagem, encontramos interessantes colocações sobre a visão islâmica do “outro”, e os limites admissíveis nas relações sociais do Oriente medieval islamizado.

A seguir, reproduzimos apenas parte do texto denominado “pacto de Omar” (Umar), sendo que o restante do estatuto será oportunamente discutido na Aula 11, que versará sobre a presença omíada no Ocidente ibérico no século VIII.

(...) Os *dhimmis* não se servirão do Corão para ridicularizações, nem falsearão seu texto.

Não falarão do Profeta em termos mentirosos ou desdenhosos.

Nem do culto do Islam com irreverência ou derrisão.

Não tocarão em mulher muçulmana, nem procuração desposá-la.

Não procurarão, de modo algum, desviar um muçulmano de sua fé, nem atentarão contra seus bens ou sua vida.

Eles não darão socorro ao inimigo, nem darão abrigo a espiões.

A transgressão de uma única dessas seis condições anula o tratado e retira dos *dhimmis* a proteção dos muçulmanos. (POLIAKOV, 1996, p. 31).

O historiador Leon Poliakov menciona ainda outras seis condições de comportamento social e público presentes no pacto de Omar para os “súditos protegidos”. Um pouco menos austeras do que os princípios primeiros que orientaram o estatuto dos *dhimmis*, as violações às condições estabelecidas seriam punidas exemplarmente. Porém, ao contrário dos seis princípios transcritos anteriormente, é interessante perceber que esses não colocariam em risco a continuidade do pacto em si, nem o anulariam:

Os *dhimmis* usarão o *ghiyar*, uma sinal distintivo, normalmente amarelo para os judeus, azul para os cristãos.

Não construirão casas mais altas do que as dos muçulmanos.

Não tocarão seus sinos e não lerão em voz alta seus livros, nem o que eles contam de Ezra e do Messias Jesus.

Não beberão vinho em público, nem mostrarão suas cruzes e seus porcos.

Enterrarão seus mortos em silêncio, e não deixarão ouvir suas lamentações ou seus gritos de luto.

Não usarão cavalos, nem de raça nobre, nem de raça comum; mas podem montar mulas ou asnos.

Os *dhimmis* deverão pagar tributos sobre duas formas diferentes: o *kharadj*, imposto fundiário, já mencionado, e a *djizyia* ou *djaliya*, capitação a ser paga pelos homens adultos, “que têm barba” (POLIAKOV, 1996, p. 31).

Alguns historiadores como Albert Hourani e Bernard Lewis afirmam ser o estatuto da *dhimma* um dos mais avançados códigos sociais do período, por ter a intenção legal de alcançar sociedades

e culturas distantes do Islam, como budistas, zoroastristas e hindus, além dos já mencionados cristãos e judeus.

Nessa conjuntura de antagonismos com as raízes tribais e nômades do mundo árabe pré-islâmico, os historiadores identificam nos primeiros califados medievais, as claras dificuldades de absorção das noções e práticas de Estado (de inspiração notadamente bizantina e sassânida), levando o Islã à construção de modelos políticos absolutamente originais, a exemplo da criação dos estatutos legais dos *dhimmis*.



Atende ao Objetivo 1

1. No contexto da forte expansão muçulmana do século VII, o documento a seguir, de origem persa, do século IX, relata a conquista da cidade bizantina de Damasco (Síria), durante o califado de Umar Ibn Al-Khattab (Omar). Após a leitura do documento, procure selecionar trechos que revelem o perfil das relações sociais e materiais estabelecidas entre os califas ortodoxos e os povos dominados, aqui representadas pelas autoridades eclesiásticas bizantinas e os cristãos de Damasco.

Elabore um pequeno comentário para cada trecho selecionado na atividade.

(...) Os habitantes de Damasco instalaram-se nas fortificações e fecharam as portas da cidade. Khâlid ibn-al-Walid, à cabeça de uns 5.000 homens que Abu-Ubaydah ⁽²⁾ tinha posto sob o seu comando, acampou junto de al-Bâb ash-Sharki . [Entretanto os outros chefes militares acamparam junto das demais portas]. (...)

O bispo que tinha a provisionado Khâlid com alimentos no princípio do cerco havia-se instalado nas muralhas. Um dia Khâlid chamou-o e, quando ele chegou, cumprimentou-o e ambos conversaram. Noutra dia o bispo disse [a Khâlid]: «Abu-Sulaimân, a tua posição está melhorando e tens uma promessa a cumprir em relação

a mim; façamos um acordo para esta cidade.» Imediatamente Khâlid pediu um tinteiro e pergaminho e escreveu:

«Em nome de Allah, o compadecido, o misericordioso. Isto é o que Khâlid concederá aos habitantes de Damasco se entrar dentro dela: promete dar-lhes segurança pelas suas vidas, propriedades e igrejas. As muralhas da cidade não serão demolidas, nem nenhum muçulmano será aquartelado nas suas casas. Portanto, damos-lhes o pacto de Allah e a protecção do seu Profeta, dos califas e dos crentes. Enquanto pagarem o imposto, nada de mau lhes acontecerá .

Uma noite, um amigo do bispo veio até junto de Khâlid e informou-o de que era noite de festa para os habitantes da cidade, os quais, por estarem todos ocupados, haviam bloqueado a porta Sharki com pedras, deixando-a sem guarda. Sugeriu então que Khâlid procurasse uma escada. Certos ocupantes do convento junto do qual Khâlid tinha acampado trouxeram-lhe duas escadas pelas quais alguns muçulmanos treparam à parte mais alta da muralha e desceram até à porta que estava guardada apenas por um ou dois homens. Os muçulmanos entreadjudaram-se e abriram a porta. Isto deu-se ao nascer do Sol.

Entretanto Abu-Ubaydah tinha procurado abrir a porta Jâbiyah enviando alguns muçulmanos por cima da muralha. Isto fez com que os combatentes gregos [soldados bizantinos] acorressem a esse lado e dessem um violento combate aos muçulmanos. Contudo, por fim, os Gregos fugiram. Então Abu-Ubaydah, à cabeça dos muçulmanos, abriu à força a porta Jâbiyah e fez através dela a sua entrada [na cidade]. Abu-Ubaydah e Khâlid ibn-al-Walíd encontraram-se em al-Maksalât, que era o bairro dos caldeireiros em Damasco (AL-BALADHURI apud ESPINOSA, 1972, p. 97-98).

de legitimidade do Estado árabe e, simultaneamente, uma profunda transformação no perfil religioso do Islam medieval.

A dinastia Omeia (iniciada com o califa Muawwiyah) exibiu tendências centralistas e burocráticas bem mais abrangentes do que seus antecessores ortodoxos, sendo responsável pelos mais surpreendentes êxitos nos programas de expansão territorial (como a conquista da Península Ibérica, por exemplo), já em prática desde a morte do profeta.

É importante destacar aqui que as duas décadas de tradição do legado teocrático dos *Rashidun* seriam agora substituídas pelo ideal de um Império Árabe propriamente dito. Os califas omíadas abandonam gradativamente o papel de orientadores e líderes religiosos (ímãs), para dedicarem-se exclusivamente ao universo de corte, à administração, aos impostos, e à vida cultural.



A oposição da dinastia Omeia ao último califa ortodoxo, Ali ibn Abu Talib (primo de Maomé) deu origem à formação do movimento xiita na Idade Média. Os xiitas consideravam que apenas os familiares, descendentes diretos de Ali (que também era reconhecido como líder espiritual, um ímã) poderiam ser eleitos califas, e rejeitavam a possibilidade de que, dentre os seguidores do profeta, surgissem líderes políticos e religiosos que conduzissem o Islã. Muito embora representassem importante núcleo político, o movimento xiita foi alvo de repúdio e banimento em todos os territórios comandados por califas omíadas e abássidas que tinham, em sua maioria, natureza sunita (seguidores da *Sunna*). Até os dias atuais, a divisão do mundo islâmico entre sunitas e xiitas deve ser entendida como uma divisão exclusivamente política, e não de oposição religiosa.

Em pouco mais de cinquenta anos, o Império Árabe, sob administração omíada, se estendia dos Pireneus ao Himalaia, impondo derrotas às duas principais potências do mundo medieval – o Império Bizantino e os persas sassânidas, conforme vimos em nossa Aula 8.

Para entendermos os êxitos omíadas, é necessário refletirmos sobre os princípios que orientaram esse distinto califado, e as várias naturezas de seu particular ímpeto expansionista.

Em um primeiro plano, identificamos na dinastia Ommeya traços de um Estado árabe de caráter secular e aristocrático. Sem negar as bases fundamentais de islamização das áreas de conquista a partir dos eixos de administração do Estado, os omíadas abriram-se para a plena circularidade cultural no Oriente medieval.

Tão logo alcançassem os êxitos esperados pelas guerras, os omíadas mostravam que seus objetivos de conquista eram antes marcadamente políticos e estratégicos, do que propriamente religiosos. Entre eles, não havia a santificação da guerra como projeto de poder, ou como impulso que os levasse à universalização da crença em Allah.

Em muitos casos, o que encontramos são ocupações realizadas a partir dos vazios de poder exibidos nas áreas conquistadas. Os domínios territoriais omíadas podem ser considerados então, decorrências políticas das guerras.

Como exemplos da substituição de poderes, vale citar que, durante a crise da monarquia visigoda nas últimas décadas do século VII, diversos setores aristocráticos aliados do governo de Toledo, e comunidades judaicas convertidas à força ao Catolicismo, apelavam para a entrada dos exércitos omíadas em território ibérico.

Na Mesopotâmia e no Egito, cristãos coptas, monofisistas e nestorianos, intensamente perseguidos por Bizâncio como “heréticos”, abraçaram abertamente o domínio islâmico, jurando fidelidade aos califas. Entre os coptas, muitos chegaram inclusive a se converter voluntariamente ao Islã, em sinal de profunda gratidão pelo fim das perseguições.

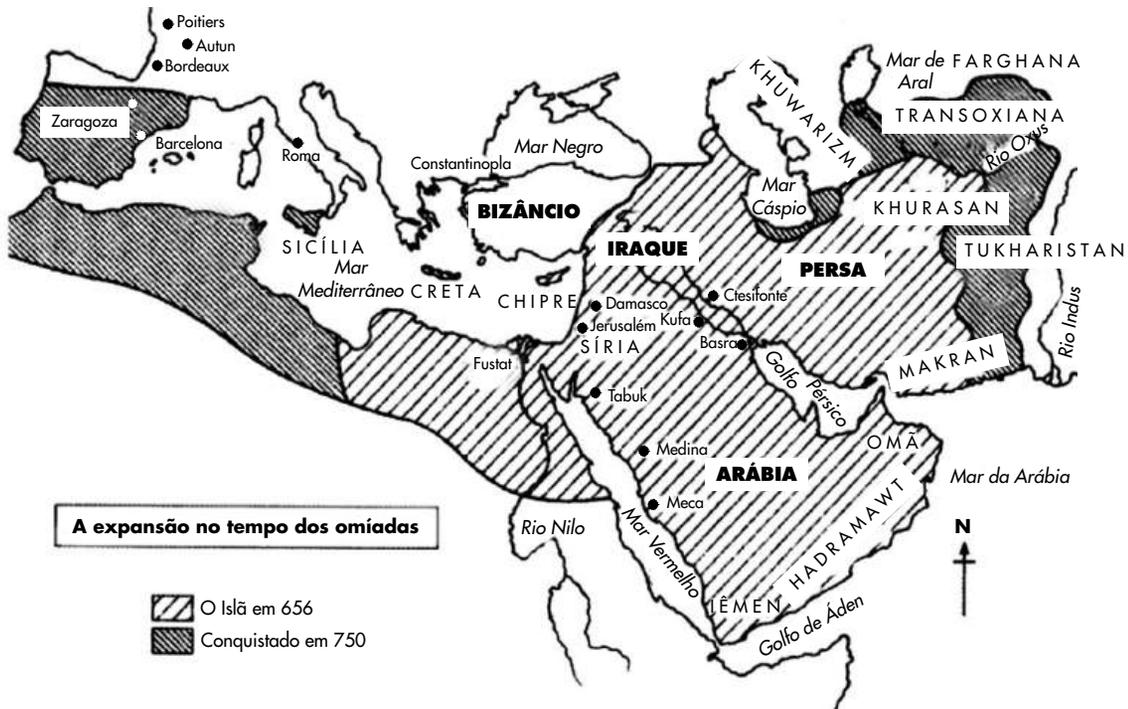


Figura 9.1: Os vastos limites territoriais omíadas e a periodicidade das conquistas, entre os séculos VII e VIII.

Assim, podemos observar que as campanhas militares do Islã omíada não se associavam diretamente a projetos de conversão religiosa. Caso ocorressem (e em muitos casos, a islamização foi sistemática), o seriam pelas vantagens políticas e os relativos *status* sociais oferecidos aos novos membros da *Ummah*.

Estamos nos referindo principalmente aos episódios de conversões de membros de origem cristã ou judaica que, ao abraçarem a crença em Allah e em seu profeta, se livravam das condições secundárias de cidadania impostas aos *dhimmi*s, para assim ascenderem aos primeiros planos da hierarquia social do mundo islâmico.

Logo, ao analisarmos as estratégias do expansionismo omíada e suas naturezas, seria mais comum encontrarmos episódios de saques e pilhagens às regiões invadidas, aliadas à continuidade de estruturas administrativas locais, do que propriamente evidências de imposição de um modelo religioso.

Essas características tornavam a dinastia omíada, bem como a cultura por ela desenvolvida, ainda mais efêmeras diante das estruturas cristãs de natureza teocrática, tão comuns no Mediterrâneo ocidental e no mundo bizantino.

A prática dos estatutos jurídicos firmados aos *dhimmi*s desde o período ortodoxo, comprova aos historiadores medievalistas que, entre os islâmicos de origem omíada, não se consolidaram projetos de dizimação ou apelos políticos dos califas pelo uso de “agressividade” aos povos conquistados. Antes, pelo contrário,

(...) É preciso deixar claro que, quando irromperam Arábia afora, os árabes não estavam sendo impelidos pela ferocidade do “Islã”. Os ocidentais muitas vezes presumem que o islamismo seja uma fé violenta, militarista, que se impõe aos povos submetidos à ponta da espada. Essa é uma errônea interpretação das guerras de expansão muçulmanas. (...) O objetivo (...) era inteiramente pragmático: eles queriam a pilhagem e uma atividade comum que preservasse a unidade da *umma*. Por séculos, os árabes haviam tentado atacar as terras mais ricas e já colonizadas que existiam para além da península; a diferença era que dessa vez eles tinham encontrado um vácuo de poder (ARMSTRONG, 2001, p. 72).



Para um melhor entendimento dos estereótipos, interpretações, e visões mitológicas construídas pela Cristandade sobre o Islã, os árabes, e a sua expansão territorial, sugerimos a leitura de um interessante artigo do historiador italiano Franco Cardini, “Nas raízes do encontro-desencontro entre Europa e Islã. Um profeta e três continentes”, publicado na revista *Signum*, da Associação Brasileira de Estudos Medievais, n. 3, 2001, p. 37-59.

O autor demonstra de forma profunda que a proximidade das conquistas islâmicas, principalmente a rapidez das campanhas omíadas na dominação do debilitado mundo ibérico visigodo, acirraram ainda mais as rivalidades, e garantiam a afirmação cristã de um discurso defensivo contra o infiel. Esse infiel, segundo as crônicas cristãs do período, desejava “destruir a Cristandade”, tornando então necessário o desenvolvimento de políticas “defensivas” contra as “raças de circuncisos” que poderiam controlar todo o Mediterrâneo ocidental.



Atende ao Objetivo 2

2. A partir das considerações feitas por Karen Armstrong sobre as guerras de expansão islâmica do século VII, disserte sobre as tendências omíadas de conquista territorial, apontando em sua resposta, as principais estratégias adotadas para as áreas sob domínio do califado.

Heráclio reuniu grandes corpos de gregos, sírios, mesopotâmios e armênios, somando cerca de 200.000 homens [estima-se que teriam sido 50.000]. Colocou este exército sob o comando de um chefe escolhido e enviou como vanguarda Jabalah ibn-al-Aiham al-Ghassâni à cabeça dos Árabes «naturalizados» da Síria, das tribos de Lakhm, Judhâm e outras, resolvido a combater os Muçulmanos a fim de vencer ou de se retirar para a terra dos Gregos e viver em Constantinopla. Os Muçulmanos reuniram-se e o exército grego marchou contra eles. A batalha que travaram em al-Yarmuk foi das mais ferozes e sangrentas. Al-Yarmuk é um rio. Nesta batalha tomaram parte 24.000 muçulmanos e tanto os Gregos como os seus seguidores se ligaram uns aos outros com cadeias para que nenhum pudesse ter a esperança de fugir. Com a ajuda de Allah foram mortos uns 70.000 deles, e os que ficaram fugiram, chegando até tão longe quanto a Palestina, Antioquia, Alepo, a Mesopotâmia e a Armênia. (...) Quando Heráclio recebeu as notícias sobre as tropas em Al-Yarmuk e a destruição do seu exército pelos Muçulmanos, fugiu de Antioquia para Constantinopla. Ao passar o ad-Darb voltou-se e disse: «A paz esteja contigo, ó Síria! Que excelente região para o inimigo!», referindo-se às numerosas pastagens da Síria (AL-BALADHURI apud ESPINOSA, 1972, p. 98-99).

Em 705 d.C., engenheiros, artesãos, e arquitetos cristãos bizantinos são chamados para erguer a conhecida mesquita de Damasco, trazendo para a tradição arquitetônica omíada fortes traços da arte religiosa bizantina comumente aplicadas nas basílicas de Constantinopla.



Figura 9.2: Vista externa da Mesquita de Damasco.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Omayyad_mosque.jpg.

Consulta em 18/6/2008



Figura 9.3: Vista interna da Mesquita de Damasco.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Umayyad_Mosque_-_interior%28js%29.jpg

Consulta em 18/6/2008

Já no século XIV, passando por Damasco, o viajante marroquino Ben-Batuta retratou suas impressões sobre a grande mesquita omíada. Como vemos pelo documento, a capital do califado omíada passa a simbolizar em si mesma todos os princípios do pluralismo islâmico que mais tarde, em 711, passariam também a ser exibidos na Península Ibérica de Al-Andaluz.

MEMÓRIA SOBRE A MESQUITA DE DAMASCO, CONHECIDA PELA MESQUITA DE BANI-OMMIA: É ela a maior das mesquitas do mundo, a mais firme na construção, a mais admirável na beleza e a mais completa na formosura, de maneira que não se sabe haver igual a ela, nem se lhe acha semelhante. Foi o que presidiu à sua edificação e firme construção o príncipe dos crentes Alualid [Califa Al-Walid, 705-715] filho de Abdelmalek [Abd-al-Malik, 685-705], filho de Maruan [Marwan I, 684-685], o qual se dirigiu ao rei dos Gregos em Constantinopla [Justiniano II], ordenando-lhe que lhe mandasse os oficiais, o qual lhe enviou doze mil. As paredes desta mesquita estão todas com pastas de ouro, conhecidas pelo nome de Alfoçaiafaçá, misturadas entre espécies de cores de rara beleza. A medida da dita mesquita no seu comprimento de nascente a poente é de duzentos passos, que são trezentos côvados, e a sua largura de sul a norte, de cento e trinta e cinco passos, que são duzentos côvados. Os números de imagens de sol com vidros de diversas cores que há nela são setenta e quatro. As suas naves são três no comprimento de leste a oeste, sendo a largura de cada uma delas de dezoito passos, sustentadas sobre cinquenta e quatro colunas e oito pedestais de gesso que estão metidos de permeio entre elas e mais seis de mármore com embutidos de outros mármore de diversas cores, em que se representam figuras de *mihrebs* [ponto da parede onde a qibla é apontada] e outras. (...) (ABU-ABDALLAH apud. ESPINOSA, 1972, p. 110).

Resposta Comentada

Nessa resposta, você deve descrever, em tom comparativo, o perfil teocrático do califado ortodoxo, mais vinculado aos valores familiares dos seguidores do profeta Maomé, as dificuldades de implementação das estruturas de Estado, e as políticas desenvolvidas em relação aos grupos sociais conquistados. Para o período omíada, deve-se ressaltar o teor secular atribuído ao Estado (cuja dinastia descendia do governador de Damasco). É necessário analisar o distanciamento em relação ao núcleos familiares do profeta vinculados à Medina, expresso na escolha da nova capital sediada na cidade greco-síria de Damasco. Mencione também para o caso omíada, o forte assimilacionismo presente nos processos de conquista.

RESUMO

Na formação do mundo islâmico medieval, podemos constatar os graus de interacionismos culturais que marcaram a formação de um sistema estatal unificado sob a expressão política do califado. Em muitos casos, juntamente ao discurso de unidade, as estratégias de dominação impostas aos povos conquistados caracterizaram-se pela pilhagem, pela assimilação de estruturas locais de poder, ou também, pelo preenchimento dos “vazios” político-administrativos deixados pelos dominados.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos a formação do califado abássida (séculos VIII ao XIII), suas estruturas de organização política e religiosa, seus movimentos intelectuais, e os obstáculos apresentados na preservação da unidade islâmica sob o poder dos califas.

Aula 10

O Império
Abássida e a
islamização do
Oriente
(750-1258 d.C.)

Meta da aula

Nesta aula, serão analisadas as dimensões políticas, culturais e religiosas da dinastia islâmica mais duradoura do medievo, a dinastia abássida.

Objetivos

Ao final do estudo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer os principais focos de oposição abássida ao poder omíada que justificaram a tomada do poder e a fundação de um novo califado, com capital em Bagdá;
2. analisar a organização das estruturas políticas abássidas e a consolidação de importante movimento cultural no Oriente, o faylasufismo;
3. apontar as fragilidades dos poderes islâmicos na Idade Média central, associando-as ao fenômeno de crise da unidade do Império Abássida em meados do século XIII.

Pré-requisitos

Para um melhor aproveitamento dos conteúdos desta aula, sugerimos que, antes, você desenvolva uma leitura comparativa dos três primeiros momentos do mundo islâmico na Idade Média: o período de Maomé e a expansão de seus princípios de monoteísmo rígido (Aula 8), a continuidade política da teocracia no período dos Rashidun e a formação secular do califado omíada (Aula 9). Dessa forma, você poderá visualizar, em tempos históricos diferenciados, os pontos de continuidade e de afastamento aos pensamentos e práticas idealizados por Maomé, ainda na Península Arábica do século VII.

INTRODUÇÃO

A organização dos poderes islâmicos na Idade Média após 632 d.C. sempre se deu por intermédio da figura do Estado centralizador, organizado sob o comando de um califa. Nesse sentido, por séculos, a adoção desses esquemas políticos e administrativos que não tinham natureza propriamente árabe, e que não consideraram integralmente as bases familiares e tribais da vida árabe tradicional, acabou gerando fortes contradições.

Por um lado, as contradições manifestaram-se na chamada *fitnah* (guerra civil), que revelou as insatisfações de famílias e grupos religiosos islâmicos que não se sentiam contemplados com a expansão dos califados, como os xiitas, beduínos seminômades da Arábia e berberes de Iffriqyah (possessões islâmicas do norte da África que praticamente representavam um califado à parte). Por outro, no seio dos próprios califados, vemos que as intensas lutas políticas que marcaram a ascensão dos omíadas ao poder em 641 passaram gradativamente a adotar também justificativas religiosas para novas e mais violentas tomadas de poder, como a dos abássidas, ocorrida em 750 d.C.

Nesta aula, será estudada a islamização do Oriente medieval concretizada na dinastia abássida.

O Império Abássida: estruturas administrativas e o retorno do ideal teocrático

É nessa conjuntura de enfrentamentos que, em meados do século VIII, a família de Abu al-Abbas al-Saffah, descendente de um dos tios de Maomé (Abbas), irrompe em novo golpe de Estado, defendendo um retorno veemente aos princípios teocráticos enraizados nas palavras do Profeta, encontradas no Corão, na Sunna e nos A-Hadith.

O discurso não trazia apenas simples oposição às tradições seculares omíadas, mas revelava-se imbuído de forte repúdio fratricida. Segundo os seguidores de Abu al-Abbas, os Ommeyas teriam afastado os árabes e os povos islamizados daquilo que consideravam ser os verdadeiros princípios do Corão e da Sunna.

Entre várias acusações, os Ommeyas foram culpados por descaracterizarem o Estado teocrático desejado por Maomé, já que teriam tornado Damasco um centro político e cultural mais importante do que as próprias cidades de Meca e Medina. O califado de Al-Andaluz, com seu mosaico religioso, era o exemplo mais concreto dos alcances das políticas omíadas e de suas visões vanguardistas sobre o Islamismo árabe em terras estrangeiras.

Com sua inclinação pluricultural, no Oriente, os omíadas conseguiram arregimentar ainda mais fortes oposições aos seus governos, principalmente das parcelas populacionais islâmicas de origem persa, que se opunham à preeminência greco-síria de Damasco como centro condutor do mundo islâmico.

Outro foco de repúdio abássida tinha natureza familiar. Conforme discutimos na aula anterior, os omíadas eram descendentes Abu Sufyan, um dos maiores opositores de Maomé, e Abu al-Abbas al-Saffah buscava fundar uma nova dinastia, de caráter reformador e conservador, perseguindo e exterminando todos os seus antecessores omíadas.

Dessa forma, identificamos comparativamente, a partir das hipóteses desenvolvidas por historiadores como Robert Mantran e Bernard Lewis, importantes traços dos califados islâmicos medievais.

Quanto aos omíadas, a historiografia comumente associa-os aos êxitos obtidos dentro da Península Arábica, simbolizando a primazia do chamado “Islamismo árabe”. Já quanto aos seus sucessores abássidas, é comum encontrarmos referências ao caráter pluriétnico apresentado pelas sociedades islâmicas em meados do século VIII.

Além de árabes, sírios, beduínos e bérberes, outros grupos são agregados ao Islã, sendo muitos sob a condição de *mawalli* ("clientes" subordinados a antigas famílias islâmicas, conforme visto na Aula 9).

Com as aceleradas conquistas abássidas, persas de origem sassânida, mongóis do Extremo Oriente e eslavos do leste europeu e dos Bálcãs (nas regiões da Bósnia e do Kosovo) passam igualmente a compor as fileiras do Islã, indicando o acesso de indivíduos ou grupos sociais de origens não-árabe aos órgãos de administração e poder abássidas.

Para assegurar a unidade sob uma conjuntura de efervescências sociais, durante a ascensão de Abu al-Abbas al-Saffah a partir de 749-750 d.C., e ao longo dos califados de seu irmão Abu Jafar al-Mansur (745-775) e seu neto Al-Mahdi (775-785), foi necessário recobrar os califas um papel havia muito esquecido durante os longos períodos de expansão territorial.

O chefe de Estado sunita deveria ser também um *ímã*, um guia espiritual. Aquilo que ficou conhecido como "revolução abássida" (Cf. MANTRAN, 1977, p. 122) repercutiu fortemente no sentido de uma revolução filosófica e religiosa na nova dinastia, considerando a necessidade de inclusão dos califas nos universos das discussões exegéticas, na definição de práticas rituais e litúrgicas do Islamismo, além da adequação filosófica da lógica metafísica de Aristóteles ao pensamento religioso. Sabe-se inclusive que, pelo denso trabalho de juristas encomendados pelos próprios chefes de Estado, foi ao longo do califado abássida que a literatura religiosa islâmica e o corpo das leis islâmicas, conhecido como shariyah, tomaram seus formatos definitivos.

A implementação de reformas políticas logo se manifestou pela transferência da capital. Al-Mansur destituiu Damasco de sua posição geopolítica hegemônica e transferiu o centro decisório do califado para Bagdá, que passa, assim como outras grandes cidades abássidas, por um intenso processo de urbanização e incremento demográfico.

Ímã

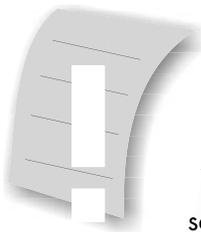
Do árabe, significa líder comunitário.

A expressão era comumente aplicada àqueles indivíduos que assumiam tarefas de orientação espiritual da coletividade islâmica e, por isso, poderiam vir a ser considerados líderes políticos locais. Entre os xiitas, apenas os descendentes do profeta Maomé poderiam galgar o *status* de *ímãs* e, caso provassem parentesco com Ali ibn Abu Talib (último califa dos Rashidun), seriam governantes legítimos da ummah.

Algumas discussões dos especialistas em Islã medieval ainda hoje buscam refletir sobre as prováveis motivações para a ascensão das culturas árabes da Mesopotâmia, em detrimento do *status* do mundo sírio.

O Irã (Pérsia sassânida) mostrava-se foco irradiador de novos sistemas de pensamento e compreensão da mensagem profética de Maomé, transformando-a, efetivamente, em um complexo sistema cultural. Quanto ao Iraque, ainda que estivesse em Damasco um dos mais importantes pólos comerciais do Islã, muitos historiadores viram na decisão pela nova capital, Bagdá, um ato essencialmente político. Segundo Robert Mantran,

(...) o Iraque se revelara havia um século como um grave foco de agitação: o fato de instalar ali o governo com todo seu aparato político e militar que o acompanhava era um meio direto de dominar as tentativas de insurreição, satisfazendo ao mesmo tempo iraquianos e iranianos, vexados sob os omíadas (MANTRAN, 1977, p. 122).



Bagdá, apesar de haver se tornado o epicentro do governo abássida, não permaneceu como capital durante toda a vigência da dinastia. Pelas intensas rebeliões religiosas e sociais que acometeram e fragmentaram a região a partir do século IX, o califa al-Mutasim, em 835, transferiu-se com sua corte para Samarra, no Iraque, a 100km de Bagdá.

Por tais razões o califado abássida, para assegurar a preservação das áreas conquistadas e islamizadas, caracterizou-se essencialmente pela multiplicação e distribuição dos focos de poder. A criação do cargo de vizir buscou justamente atender às vicissitudes desse poder.

Os califas abássidas elaboraram delicadas políticas de concessão aos responsáveis locais pelos negócios do Império. Militares e vizires assumiram tarefas antes restritas apenas aos califas (no período omíada), alargando o alcance administrativo do governo, muito embora estivessem gradativamente enfraquecendo os centros políticos vinculados à corte.

O historiador Bernard Lewis identifica no século IX, no califado de Harun Al-Rashid, o apogeu do poder conferido aos vizires, título civil com atribuições governamentais relativamente semelhantes aos governadores bizantinos de província, comumente denominados exilarcas e estrategos (assuntos a serem discutidos na Aula 13).

Os *Qadis* e os ulemás são dois outros relevantes eixos do poder abássida. Os primeiros, juizes de Direito pessoalmente nomeados pelos califas para atuarem nas esferas do Direito criminal e civil, regidos pelos princípios da sunna, e principalmente, da shariyah. Os ulemás (ou alamas) eram juristas e doutos da lei que poderiam ser consultados em caso de controvérsias legais. Assim, de Bagdá (no Iraque) a Isfahan (no Irã), a Mesopotâmia volta a representar espaço estratégico no cenário oriental, principalmente com a introdução de funcionários de origem persa nos negócios, no Direito e na administração pública.

É interessante observar que, em função da forte proximidade e da mescla com as funções do califado, os vizires muitas vezes conseguiam perpetuar no seio de suas próprias famílias o cargo que lhes fora outorgado pelo califa, criando verdadeiras dinastias paralelas à dinastia dos soberanos, de forte teor aristocrático.

Seus poderes transcendiam às obrigações formais na execução de tarefas administrativas. Tornaram-se aristocratas, homens de confiança dos califas, e seus mais imediatos representantes nas regiões onde a figura do soberano não se fazia presente. Citemos aqui o caso do primeiro vizir abássida, Khalid al-Barmaki, patriarca de uma conhecida família persa do século VIII. Dos “barmékidas” (como são citados na historiografia), descendentes de Khalid, foram

nomeados vários ministros de Estado, transformados em detentores de poderes políticos e territoriais praticamente hereditários.

Muitos historiadores conseguem identificar, na multiplicidade de cargos e atribuições concedidas aos funcionários abássidas, um ponto nevrálgico para o enfraquecimento dos poderes centrais abássidas:

(...) Os gabinetes da administração, máquina muito aperfeiçoada, foram concentrados em Bagdá e constituíram verdadeiros ministérios; porém a excessiva centralização não podia deixar de prejudicar o império favorecendo as tendências locais para a autonomia. As secretarias (diwan) se encarregavam do tesouro, das finanças, relações exteriores e correios (barid): esta última tinha importância, pois permitia as ligações com as províncias e servia de meio de informação (MANTRAN, 1977, p. 128-129).



Atende ao Objetivo 1

1. Sobre o processo de ascensão da nova dinastia abássida e a formação do Império islâmico, explique os principais focos de divergência política e religiosa que podem ser apontados como motivações para o golpe de Estado e o extermínio dos omíadas, executados por Abu al-Abbas al-Saffah, em meados do século VIII.

a cultura persa-sassânida no século IX a grande propulsora dos avanços intelectuais, artísticos e científicos, e da nova consciência religiosa divulgada no Império islâmico.

(...) Bagdá era então um grande centro intelectual; o califa, homem cheio de curiosidade, interessou-se de perto pelas obras então traduzidas pelos cristãos: filosofia, ciências, medicina; Aristóteles era objeto de estudos, pelos quais o método de raciocínio lógico penetrou nos meios intelectuais orientais e teve sua principal aplicação na escola motazilita, que surgiu no fim da época omíada, mas que verdadeiramente se desenvolveu com Al-Mamun [813-833 d.C.]. (...) Esta apelava para a razão individual, o livre-arbítrio, o único compatível com a justiça divina; além do mais os motazilitas consideravam o Corão uma obra criada e não eterna; esta última tese suscitou vivas controvérsias em Bagdá (MANTRAN, 1977, p. 125).

A mutazilah, ou motazilismo, movimento religioso e filosófico de retorno devocional ao Corão e às A-Hadith, conseguiu adeptos entre os mais diferentes setores da sociedade abássida. Dos principais centros de produção cultural, apontamos as contribuições dos *mawalli* persas, como grupos relativamente arabizados no seio do Estado islâmico, que se preocupavam em debater temáticas relativas à ordem social e jurídica do Islã.

Ainda mais forte do que a escola motazilita, outro movimento de esoterismo religioso e reformista tomou parte do universo abássida. O conhecimento redescoberto por meio da *falsafah*, a Filosofia (preferencialmente de origem grega), tinha verdadeira veneração pelo racionalismo e suas possíveis aplicações nas leituras do Corão, podendo ser exercido em benefício de todos os demais setores dos saberes humanos, como a Medicina, as Ciências Biológicas, a Astronomia, o Direito e a História.

Então, o movimento intelectual e religioso conhecido como faylasufismo impregnou as reformas abássidas de ideais racionais, de estímulo às ciências jurídicas, políticas e médicas, tomadas como meios de alcance do que havia de mais profundo, primeiro, singular, e simultaneamente simples no homem.

Pelo desejo do pensamento libertário do faylasufismo, cujos princípios foram também adotados pela filosofia judaica ibérica e persa, a natureza humana seria finalmente compreendida em sua eterna relação com o divino, por intermédio do uso aprimorado das capacidades racionais:

(...) Os faylasufitas queriam ir além do fluxo transitório da história e aprender a ver o mundo imutável, e ideal, do divino que havia atrás desse fluxo. Eles consideravam a razão humana como um reflexo da Razão Absoluta que é Deus. Ao purificarmos nossos intelectos de tudo o que não fosse racional e ao aprendermos a viver de maneira inteiramente razoável, nós, os seres humanos, poderíamos inverter o processo de emanação eterna do divino, ascender da multiplicidade e da complexidade da vida aqui embaixo para a simplicidade e a singularidade do Uno. Esse processo de catarse, acreditavam os faylasufitas, era a religião primordial de toda a humanidade. Todos os outros cultos eram simplesmente versões inadequadas da verdadeira fé da razão (ARMSTRONG, 2001, p. 118).

Pregando a simplicidade e a não-ostentação, os faylasufitas dificilmente aderiram ao luxo suntuoso das cortes dos califas, embora as tenham influenciado fortemente. Os princípios racionais do Islã faylasufita chegaram de fato a circular intensamente nos meios governamentais abássidas, envolvendo-os na fundação de importantes centros acadêmicos de estudo e produção de conhecimento, sob os auspícios do Estado.

Fatímidas

Dinastia de origem xiita e foco de oposição militar e política aos abássidas até o século XII. Conforme tendência comum entre os xiitas, adotavam a denominação “fatímida”, em reverência à Fátima, filha do Profeta, através da qual alegavam descendência e legitimidade. Dominaram regiões da África setentrional, fundando o califado de Ifríqyah, marcado por intenso espírito de expansão dos ideais de soberania familiar de Maomé em todos os territórios islamizados, lutando inclusive contra bizantinos e cruzados.

Vale considerar que o faylasufismo não se restringiu apenas aos territórios sob domínio direto dos abássidas, escapando às fronteiras sunitas e alcançando territórios controlados pelos xiitas. No Cairo, cidade fundada pelos **fatímidas** (909-1171) do califado xiita de Ifríqyah, podemos também notar o florescimento faylasufita através da fundação do colégio de Al-Azhar. Esse colégio, de intensa produção filosófica, ficou conhecido como a mais notória universidade islâmica da Idade Média.

No século X, a jurisprudência é reconhecida como nobre área de saber, servindo simultaneamente à compreensão das palavras do Profeta e à gestão do Estado. Esse ofício essencialmente intelectual deu origem a um grupo elitizado, especialista nas leis islâmicas e na Sunna e que se tornou fortemente atuante junto às massas populares: os ulemás.

Citados anteriormente como orientadores dos juizes de corte (Qadis), os ulemás adquiriram notoriedade entre os abássidas também como indivíduos que dedicavam suas vidas à proteção das tradições islâmicas, e de suas leis.



É importante lembrar que os ulemás seriam mais ainda indispensáveis como orientadores religiosos e líderes sociais no Islã da Modernidade.

Em meio à diversidade do Império Turco-Otomano dos séculos XV e XVI, os ulémás atuavam como árbitros e intermediários entre os sultões e seus súditos. Sobre isso é interessante a abordagem de Albert Hourani na obra *Uma história dos povos árabes* (1994.).

O filósofo e jurista persa Abu Nasr Muhammad al-Farabi retrata toda a grandeza dessa ciência que foi apresentada ao Ocidente pelos muçulmanos.

A jurisprudência é a arte que possibilita ao homem inferir a determinação do que quer que não tiver sido explicitamente especificado pelo Legislador [Maomé] tomando por base aquelas coisas que foram explicitamente especificadas e determinadas por ele; e esforçar-se por inferir correctamente, tomando em linha de conta a finalidade do Legislador com a religião que ele legislou para a nação a quem deu essa religião. Exemplos de opiniões são as legisladas acerca de Deus (louvado seja Ele) e os Seus atributos, acerca do mundo e assim por diante. Exemplos de acções são aquelas pelas quais Deus (Todo-Poderoso e Soberano) é exaltado e aquelas por meio das quais as transacções se realizam nas cidades. Por esta razão, a ciência da jurisprudência tem duas partes, uma parte respeitando às opiniões e outra às acções (AL-FARABI apud ESPINOSA, 1972, p.117-118).

O alcance dos ensinamentos de Al-Farabi no seio do movimento faylasufita produziu diversos e notórios discípulos. Talvez o mais conhecido deles tenha sido um filósofo e médico da cidade de Bukhara (território sob domínio **samânida**), Abu Ali ibn Sina (980-1037), mais conhecido no Ocidente como Avicena. Em seus escritos, conseguia conciliar de forma magistral o misticismo religioso, o racionalismo filosófico e a prática devocional em uma mesma tendência de pensamento, tornando-se talvez o intelectual muçulmano mais citado de toda a escola literária persa.

Avicena preocupava-se em construir o perfil de um bom intelectual islâmico, mostrando a necessidade de ser a educação um processo lógico de aprimoramento humano. Ao mesmo tempo, defendia que a educação deveria colocar o ser em formação sob contato sistemático com os mais diferentes campos dos estudos científicos. Em perspectiva autobiográfica, Avicena define os parâmetros de uma boa educação:

Samânida

Dinastia local formada no nordeste do Irã (Khorassan), na Ásia central, entre 819-1005, cuja família manteve relativa lealdade aos poderes abássidas. Para Bagdá, os samânidas exerciam atribuições locais de governo, como vizires dos califas, muito embora, simultaneamente, absorvessem recursos e desviassem forças militares que deveriam ser enviadas em apoio à capital do califado.

Chegou então a Bukhara um homem chamado Abu'Abd Allāh al-Nātilí que dizia ser um filósofo; o meu pai convidou-o a vir para nossa casa, esperando que eu pudesse aprender qualquer coisa com ele. Antes da sua chegada já me tinha ocupado com a jurisprudência muçulmana. [...] Comecei então a ler o *Isagoge* [obra de Porfírio] com al-Nātilí: quando me mencionou a definição de *genus* como um termo aplicado a um número de coisas de diferentes espécies em resposta à pergunta «Que é isto?», apliquei-me em verificar esta definição de uma maneira como ele nunca tinha ouvido. Ele admirou-se muitíssimo comigo e preveniu o meu pai de que eu não me deveria entregar a nenhuma outra ocupação salvo o estudo. [...] Daí por diante pus-me a ler textos por mim; estudei os comentários até ter por completo dominado a ciência da Lógica. Da mesma maneira em relação a Euclides; li com ele as primeiras cinco ou seis figuras e em seguida tomei por minha própria conta resolver todo o resto do livro. Em seguida passei para o *Almagesto*. [tratado de geografia e astronomia de Ptolomeu].

Ocupei-me então em dominar os vários textos e comentários sobre as ciências naturais e as metafísicas até se abrirem para mim todas as portas do saber. Em seguida desejei estudar medicina e empreendi a leitura de todos os livros que tinham sido escritos sobre esse assunto. A medicina não é uma ciência difícil e naturalmente em muito pouco tempo me distingui nela, de maneira que físicos qualificados começaram a ler medicina comigo. Comecei também a tratar doentes e os métodos de tratamento derivados da experiência prática revelaram-se de tal maneira que desafiam a descrição. Continuava entretanto a estudar e discutir leis, tendo então 16 anos de idade (ARBERRY apud ESPINOSA, 1972, p. 119-120).

Comentário

Você deverá escolher, em meio aos dois documentos lidos, evidências das contribuições da falsafah aos saberes jurídicos, médicos e religiosos islâmicos. Procure escolher frases ou expressões em que os intelectuais tenham demonstrado a importância da filosofia para o melhor domínio dos estudos sobre o corpo, sobre as leis, proporcionando também uma maior compreensão sobre os desígnios de Allah.

Aspectos da desagregação do Império Abássida – séculos X ao XIII

Embora encontremos nos séculos de dominação abássida os mais altos níveis de desenvolvimento econômico e cultural de todo o Islã medieval, a partir de suas matrizes persas e sunitas, os mesmos êxitos não puderam ser igualmente alcançados em âmbitos político e social.

Durante os três últimos séculos de preeminência cultural abássida, vários territórios passavam a reger-se de forma autônoma aos ditames de Bagdá e Samarra. Córdoba, por exemplo, como um emirado de origem omíada, já se solidificara como Estado independente desde o século IX.

Revoltas sociais, religiosas ou não, espalharam-se por todo o Oriente abássida, demarcando um processo histórico de crise e desmembramento do vasto império.

Revoltas xiitas e kharidjitas (grupos tribais que também defendiam a legitimidade sucessória dos califas a partir da família de Maomé) são localizadas em diversas cidades próximas a Bagdá, questionando as condições sociais dos escravos, negros ou brancos, que trabalhavam no exército, nas cidades e nas cortes (brancos), além daqueles submetidos às árduas jornadas nos solos mesopotâmicos. Esses últimos, de maioria africana, ou zendj, atuavam nos pântanos, na irrigação, no cultivo de cana-de-açúcar, na extração mineral e nas atividades de subsistência.

Às revoltas escravas, somaram-se outras insatisfações oriundas de antigas reivindicações xiitas, que exibiam forte oposição à preeminência do califa como chefe de Estado, prejudicando seu pleno reconhecimento pelo Islã. Os xiitas, ainda que defensores do exclusivismo dos descendentes de Maomé no poder, não se identificavam com a liderança religiosa proposta pelos califas abássidas, que se autodenominavam imãs.

Podemos aqui exemplificar com os casos dos califados xiitas fatímidas, do norte da África, e o emirado zaydida do Iêmen, ao sudoeste da Península Arábica. Para os xiitas, um verdadeiro imã estaria ainda por ser revelado, o que justificou a série de rebeliões separatistas, as quais fragmentaram o território abássida em diversos emirados independentes e novos califados, muitos com perfil político frágil e incipiente.

No Egito, desde o século X, governadores turcos do Estado abássida passavam a exigir autonomia para gerir as finanças e o exército, transformando a Síria em um de seus potentados. Rompendo o vínculo com Bagdá pela iniciativa de Ahmed ibn Tulun, foram totalmente absorvidos pelos fatímidas em 969, com o califado de Iffryqiyah. Em fins do século X, os turcos seljúcidas, vindos do leste, também se instalam em territórios abássidas no Iraque, e ocupam a Síria e a Palestina a partir do século XI.

Tanto na Península Arábica quanto no norte da África, os qármatas e os fatímidas, ambos de filiação xiita, buscavam retaliar os séculos de perseguições sunitas perpetradas pelos abássidas. Os árabes zaydidas também instituem sua autonomia perante Bagdá, criando o emirado xiita do lêmén, já citado anteriormente.

No Irã oriental e no Afeganistão, vizires sunitas nomeados pelos abássidas declaram independência já a partir do século IX, fundando dinastias autônomas e bastante efêmeras como os samânidas e safáridas.

Diante desse quadro de múltiplas formações políticas e intensos movimentos populacionais decorrentes de conflitos e rebeliões internas, a extensão do poderio abássida pode ser entendida, em finais do século IX e início do século X, como uma espécie de “colcha de retalhos territoriais” (conforme representado na **Figura 10.1**).

Vale finalmente observar, segundo as contribuições do historiador Robert Mantran, que o longo processo histórico de desmembramento do Império Abássida resultou na formação de três importantes blocos geopolíticos no mundo muçulmano, que assim se apresentavam divididos, pelo menos, até o início das incursões turco-otomanas no Mediterrâneo:

- O primeiro bloco englobava as regiões da Espanha (Córdova e Granada) e do Magreb (norte da África).
- A segunda região, representada pelo Islã mesopotâmico, compreendia os limites do Irã e do Iraque, tomados em parte pelos turcos seljúcidas no século XI.
- E, finalmente, temos as áreas de antiga concentração bizantina conquistadas pelo Islã desde o período omíada. Destacadamente, citemos o Egito, que permaneceu sob administração fatímida até 1250 e mameluca até 1517, e as áreas da Palestina e da Síria, que passaram, sucessivamente, pelos poderes islâmicos dos omíadas, abássidas, fatímidas, turcos seljúcidas, mamelucos e turcos otomanos.

Comentário

Você deve destacar a diversidade étnica submetida ao domínio abássida a partir de 750, apresentando algumas das insatisfações de caráter religioso e social que marcaram as políticas abássidas de subordinação local.

É válido também demonstrar a formação de dinastias islâmicas autônomas a partir do século IX, e discutir as raízes xiitas de algumas dessas dinastias, como fatímidas do Magreb e os zaydidas do Iêmen.

RESUMO

Com o estudo do Império islâmico medieval do século VIII ao XIII, pode-se constatar a fragilidade das políticas de unificação do Islã, e as intensas divergências internas, refletidas nas violentas disputas sucessórias dos califados orientais. O golpe de Estado e a formação de uma nova soberania de origem abássida demonstram a difícil conciliação entre as raízes culturais árabes do Islã e os processos políticos de estatização, expansão e unificação dos povos islamizados.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você estudará a principal expressão política do Islã medieval no Ocidente – o califado de Al-Andaluz, também conhecido por Emirado de Córdoba. Como símbolo da expansão omíada no Mediterrâneo, será possível constatar o amplo grau de autonomia alcançado pela Península Ibérica islâmica em relação aos poderes da “Cristandade” como também em relação aos poderes abássidas do Oriente.

História Medieval

Referências

Aula 1

AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, J.; SCHIMITT, J-C. (Coord.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. 537-551.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929/1989: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *O mundo como teatro: estudos de Antropologia Histórica*. Lisboa: DIFEL, 1992. (Memória e Sociedade).

DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000 na pista dos nossos medos*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Ática, 2002.

INÁCIO, Inês C.; LUCA, Tânia Regina. *O pensamento medieval*. São Paulo: Ática, 1991.

Aula 2

BAILEY, Cyril. *El legado de Roma*. Madrid: Pegasus, 1956.

BALSDON, John. *O mundo romano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB, 2007.

Banco de recursos em linha. Disponível em: <<http://www.brel.wordpress.com>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

COCHRANE, Charles Norris. *Cristianismo y cultura clásica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FERRIL, Arther. *A queda do império romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FINLEY, Moses. *Aspectos da antigüidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FLORESCANO, Enrique. A função social do historiador. *Tempo: revista do Departamento de História da UFF, Niterói*, v. 4, p. 65-79, 1997.

FRANCO Jr., Hilário. *Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GRIMAL, Pierre. *O império romano*. Lisboa: Ed. 70, 1999.

HEERS, Jacques. *História medieval*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

HISTÓRIA do mundo: a história da humanidade a um click. Disponível em: <<http://www.historiadomundo.com.br>>. Acesso: em: 10 jun. 2009.

HISTORIANET: a nossa história. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

HOMO, Léon. *El imperio romano*. Madrid: Espasa-Calpe SA, 1980.

_____. *Nouvelle histoire romaine*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1941.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Bauru: EDUSC, 2005.

LOT, Ferdinand. *O fim do mundo antigo e o princípio da Idade Média*. Lisboa: Ed. 70, 1980.

MAZZARINO, Santo. *O fim do mundo antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MCEVEDY, Colin. *Atlas da história medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDES, Norma Musco. *Sistema político do império romano do ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP & A: FAPERJ, 2002.

PFLAUM, Hans-Georg et al. *Roma: el mundo romano*. Madrid: Espasa-Calpe SA, 1985.

PIGANIOL, André. *Historia de Roma*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1961.

RÉMONDON, Roger. *La crisis del imperio romano, de Marco Aurelio a Anastasio*. Barcelona: Editorial Labro, 1967.

Aula 3

BANCO de recursos em linha. Disponível em: <<http://www.brel.wordpress.com>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

BASCHE, Jérôme. *A civilização feudal*. São Paulo: Globo, 2006.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HISTÓRIA do mundo: a história da humanidade a um click. Disponível em: <<http://www.historiadomundo.com.br>>. Acesso: em: 10 jun. 2009.

HISTORIANET: a nossa história. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário temático do ocidente medieval. Bauru: Edusc, 2006.

LE GOFF, Jacques. O apogeu da cidade medieval. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. A civilização do ocidente medieval. São Paulo: Edusc, 2005.

_____. Por amor as cidades. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

_____. As raízes medievais da Europa. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MUMFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PIRENNE, Henri. As cidades da idade média. Lisboa: Europa-América, 1977.

Aula 4

ANDERSON, P. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ANTONETTI, G. *A economia medieval*. São Paulo: Atlas, 1977.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal*. São Paulo: Globo, 2006.

BLOCH, M. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 2006.

DOEHAERD, Renée. *Lê haut moyen age occidental: economies et sociétés*. Paris: PUF, 1971.

FOURQUIN, G. *História econômica do ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1997.

FRANCO JR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LE GOFF, J. *A civilização do ocidente medieval*. São Paulo: Edusc, 2005.

LOPEZ, R. *A revolução comercial da idade média 950-1350*. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

MCEVEDY, Colin. *Atlas da história medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PEDRERO-SANCHÉZ, M. G. *História da idade média: textos e testemunhos*. São Paulo: Unesp, 2000.

Aula 5

GEARY, P. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GIORDANI, Mario C. *História dos reinos bárbaros*. Petrópolis: Vozes, 1993. Vols. I e II.

GUERRAS, Maria Sonsoles. *Os povos bárbaros*. São Paulo: Ática, 1994. (Col. Princípios, 126).

_____. *Romanismo, Germanismo e Cristianismo no Século V-VI*. Rio de Janeiro: IFCS-Publicações, 1992. (Programa de Estudos Medievais, 1).

HEERS, Jacques. *História Medieval*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria G. *História da Idade Média: Textos e Testemunhas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Aula 6

ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá Costa Editora, 1972.

GARCIA MORENO, L. A. *Historia de España Visigoda*. Madrid: Catedra, 1990.

GIORDANI, Mario C. *História dos reinos bárbaros*. Petrópolis: Vozes, 1993. v. 1 e 2.

GUERRAS, Maria Sonsoles. *Os povos bárbaros*. São Paulo: Ática, 1994. (Princípios, 126).

_____. *Romanismo, Germanismo e Cristianismo no Século V-VI*. Rio de Janeiro: IFCS-Publicações, 1992. (Programa de Estudos Medievais, 1).

IDACIO. *Crônica*. Galicia: Consello da Cultura Galega de Santiago de Compostela, 2004. Livre tradução do galego pela Prof. Dra. Renata Rozental Sancovsky.

ROZENTAL, Renata. *Historia Gothorum: As concepções do poder monárquico em Isidoro de Sevilha*. In: SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 3., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IFCS/PEM/Divisão de Extensão, 1995. p. 58-64.

ROZENTAL, Renata. A Questão judaica e os Concílios de Toledo na Alta Idade Média: Relações entre a Sociedade Hispano-Visigoda e Cultura Rabínico-Talmúdica. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 3., 2001, Rio de Janeiro. *Atas...* Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2001. p. 555-559.

RODRIGUEZ ALONSO, Cristóbal. (Org.) *Isidoro de Sevilla*. Leon: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro", 1975. Edición Bilingue. Livre tradução do latim e do espanhol pela Prof. Dra. Renata Rozental Sancovsky.

SANCOVSKY, Renata Rozental. Reflexões sobre a Questão Judaica Visigoda: coerções, táticas e resistências. *Revista Eletrônica Brathair*, v. 2, n. 2, 2002. p. 28-44. Disponível em: <<http://www.brathair.cjb.net/>>.

Aula 7

CÂMARA, Jorge Ricardo C.de C.R. de. O poder real na Inglaterra anglo-saxã: uma leitura de Beowulf. *Revista Eletrônica Brathair*, v. 3, n. 1, p.18-30, 2003. Disponível em: <http://www.brathair.cjb.net>. Acesso em: 16 jul. 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. O paganismo anglo-saxão: uma síntese crítica. *Revista Eletrônica Brathair*, v. 4, n.1, p. 19-35, 2004. Disponível em: <http://www.brathair.cjb.net>. Acesso em: 16 jul. 2008.

ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá Costa Editora, 1972.

GIORDANI, Mario C. *História dos reinos bárbaros*. Petrópolis: Vozes, 1993. 2 v.

GUERRAS, Maria Sonsoles. *Os povos bárbaros*. São Paulo: Ática, 1994. (Princípios, 126).

_____. *Romanismo, Germanismo e Cristianismo no século V-VI*. Rio de Janeiro: IFCS-Publicações, 1992. (Programa de Estudos Medievais, 1).

HEERS, Jacques. *História Medieval*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

Aula 8

ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2001.

CARDINI, Franco. *Nas raízes do encontro-desencontro entre Europa e Islã: um profeta e três continentes*. *Signum*, n. 3, p. 37-59, 2001.

ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1972.

GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEWIS, Bernard. *Os árabes na história*. Lisboa: Estampa, 1982.

_____. *O Oriente Médio: do advento do Cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MANTRAN, Robert. *A expansão muçulmana*. São Paulo: Pioneira, 1977. (Nova Clio, 20).

O ALCORÃO. Tradução e notas de Mansour Challita. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran, 2000.

POLIAKOV, Leon. *De Maomé aos Marranos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

TRITTON, A. S. *The caliphs and their non-muslim subjects*. London: Oxford University Press, 1930.

YERUSHALMI, Y. H. *Os judeus sefaraditas entre o Cristianismo e o Islamismo*. São Paulo: CBSP, 1995. Suplemento especial Morashá.

Aula 9

ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CARDINI, Franco. Nas raízes do encontro-desencontro entre Europa e Islã: um profeta e três continentes. *Signum*, n. 3, 2001. p. 37-59.

ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1972.

GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEWIS, Bernard. *Os árabes na história*. Lisboa: Estampa, 1982.

_____. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MANTRAN, Robert. *A expansão muçulmana*. São Paulo: Pioneira, 1977. (Nova Clio, 20).

O ALCORÃO. Tradução e notas de Mansour Challita. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran, 2000.

POLIAKOV, Leon. *De Maomé aos Marranos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

TRITTON, A.S. *The caliphs and their non-muslim subjects*. London: Oxford University Press, 1930.

Aula 10

ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2001.

CARDINI, Franco. *Nas raízes do encontro-desencontro entre Europa e Islã*. Um profeta e três continentes. *Signum*, n. 3, p. 37-59, 2001.

ESPINOSA, Fernanda. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1972.

GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEWIS, Bernard. *Os árabes na história*. Lisboa: Estampa, 1982.

_____. *O Oriente Médio: do advento do Cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MANTRAN, Robert. *A expansão muçulmana*. São Paulo: Pioneira, 1977. (Nova Clio, 20).

O ALCORÃO. *Tradução e Notas de Mansour Challita*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Internacional Gibran, 2000.

POLIAKOV, Leon. *De Maomé aos marranos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

TRITTON, A.S. *The caliphs and their non-muslim subjects*. London: Oxford University Press, 1930.

ISBN 978-85-7648-604-6



9 788576 486046



Universidade Federal Fluminense



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério
da Educação

